

V SEB

Seminário de
Educação Brasileira



“Mudanças atuais na sociedade brasileira e o Sistema Nacional de Educação: Qualidade da educação pública como direito humano”

Caderno de Programação e Resumos

www.cedes.unicamp.br

V SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA - CEDES

“MUDANÇAS ATUAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO DIREITO HUMANO”

Caderno de Programação e Resumos

Dias 15, 16 e 17 de junho de 2015
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Realização



CEDES

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Apoio



Ministério da
Educação



Comissão Organizadora

Ivany Rodrigues Pino (Coord.)

Theresa Adrião (Coord.)

Luana Costa Almeida (Org.)

Adriana Lia Frizman de Laplane (Org.)

Alexandro Paixão (Org.)

Secretária Executiva

Nadia Pedrotti Drabach

Elaboração da Ficha catalográfica

Rosemary Passos – CRB-8ª/5771

Criação e Layout (Arte)

Gustavo Torrezan

Realização:

CEDES

Seminário de Educação Brasileira, Plano Nacional de Educação em Foco
(5. : 2015 : Campinas, SP).
Se52c Caderno de programação e resumos do [...] / V Seminário de
Educação Brasileira – Mudanças atuais na Sociedade Brasileira e o
Sistema Nacional de Educação: qualidade da educação pública como
direito humano; 15 a 17 de junho de 2015; Ivany Pino, Thereza Adrião
(coordenadoras); organizadores: Luana Costa Almeida...[et al.]. –
Campinas, SP: CEDES, 2015.

Janeiro - 2015

ISBN: 978-85-7713-171-6

Diretoria do CEDES

Presidente: Ivany Rodrigues Pino
Vice-Presidente: Dirce Djanira Pacheco e Zan
Primeiro Secretário: Débora Mazza
Segundo Secretário: Antonio Donizeti Leal
Primeiro Tesoureiro: Sergio Stoco

Conselho Técnico Científico (Membros Titulares)

Ana Lúcia Horta Nogueira
Carmen Sylvia Vidigal Moraes
Francisco Heitor de Magalhães Souza

Conselho Técnico Científico (Membros Suplentes)

Celso João Ferretti
Olgamir Francisco de Carvalho
Antonio Álvaro Soares Zuin

Comissão Organizadora do V Seminário de Educação Brasileira

Ivany Pino (Coord.) (UNICAMP/CEDES)
Theresa Adrião (Coord.) (UNICAMP/CEDES)
Luana Costa Almeida (UNIVAS/UNICAMP/CEDES)
Selma Venco (UNICAMP)
Sérgio Stoco (UNIFESP/CEDES)
Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis (UNICAMP)

Comissão Científica

Adriana Lia Frizzman de Laplane (Coord.) (UNICAMP/CEDES)
Alexandro Henrique Paixão (Coord.) (UNICAMP)
Ana Lúcia Horta (USP-RP)
Aparecida Neri de Souza (UNICAMP)
Francisco Heitor de Magalhães Souza (UEG/CEDES)
Maria Isabel Antunes Rocha (UFMG)
Maria de Fátima Abdalla (UNISANTOS)
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS)
Maria Vieira (UFU/CEDES)
Mariane Campelo Koslinski (UFRJ/CEDES)
Salomão Hage (PUC/SP)
Selma Venco (UNICAMP)
Sérgio Stoco (UNIFESP/CEDES)
Teise Garcia (USP-RP)

Observadores Acadêmicos

Álvaro Hypólito (UFPEL),
Vera Jacob (UFPA)
Maria Ciavatta (UFF)

Secretária Executiva

Nadia Pedrotti Drabach (Doutoranda UNICAMP)

Pareceristas AD HOC

Amali de Angelis Mussi (UEFS)
Anderson Ricardo Trevisan (UNESP-MARÍLIA)
Angela Maria Martins (FCC/UNICID)
Aparecida Neri de Souza (UNICAMP)
Ariane Franco Lopes da Silva (UFFS)
Bianca Cristina Correa (USP)
Carolina Roig Catini (UNICAMP)
Célia Giglio (UNIFESP)
Cristiane Batista de Andrade (EPSJV/FIOCRUZ)
Cristina Guimarães Vanzella
Cristina Pedroso (USP)
Cynthia Paes de Carvalho (PUC-RJ)
Daniela Dias dos Anjos (UNIVÁS)

Débora Dainez (UNICAMP)
Elisangela Alves da Silva Scaff (UFGD)
Elmir de Almeida (USP)
Eva Waisros Pereira (UNB)
Flávio Boleiz Júnior (UFRN)
Francisco Heitor de Magalhães Souza (UEG/CEDES)
Gisele Masson (UEPG)
Lavínia Lopes Salomão Magiolino (UNICAMP)
Margarita Victoria Rodriguez (UFMS)
Maria Angélica Rodrigues Martins (UNISANTOS)
Maria de Fátima Barbosa Abdalla (UNISANTOS)
Maria Isabel Antunes Rocha (UFMG)
Natália Duarte (SEEDF)
Nise Maria Tavares Jinkings (UFSC)
Olgamir Francisco de Carvalho (UNB)
Patrícia C. Albieri de Almeida (FCC)
Pedro Ganzelli (UNICAMP)
Regiane Helena Bertgana (UNESP-RIO CLARO)
Remi Castioni (UNB)
Romilda Teodora Ens (PUC-PR)
Rosane Maria de Castilho (UEG-Aparecida de Goiânia).
Salomão Antônio Mufarrej Hage (PUC-SP)
Sergio Stoco (UNIFESP)
Sílvia Helena Andrade de Brito (UFMS)
Umberto de Andrade Pinto (UNIFESP)

Equipe de Produção Editorial

Luana Costa Almeida (UNICAMP/UNIVAS/CEDES)
Adriana Lia Frizman de Laplane (UNICAMP/CEDES)
Alexandro Henrique Paixão (UNICAMP)

Criação e Layout (Arte): Gustavo Torrezan

Equipe de apoio técnico

Nilda Aparecida Silva (Funcionária CEDES)
Suzana Fonseca Orsim (Funcionária CEDES)
Luciana Cristina Salvatti Coutinho (CEDES)
Egle Pessoa Bezerra (Doutoranda UNICAMP)
Paulo César Morandi Massuci (Bolsista SAE)

Cerimonial de Abertura

Deborah Mafra

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PROGRAMAÇÃO GERAL	10
CRONOGRAMA	11
CADERNO DE RESUMOS	31
CONFERÊNCIAS MAGISTRAIS	32
SIMPÓSIOS	35
MESAS REDONDAS	44
SESSÕES TEMÁTICAS	52
SESSÕES DE COMUNICAÇÃO	53
LANÇAMENTOS	103
ÍNDICE DE AUTORES - COMUNICAÇÕES	104

APRESENTAÇÃO

V SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CEDES

“MUDANÇAS ATUAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO DIREITO HUMANO”

O Plano Nacional da Educação – PNE, votado pelo Congresso Nacional, suscita nos segmentos da sociedade, comprometidos com a educação pública como direito, democrática, de qualidade referenciada socialmente e laica, o desafio da institucionalização em Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) nos próximos dois anos.

Diferentes valores e interesses de grupos e de forças políticas e econômicas, por vezes antagônicas, que disputam o campo educacional no Brasil manifestam-se tanto no entendimento conferido à concepção de educação, presente no artigo 205 da Constituição Federal e nos princípios dele decorrentes inscritos no artigo 206 do mesmo texto, quanto no PNE aprovado. Assinala-se, sob o risco da síntese, que se opõem nesses posicionamentos, de um lado, uma concepção mercantilista da educação, respaldada na teoria do Capital Humano, e, de outro, a orientada pelo desenvolvimento humano.

Tendo em vista divergências dessa natureza e, ao mesmo tempo, considerando o fato de que elas não se objetam, mas se hibridizam no PNE, o V Seminário da Educação Brasileira, promovido pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), mantendo tradição iniciada em 1979 e retomada em 2009, se propõe a analisar tanto as posições antagônicas, quanto a concertação entre elas, que são o substrato do Plano. Parece-nos urgente que, para além da natureza dos problemas crônicos da educação brasileira, a presente proposta problematize a constituição do SNE no contexto das mudanças estruturais e sociais em curso na desigual sociedade brasileira contemporânea, considerando:

- a) o mundo do trabalho, as dimensões socioespaciais e econômicas e suas implicações para a educação, abarcando, dentre outros, o debate do urbano

(reorganização das cidades e territórios: metrópoles, periferias) e do rural (agroindústria, cooperativismo e assentamentos), e

b) a organização atual do Estado, que envolve novas relações público/privado e incide sobre a concepção do direito à educação pública de qualidade socialmente referenciada, substituindo-a por outra que, sustentada em uma racionalidade pragmática, restringe o direito à educação de qualidade àquilo que pode ser mensurado.

A qualidade da educação, como direito, será abordada em suas múltiplas dimensões, considerando, nos termos dos artigos 205 e 206, análises sobre as condições desiguais nas quais a tarefa educativa é levada a cabo, as condições desiguais que tal tarefa por vezes cria e reproduz, bem como as condições necessárias para a realização dessa tarefa.

Incorporam-se, assim, na temática do V SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA, as dimensões contidas no artigo 205, na medida em que as finalidades da educação sejam abordadas contemplando o desenvolvimento biopsicológico dos estudantes e os contextos socioculturais dos quais participam nas diferentes etapas da Educação Básica.

PROGRAMAÇÃO GERAL

Horário	15/06	16/06	17/06
9h- 12h	<p align="center">Abertura oficial</p> <p align="center">Homenagem aos sócios do cedes</p> <p align="center">Conferências de Abertura Mudanças atuais na sociedade brasileira e o SNE: qualidade da educação como direito humano</p> <p align="center">Ato Público</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções</p>	<p align="center">Mesa redonda 1 Formação dos jovens frente aos desafios da sociedade contemporânea</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 1</p> <p align="center">Mesa redonda 2 Distribuição de oportunidades e condicionantes do acesso à escola pública de qualidade no espaço urbano</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 2</p> <p align="center">Mesa redonda 3 Formação Inicial e Continuada dos profissionais da educação e os desafios da escola no século XXI</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 3</p>	<p align="center">Mesa redonda 4 Distribuição de oportunidades e condicionantes do acesso à escola pública de qualidade no espaço rural</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 1</p> <p align="center">Mesa redonda 5 Educação de qualidade como direito e a organização do trabalho pedagógico na escola: impacto no SNE</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 3</p> <p align="center">Mesa Redonda 6 Financiamento da Educação e as relações entre o público e o privado</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 2</p>
12h -14h	Almoço		
14h-17h	<p align="center">Simpósio 1 Estrutura ocupacional, mobilidade e desigualdade na sociedade brasileira e suas implicações no Sistema Nacional de Educação</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 1</p> <p align="center">Simpósio 2 Espaços urbanos e Territórios: desafios para a qualidade da educação</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 2</p> <p align="center">Simpósio 3 Condição e valorização do trabalho docente no Século XXI: sociedade em mudança</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 3</p>	<p align="center">Simpósio 4 Espaços e territórios rurais: desafios para a qualidade da educação do campo</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 1</p> <p align="center">Simpósio 5 Desenvolvimento humano como direito de todo o cidadão e dever do Estado</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 3</p> <p align="center">Simpósio 6 Implicações do PNE na concepção de implementação do SNE e os pressupostos de currículo e base comum nacional: desafios e perspectivas</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções Auditório 2</p>	<p align="center">Conferências de Encerramento (14h00 – 16h00) Mudanças na relação Sociedade e Estado e as Políticas Educacionais</p> <p align="center">Local: Centro de Convenções</p> <p align="center">16h30 -18h00 Assembleia geral</p> <p align="center">Local: Salão Nobre Faculdade de Educação</p>
17h30-19:00h	<p align="center">Sessões de Comunicação 17h30 às 19h00</p> <p align="center">Local: Salas - Faculdade de Educação</p>	<p align="center">Sessões de Comunicação 17h30 às 19h00</p> <p align="center">Local: Salas - Faculdade de Educação</p> <p align="center">Reunião 17h às 19h00</p> <p align="center">Avaliação de competências sócio-emocionais: um debate urgente e necessário</p> <p align="center">Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação</p>	
19h30-21:30h	<p align="center">Sessão Temática 1 Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)</p> <p align="center">Local: Sala da Congregação - Faculdade de Educação</p> <p align="center">Sessão Temática 2 Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio</p> <p align="center">Local: Sala do NAE (Núcleo de Apoio aos Estágios) - Faculdade de Educação</p> <p align="center">Sessão Temática 3 Em questão o currículo da Educação Básica no PNE: ambivalência da base comum nacional</p> <p align="center">Local: Salão Nobre - Faculdade de Educação</p>	<p align="center">Conferência Magistral 19h30min – 20h30</p> <p align="center">A organização da escola e do trabalho pedagógico: velhos e novos obstáculos à democratização da educação</p> <p align="center">Licínio Lima (Um. Minho)</p> <p align="center">Moderador: Andrea do Rocio Caldas (UFPR – FORUMDIR)</p> <p align="center">Local: Salão Nobre Faculdade de Educação</p> <p align="center">Lançamentos 20h30 – 21h30</p> <p align="center">Local: Faculdade de Educação</p>	

Dia 15 de junho de 2015

9h00 - 12h00 - Centro de Convenções

ABERTURA OFICIAL

Homenagem aos sócios do cedes:

Professor Dermeval Saviani

Professora Eloisa de Mattos Hofling

CONFERÊNCIAS DE ABERTURA

MUDANÇAS ATUAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O SNE: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Conferencistas:

Eduardo Fagnani (UNICAMP)

Questão social e projeto nacional de desenvolvimento: perspectivas pós eleições de 2014

Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MG)

A qualidade da educação como direito?

Coordenação:

Ivany Pino (CEDES)

ATO PÚBLICO EM DEFESA DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

12h00 - 14h00 Almoço

14h00 - 17h00 – Centro de Convenções

SIMPÓSIO 1

(Auditório 1)

**ESTRUTURA OCUPACIONAL MOBILIDADE E DESIGUALDADE NA
SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO**

Simposistas:

Gaudêncio Frigotto (UERJ)

Estrutura ocupacional, mobilidade e desigualdade na sociedade brasileira

Lucília Regina de Souza Machado (CUUNA/UFMG)

Produzir qualidade social na diversidade: o Sistema Nacional de Educação em face das permanências e mudanças na estrutura ocupacional brasileira.

Ana Maria Belavenuto (DIEESE)

Educação e trabalho: desafios atuais para o desenvolvimento brasileiro

Moderadora:

Carmen Sylvia Vidigal Moraes (USP)

SIMPÓSIO 2

(Auditório 2)

**ESPAÇOS URBANOS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO**

Simposistas:

Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (UFRJ)

O Desafio das metrópoles: novas dimensões da questão urbana?

João Barroso (Universidade de Lisboa)

O local, a cidade e a educação

Arnóbio Marques de Almeida Júnior (MEC/SASE)

Os territórios como lugares onde as regras do Sistema Nacional de Educação se concretizarão

Moderadora:

Mariane Campelo Koslinski (UFRJ)

SIMPÓSIO 3

(Auditório 3)

CONDIÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO SÉCULO XXI: SOCIEDADE EM MUDANÇA

Simposistas:

Helena de Araújo (Coord. do Forum Nacional de Educação)
As Lutas pela Valorização Profissional na próxima década

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR)
Valorização do professor: possibilidades e limites no contexto da sociedade contemporânea

Antonio Olmedo (University of London)
Práticas resistentes e práticas de resistência: Subjetividade, governamentalidade e a política de ensino

Moderador:

Antônio Zuin (UFSCAR)

17h30 - 19h30 – Faculdade de Educação

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

Obs. Há sessões organizadas com trabalhos de diferentes eixos.

EIXO 1/ EIXO 2/ EIXO 3/ EIXO 4

Coordenadora Mariane Campelo Koslinski

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - ED 16

1. Políticas públicas e gestão democrática vistas como desafio para a qualidade do ensino: um estudo em três escolas no município de São Luís – **MA. KATANA DE FÁTIMA DINIZ BOAES**
2. Ensino superior e empregabilidade: a ascensão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil. **FREDERICO DOURADO R. MORAIS**
3. A “causalidade do *improvável*”: a construção casual da possibilidade de ingresso em uma universidade pública por estudantes das camadas populares. **RENATA OLIVEIRA ALVES; DÉBORA CRISTINA PIOTTO**
4. O Banco Mundial como articulador da mercantilização da educação na periferia capitalista. **REMO MOREIRA BRITO BASTOS**
5. Estruturando as desigualdades educacionais a partir dos conceitos de capital e pobreza. **SERGIO STOCO**

6. Sociabilidade do capital e omnilateralidade: reflexões acerca da formação humana. **RAQUEL ARAÚJO MONTEIRO**
7. O macrocampo esporte e lazer do programa mais educação na escola Esmerina Bou Habib em Abaetetuba. **GABRIEL PEREIRA PAES NETO**

EIXO 2

Coordenador Francisco Heitor de Magalhães Souza

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - ED 12

1. Possibilidades ou potencialidades? Educação profissional em espaços não escolares no estado do Rio de Janeiro. **ANTHONE MATEUS MAGALHÃES AFONSO; SÉRGIO INÁCIO DA ROSA; WÂNIA REGINA COUTINHO GONZALEZ**
2. Ensino Médio no estado de Pernambuco: as utilizações das escolas de referência em Ensino Médio. **JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA; EDIMA VERÔNICA DE MORAES**
3. A política pública de igualdade de gênero nas forças armadas: as primeiras aspirantes na Escola Naval. **HERCULES GUIMARÃES HONORATO**
4. A integração curricular prescrita do Ensino Médio à educação profissional: curso técnico em edificações do IFES – campus Vitória. **MARCELO LIMA; DANIELE DA SILVA PEREIRA**
5. Juventude e políticas públicas: o processo de implantação do Projovem urbano em Vitória da Conquista (BA). **FLÁVIA CRISTINA BATISTA CAIRES**
6. Universo das ciências: parceria por uma aprendizagem inovadora. **JÉSSICA BELL' AVER; ANA CLÁUDIA COVATTI COLPANI**

EIXO 5

Coordenadora Aparecida Neri de Souza

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - ED 11

1. Impactos do trabalho docente na educação integral em escolas de Ensino Médio de Pernambuco. **DYOVANY OTAVIANO DA SILVA, PAMELA RANIELLE DA SILVA PEREIRA E KATHARINE NINIVE PINTO SILVA**
2. Entrada e saída de professores efetivos na rede estadual de São Paulo de 2000 a 2014: uma breve descrição. **JOSÉ QUIBAO NETO**
3. Redes sociais e incidência nas políticas docentes. **KAROLINA DA SILVA MIRANDA JARDIM; ERIKA MOREIRA MARTINS**
4. Trabalho docente e Ensino Médio integral em Pernambuco: uma política de responsabilização educacional. **KATHARINE NINIVE PINTO SILVA;**

JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA; MARIA LUCIVÂNIA SOUZA DOS SANTOS

5. As condições de trabalho como fatores constituintes da profissionalidade docente de professores iniciantes dos cursos de licenciatura. **LAURIZETE FERRAGUT PASSOS; RODNEI PEREIRA; LISANDRA MARISA PRÍNCIPE**
6. Políticas de formação de professores/as universitários/as em São Paulo e Catalunha: entre a valorização do trabalho docente e a adaptação à reforma. **LUCIANA LEANDRO DA SILVA**

LOCAL: PRÉDIO PRINEICPAL - SALA DO NAE (NÚCELO DE APOIO AOS ESTÁGIOS)

1. Valorização do trabalho docente no estado do Acre. **MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES; MIRIAN SOUZA DA SILVA.**
2. A gestão escolar frente às mudanças sociais e o PNE 2014/2022: contradições, desafios e possibilidades. **MARIA HELENA AUGUSTO**
3. A percepção de professores e professoras acerca da organização do trabalho na escola: condições de trabalho e participação. **MÍRIAM MORELLI LIMA**
4. As condições do trabalho docente diante da implantação do programa de Ensino Médio integral no estado de Pernambuco. **VANESSA CARDOSO DA SILVA; MARIA LUCIVÂNIA SOUZA DOS SANTOS; KATHARINE NINIVE PINTO SILVA**
5. As motivações de professoras aposentadas para retornar à docência após a aposentadoria. **VANESSA RIBEIRO ANDRETO MEIRA; YOSHIE USSAMI FERRARI LEITE**

EIXO 6

Coordenador Maria de Fátima Abdalla

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - ED 13

1. A formação de professores em cursos de pedagogia no estado de São Paulo: uma perspectiva de análise. **SELMA GARRIDO PIMENTA; CRISTINA CINTO ARAÚJO PEDROSO; MARINEIDE DE OLIVEIRA GOMES**
2. A formação continuada dos professores e programa mais educação: o desafio de atuar através da educação integral. **GABRIEL PEREIRA PAES NETO**
3. Formação de professores em direitos humanos: discutindo as relações entre a prática e a teoria. **ANA CAROLINA REIS PEREIRA**
4. Pesquisas em políticas públicas e educação: a experiência do GPPE. **DÉBORA MAZZA; NIMA I. SPIGOLON; MÁRCIA DOS S. FERREIRA.**
5. O projeto político do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) para a formação de professores. **FERNANDO HENRIQUE PROTETTI**

6. A prática profissional na formação de professores: o modelo integrado como resposta formativa aos desafios do contexto escolar no século XXI. **HELENA MARIA DOS SANTOS FELÍCIO**
 7. Formação de professores de Educação Infantil em Portugal e no Brasil: aproximações e distanciamentos. **MARINEIDE DE OLIVEIRA GOMES**
-

EIXO 07 /EIXO 08

Coordenador Salomão Hage

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALA DEPE

1. O direito à educação do campo na região metropolitana de Vitória-ES. **MICHELE PAZOLINI; MARCELO LIMA; MIZAEEL FERNANDES DE OLIVEIRA.**
 2. Escolas do campo: fechar? Por quê? **ELIZETE OLIVEIRA ANDRADE**
 3. O sindicato dos trabalhadores rurais do município de Abaetetuba - PA: traços de sua trajetória. **DISELMA MARINHO BRITO**
 4. Educação e trabalho para além do horizonte do mercado e das oligarquias: a experiência do portal da educação na baixada maranhense. **MARIA REGINA MARTINS CABRAL**
-

EIXO 9/ EIXO 11

Coordenadoras: Teise Garcia e Maria Dilméia Espíndola Fernandes

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALA DE REUNIÕES DO DEPASE

1. O Supremo Tribunal Federal e a garantia da educação de qualidade como direito. **ISABELA RAHAL DE REZENDE PINTO**
 2. Avaliação Institucional Participativa na Educação Básica: limites e possibilidades na implementação. **LUANA COSTA ALMEIDA; MARA REGINA LEMES DE SORDI; MARIA APARECIDA CARMONA IANHESANSER**
 3. Políticas de avaliação da qualidade: impactos no trabalho pedagógico. **MIRIAN SOUZA DA SILVA; MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES; NATHARÇA MANGUEIRA DE SOUSA**
 4. A percepção dos pais dos alunos em relação à gestão escolar: um estudo de caso. **PAMELA TAMIRES BELÃO FERNANDES; YOSHIE USSAMI FERRARI LEITE**
 5. O caráter da “reorganização” da escola pública em rede fluminense através da pedagogia de resultados. **SILVÉRIO AUGUSTO MOURA SOARES DE SOUZA**
-

EIXO 10

Coordenador: Ana Lúcia Horta Nogueira

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALA DA CONGREGAÇÃO

1. Expansão do IFES: do direito social à qualidade social. **CLAUDIO VALERIO DE PAULA BROTTTO**
2. Condições e possibilidades de desenvolvimento de um aluno com deficiência múltipla no contexto escolar: algumas implicações. **DÉBORA DAINEZ; ANA LUIZA BUSTAMANTE SMOLKA**
3. Políticas públicas referentes à recuperação de aprendizagem implantadas na rede estadual de ensino de São Paulo: o que pensam professores dos anos finais do Ensino Fundamental. **ÉLIO DE ASSIS**
4. Direito à educação e formação de competências socioafetivas. **SIDNEY REINALDO DA SILVA**
5. A igreja como agente inclusivo na atualidade. **ANDERSON GARCIA DA COSTA; GILMAR ALVES CORDEIRO**

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - ED 14

1. Biblioteca escolar e desenvolvimento humano: política pública de acesso ao livro e à leitura no Brasil. **CÍCERA MARIA DO NASCIMENTO**
 2. Direito à educação inclusiva: desafios e perspectivas da pessoa com deficiência. **DANIELLE REGINA BARTELLI VICENTINI; FABIANA POLICANCIENA**
 3. A política de Educação Especial e inclusiva da secretaria estadual da educação de São Paulo: uma abordagem da tipologia de serviços na rede estadual de Marília-SP. **ELIJANE DOS SANTOS**
 4. Sujeitos de direito do programa nacional de assistência estudantil: a relação entre o decreto e os Institutos Federais. **EVELISE DIAS ANTUNES, ANA ELISA SPAOLONZI QUEIROZ ASSIS**
-

EIXO 12

Coordenadora: Selma Venco

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALÃO NOBRE

1. Histórico sobre a parceria público-privado no financiamento da educação integral em Pernambuco. **ANA PRISCILA DE LIMA ARAÚJO**
2. Quem são os gestores das ‘Naves-mães’ no município paulista de Campinas? **CASSIA DOMICIANO**
3. Programa mais educação: um convite à sociedade civil. **ELISANGELA MARIA PEREIRA SCHIMONEK**
4. Mercado financeiro e educação: o caso da Abril Educação. **LUCIANA SARDENHA GALZERANO**
5. Programa Mais Educação e Plano Nacional de Educação 2014-2024: subsídios para um estudo do financiamento e parcerias público-privadas na educação integral. **MARILDA DE OLIVEIRA COSTA**

19h30 - 21h30 – Faculdade de Educação

SESSÃO TEMÁTICA 1

(Sala da Congregação)

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Debatedores:

Ana Lúcia Guedes (Unicamp)

Zélia Granja Porto (UFPE)

Moderadora:

SESSÃO TEMÁTICA 2

(Sala do NAE - Núcleo de Apoio aos Estágios)

PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Debatedores:

Dirce Djanira Pacheco e Zan (UNICAMP)

Mônica Ribeiro da Silva (UFPR)

Moderadora:

Nora Rut Krawczyk (UNICAMP)

SESSÃO TEMÁTICA 3

(Salão Nobre)

EM QUESTÃO O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PNE: AMBIVALÊNCIA DA BASE COMUM NACIONAL

Debatedores:

Marcia Ângela Aguiar (CNE)

Elizabeth Macedo (UERJ)

Moderador:

Álvaro Hypólito (UFPEL)

Dia 16 de junho de 2015

9h00 - 12h00 - Centro de Convenções

MESA REDONDA 1

(Auditório 1)

**FORMAÇÃO DOS JOVENS FRENTE AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

Convidados:

Paulo Cesar Rodrigues Carrano (UFF)
Os sentidos da presença dos jovens no Ensino Médio

Ronaldo de Lima Araújo (UFPA)
Formação dos jovens frente aos desafios da sociedade contemporânea: o ensino médio como estratégia de emancipação

Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)
A relação trabalho e educação nas concepções e políticas para o ensino médio e educação profissional para jovens e adultos trabalhadores

Moderador:

Celso Ferretti (CEDES)

MESA REDONDA 2

(Auditório 2)

**DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES E CONDICIONANTES DO ACESSO À
ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESPAÇO URBANO**

Convidados:

Romualdo Portela de Oliveira (USP)
A desigualdade intraescolar e os desafios para as políticas públicas de educação

Márcio Costa (UFRJ)
Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro – (PUC/GO)
A Universalização da Educação Básica e o Acompanhamento da Frequência Escolar - condicionalidade do Programa Bolsa Família.

Moderadora:

Luana Costa Almeida (Univás/Unicamp)

MESA REDONDA 3

(Auditório 3)

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA ESCOLA NO SÉCULO XXI

Convidados:

Maria Beatriz Luce (UFRGS)

A gestão da política de formação de professores na construção do Sistema Nacional de Educação

Iria Brzezinski (PUC/Goiás)

Sujeitos sociais coletivos e a regulação da formação inicial e continuada emergencial de professores: contradições versus conciliações

Monica Castagna Molina (UNB)

Direito à Educação, Formação de Educadores e Escolas do Campo: Tensões e contradições no processo de expansão dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo

Moderadora:

Helena de Freitas (UNICAMP)

12h00 - 14h00 Almoço

14h00 - 17h00 – Centro de Convenções

SIMPÓSIO 4

(Auditório 1)

ESPAÇOS E TERRITÓRIOS RURAIS: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Simposistas:

Arilson Favaretto (UFABC)

A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo

Bernardo Mançano Fernandes (UNESP)

Educação do Campo e disputas territoriais

Edson Marcos de Anhaia (UFSC)

Licenciatura em Educação do Campo: contribuições para pensar a qualidade da educação do campo

Moderadora:

Lisete Gomes Arelaro (USP)

SIMPÓSIO 5

(Auditório 3)

Simposistas:

Miguel Arroyo (UFMG)

Educação e Desenvolvimento Humano: direito de todo cidadão e dever do Estado

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (UFMS)

Escola como espaço de desenvolvimento humano e a diversidade

Salomão Ximenes (UFABC)

O conteúdo jurídico amplo do direito à Educação Básica a de qualidade

Moderador:

Pedro Laudinor Goergen (UNICAMP/UNISO)

SIMPÓSIO 6

(Auditório 2)

Simposistas:

Gilda Cardoso Araújo (UFES)

Federalismo brasileiro e cooperação interfederativa em educação

Luiz Fernandes Dourado (UFGO/CNE)

O PNE, a instituição do SNE e base comum nacional: desafios e perspectivas

Alice Casimiro Lopes (UERJ)

Questionando a proposta de base comum nacional

Moderador:

Sérgio Stoco (UNIFESP/CEDES)

17h00 - 19h00 – Faculdade de Educação

REUNIÃO DE DISCUSSÃO

(Prédio Principal - Salão Nobre)

**AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS SÓCIO-EMOCIONAIS: UM DEBATE
URGENTE E NECESSÁRIO**

Entidades promotoras:

Programa de pós graduação em Educação: Psicologia da Educação-PUCSP
Faculdade de Educação-UNICAMP
Associação Brasileira de Ensino de Psicologia-ABEP
Centro de Estudos Educação e Sociedade-CEDES

17h30 - 19h30 – Faculdade de Educação

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

Obs. Há sessões organizadas com trabalhos de diferentes eixos.

EIXO 5

Coordenadora Aparecida Neri de Souza

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALA DO NAE (NÚCLEO DE APOIO AOS ESTÁGIOS)

1. Professores do Ensino Superior: uma análise da constituição da profissionalidade diante das condições de trabalho. **AMALI DE ANGELIS MUSSI**
2. O professor sob os auspícios da Lei: o perfil requerido ao professor da rede estadual paulista, as tarefas e as condições laborais. **AUREA DE CARVALHO COSTA**
3. Governança corporativa na Educação Superior: uma nova forma de subsunção do trabalho docente ao capital. **CHARLINI CONTARATO SEBIM**
4. Testes estandardizados e as formas da *accountability* no trabalho docente: avanços e limites com a meta 7 do PNE. **LEONICE MATILDE RICHTER; MARIA VIEIRA SILVA**
5. Os programas de materiais didáticos e os professores no estado de São Paulo. **MARISTELA GALLO ROMANINI**
6. Ensino Técnico frente ao PNE: desafios, possibilidades e alguns questionamentos. **EDUARDO CALSAN; DÉCIO AZEVEDO MARQUES DE SAES**

EIXO 6

Coordenador Maria de Fátima Abdalla

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - ED 12

1. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios brasileiros. **REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA; MARIA VERÔNICA DE SOUZA; ALEXANDRA PIRES DO PRADO YARI**
2. Breves considerações do papel do formador externo no âmbito de programas de formação continuada. **RENATA B. SIQUEIRA FRAUENDORF; GUILHERME DO VAL TOLEDO PRADO.**
3. "Não há docência sem discência": tessituras da professoralidade docente de uma professora formadora em início de carreira. **RITA DE CÁSSIA MITLEG KULNIG; LUANE NEVES SANTOS**
4. A lógica das competências e o processo de formação continuada. **WALKIRIA RIGOLON**
5. Racionalidades e competências em gestão da educação à luz da descentralização: formação no âmbito do poder local. **ANA PAULA OLIVEIRA RESCIA**
6. A participação da comunidade na escola e na proposta de formação continuada de educadores: desafio à política educacional e à escola. **CILEDIA PERRELLA**
7. Parceria público-privada na educação: neotecnicismo na formação docente? **DANIELLA CRISTINA SILVA DOS SANTOS**

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALA DA CONGREGAÇÃO

1. Os contos de fada e a percepção de docentes do Ensino Fundamental I: um estudo analítico descritivo. **ÉRICA RODRIGUES DO NASCIMENTO AUGUSTINI; CÉLIA REGINA ROSSI**
2. PROETI: desvelando elementos da formação, do trabalho docente e do tempo integral nas escolas mineiras. **GLÁUCIA FABRI CARNEIRO MARQUES**
3. Os usos que os professores fazem do planejamento por área de conhecimento: uma experiência das escolas públicas estaduais do Espírito Santo. **JAQUELINE OLIOZI; GEIDE ROSA COELHO**
4. Perspectivas futuras (iniciais) para a formação continuada de professores na rede pública do município de Campinas. **MARCO AURÉLIO ALVES; ELVIRA CRISTINA MARTINS TASSONI**
5. Políticas de formação de professores e carreira docente no Brasil: a produção do conhecimento e o posicionamento epistemológico dos pesquisadores na área. **MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA PENNA; ISABEL MELERO BELLO**
6. Formação continuada de professores da Escola Básica e os princípios da educação inclusiva: contradições, desafios e perspectivas no contexto de execução do PNE (2014-2024). **RÉGIS HENRIQUE DOS SILVA**
7. Políticas educacionais e escola em ciclos: o que esperar da formação de professores? **SUZANE RIBEIRO MILHOMEM**

EIXO 07 / EIXO 08

Coordenador Salomão Hage

LOCAL: PRÉDIO PRINCIAL - SALA DE REUNIÕES DO DEPE

1. Limites e possibilidades da construção da agroecologia: olhares dos alunos egressos da escola do campo 25 de Maio. **ANGÉLICA KUHN**
 2. Alternância pedagógica como exercício de práxis na formação de professores(as) na Educação do Campo. **MARIA CÉLIA VIEIRA DA SILVA**
 3. Currículo contextualizado na caatinga: reflexos no ENEM. **OTACILIO ANTUNES SANTANA**
 4. Educação do Campo e Educação Integral, um olhar sobre o programa mais educação do Ministério da Educação. **SAMIRA BANDEIRA DE MIRANDA LIMA**
-

EIXO 9 /EIXO 11

Coordenadoras: Teise Garcia e Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I - SALA ED 16

1. Qualidade e gestão da educação: o que indicam as iniciativas de avaliação externa dos estados brasileiros? **CRISTIANE MACHADO; OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE**
 2. Avaliação externa e em larga escala nas redes estaduais de educação: o discurso de qualidade e o direito à educação. **FABIO PERBONI**
 3. O pacto pela educação em Goiás: repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem. **JOSÉ CARLOS LIBÂNEO; SIMÔNIA PERES DA SILVA**
 4. O plano nacional de educação (2014-2024): uma política educacional de desafios e inovações. **ROSILDA MARIA ALVES; FRANCINETE MASSULO CORRÊA; MIGUEL H. RUSSO**
 5. A educação de jovens e adultos nos Planos Nacionais de Educação. **HUGO HENRIQUE ALVES ROCHA**
 6. O regime de colaboração entre união, estados e municípios nas políticas de formação de professores da educação básica: uma análise a partir dos planos de educação. **LUCY ROSA SILVEIRA SOUZA TEIXEIRA**
 7. As políticas de avaliação da Educação Superior brasileira na interface com o gerencialismo e a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos das IFES. **Rogério Fagundes Marzola**
-

EIXO 10

Coordenador: Ana Lúcia Horta Nogueira

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I- ED 15

1. *Homeschooling* e o direito à educação no Brasil: um debate à luz da Constituição Federal de 1988. **LUCIANE MUNIZ RIBEIRO BARBOSA**
 2. Educação e formação humana em Hannah Arendt. **LUCIANO JOSÉ GONÇALVES MOREIRA, VERA LÚCIA FERREIRA ALVES DE BRITO.**
 3. Reflexões iniciais sobre a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC na rede federal de educação profissional e tecnológica. **LUCIENE AMORIM ANTONIO**
 4. Índice SINESP: condições de trabalho na rede municipal de educação de São Paulo. **NORMA LUCIA ANDRADE SANTOS; ROSALINA ROCHA MIRANDA**
 5. Direitos humanos como o eixo central da educação. **ALEXANDRE TORRES PETRY; MARIA ELLY HERZ GENRO**
-

EIXO 12

Coordenadora: Selma Venco

LOCAL: PRÉDIO ANEXO I- ED 14

1. Breve resgate gestão escolar e as políticas de privatização: uma análise a partir da literatura. **NADIA PEDROTTI DRABACH**
2. Financiamento da Educação Básica no estado do Acre: análises preliminares. **PELEGRINO SANTOS VERÇOSA; MARK CLARK A. DE CARVALHO; JEAN MAURO DE A. MORAES**
3. Um estudo de caso sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal na Educação nos municípios da Bahia: limites e contradições. **PENILDON SILVA FILHO**
4. A nata do Nata: o processo de “provar-se a si mesmo” no modelo dupla-escola. **REINALDO RAMOS DA SILVA**
5. Cooperação e regulação no Sistema Nacional de Educação. **VERA LUCIA BRITO**

LOCAL: PRÉDIO PRINCIPAL - SALA DE DEFESA DO BLOCO C

1. A nova política educacional da cidade do Rio de Janeiro (2009-2012) e a intensificação das relações entre o público e o privado. **JAIRO CAMPOS DOS SANTOS**
2. Desafios “novos” para a educação: recursos financeiros, de onde? **MARIA CRISTINA DUTRA MESQUITA**
3. Quanto as escolas municipais de São Paulo recebem e em que elas gastam? Estudo de caso sobre os recursos financeiros transferidos a duas escolas municipais de Ensino Fundamental de São Paulo (2007 A 2013). **MARIANA PELEJE VIANA**
4. A natureza do trabalho pedagógico e sua descaracterização a partir dos receituários das parcerias público-privadas na educação. **NEILA PEDROTTI DRABACH**
5. A concepção de qualidade educacional na legislação brasileira: primeiros apontamentos. **FABIANA ALVARENGA FILIPE; REGIANE HELENA BERTAGNA**

19h30 - 20h30 – Faculdade de Educação

CONFERÊNCIA MAGISTRAL

**A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E DO TRABALHO PEDAGÓGICO: VELHOS E
NOVOS OBSTÁCULOS À DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Conferencista:

Licínio Lima (Universidade do Minho)

Moderador:

Andrea do Rocio Caldas (UFPR – FORUMDIR)

20h30 - 21h30 – Faculdade de Educação

Lançamentos

Dia 17 de junho de 2015

9h00 - 12h00 - Centro de Convenções

MESA REDONDA 4

(Auditório 1)

**DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES E CONDICIONANTES DO ACESSO À
ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESPAÇO RURAL**

Convidados:

Roseli Salete Caldart (Instituto de Pesquisa e Educação do Campo/IPE-Campo)
A Educação do Campo e o momento atual das lutas dos trabalhadores camponeses por
uma “escola pública de qualidade

Salomão Antônio Mufarrej Hage (UFPA)
Transgressão do Paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da
Escola Pública do Campo

Maria do Socorro Silva (UFMG)
Distribuição de Oportunidades e condicionantes do acesso à escola pública de qualidade
no espaço o rural

Moderadora:

Fabiana Rodrigues (UNIVAS)

MESA REDONDA 5

(Auditório 3)

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO DIREITO E A ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA: IMPACTO NO SNE**

Convidados:

Ana Maria Vilella Cavaliere (UFRJ)
Escola de horário integral no Brasil: em busca da condição de política de estado

Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP)
A organização do trabalho pedagógico na escola: para qual qualidade?

José Francisco Soares (Representante do INEP)
Educação de qualidade

Moderadora:

Ana Luiza Smolka (UNICAMP-CEDES)

MESA REDONDA 6

(Auditório 2)

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Convidados:

Juan González López (U Chile)
Financiamento da educação

José Marcelino de Rezende Pinto (USP-RP)
Os recursos públicos para o setor privado de ensino

Theresa Adrião (UNICAMP)
Setor privado lucrativo e não lucrativo: a educação pública como mercado?

Moderador:

Paulo de Sena Martins (Câmara dos Deputados)

12h00 - 14h00 Almoço

14h00 - 16h00 – Centro de Convenções

CONFERÊNCIAS DE ENCERRAMENTO

(Auditório 3)

MUDANÇAS NA RELAÇÃO SOCIEDADE E ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Conferencistas:

Xavier Bonal (Universitat Autònoma de Barcelona)
De los “fallos” al fracaso del mercado en educación. Un análisis del caso chileno

Valdemar Sguissardi (UFSCAR/UNIMEP)
Educação Superior no Brasil: Democratização ou massificação mercantil?

Moderador:

Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes (UNICAMP)

16h30 - 18h00 – Faculdade de Educação

ASSEMBLEIA GERAL

(Prédio Principal - Salão nobre)

Conferências de Abertura
MUDANÇAS ATUAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O SNE: QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

CONFERENCISTA 1: EDUARDO FAGNANI – UNICAMP

Questão social e projeto nacional de desenvolvimento: perspectivas pós eleições de 2014

Na década passada, no Brasil, foram engendradas alternativas ao modelo econômico que vinha sendo implantado desde 1990; essas alternativas resultaram na melhoria dos padrões de vida da população. O crescimento da economia teve consequências na impulsão do mercado de trabalho e do gasto social, potencializando os efeitos redistributivos da Seguridade Social instituída pela Constituição de 1988. Logrou-se melhor conjugação entre objetivos econômicos e sociais, o que foi determinante para a melhoria dos indicadores sociais (distribuição da renda do trabalho, mobilidade, consumo das famílias e redução da miséria extrema, por exemplo). Não obstante, o Brasil continua sendo um país subdesenvolvido em termos econômicos, políticos, sociais e culturais, sem falar nos elevadíssimos custos ambientais que o subdesenvolvimento impõe. As múltiplas faces da desigualdade social do país (renda, tributária, patrimonial, mercado de trabalho e acesso a bens e serviços sociais básicos, etc.) são traços desse subdesenvolvimento. O enfrentamento destes temas é tarefa extremamente complexa, com resultados de médio e longo prazo, que devem ser, necessariamente, pensados na perspectiva de um novo projeto nacional de desenvolvimento, o que coloca novos desafios ao pensamento estruturalista. Além dos instrumentos econômicos tradicionais voltados para a distribuição da renda e superação das heterogeneidades estruturais da economia, o desenvolvimento também requer ações voltadas para promover uma sociedade mais igualitária pela via da universalização da cidadania social.

CONFERENCISTA 2: CARLOS ROBERTO JAMIL CURY – PUC/MG

A qualidade da educação como direito?

A qualidade da educação como direito é congênita ao direito à educação. Um direito é sempre uma capacidade de fazer ou deixar de fazer algo, mas é também o conjunto de regras vigentes dentro de um determinado ordenamento jurídico. Já os antigos diziam do direito como a arte do bom e do equitativo. Neste sentido, a educação é tanto um direito juridicamente protegido, mas é também um dever do Estado que, por sua vez, dentro de uma determinada faixa etária da população, é dever do cidadão pelo estatuto da obrigatoriedade. E este conjunto: direito, dever, obrigatoriedade, no fundo, responde à realização de algo que bom e equitativo para todos. É o caso da educação escolar que responde por um direito da cidadania e, pelos tratados e convenções assinado pelo Brasil, a um direito humano regrado pelo direito público internacional. Recentemente, o Brasil, por meio da emenda constitucional 59/09 e pela lei n. 13.005/2014, criou o sistema nacional de educação cujo conteúdo primeiro é um plano nacional de educação e

cujos objetivos pretendem que todos os cidadãos tenham a educação como a arte do bom e do equitativo. O bom é o comum (comum de todos) e que tem nos conteúdos indispensáveis para a vida cidadã o eixo de sua qualidade. Já o equitativo se reporta tanto à diversidade cultural quanto à variedade regional. Pelo bom se atende à cidadania e, mais largamente, a um direito humano igualitário. Pelo equitativo se responde à diferença. As mudanças sócio-sociológicas de mobilidade social, a urbanização intensa e os reclamos de uma participação maior nos destinos do país em vários campos são uma marca da sociedade brasileira atual. A educação escolar, dentro de sua área de atuação, para ser qualitativa não pode deixar de responder a estes reclamos. Do ponto de vista do ordenamento jurídico, há um encaminhamento desta resposta. Agora, trata-se de sua efetivação.

Conferência Magistral

A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E DO TRABALHO PEDAGÓGICO: VELHOS E NOVOS OBSTÁCULOS À DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

CONFERENCISTA: LICÍNIO LIMA – UMINHO/PORTUGAL

A efetivação do direito a uma educação democrática e de qualidade para todos tem-se revelado particularmente difícil, mesmo em regimes políticos democráticos, no contexto de programas governamentais e de legislação escolar que, formalmente, aderem à democratização da educação e da escola e afirmam promovê-la. Não obstante as importantes mudanças de política educacional, de acesso e de produção de resultados escolares, operadas em países que, como Portugal e o Brasil, só há poucas décadas abandonaram a condição de regimes autoritários, o processo de democratização da educação parece mais lento e difícil do que aquele relativo às instituições formais representativas da democracia política. De acordo com a história recente dos dois países, conclui-se que a democratização política representou uma condição necessária, embora não suficiente, para a concretização do direito democrático à educação. De entre os velhos e os novos obstáculos que se opõem à realização do direito humano à educação, serão abordados especialmente aqueles que se relacionam com a organização da escola e do trabalho pedagógico à luz do modelo industrial/empresarial, destacando ainda elementos como a racionalidade técnico-instrumental, os processos de supervisão direta e de standardização, a competitividade e a emulação, o “participacionismo” e o “lideracionismo” em contextos de governação heterónoma, associáveis a concepções elitistas de democracia e a perspectivas educativas meritocráticas e discriminatórias.

Conferências de Encerramento

MUDANÇAS NA RELAÇÃO SOCIEDADE E ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

CONFERENCISTA1: XAVIER BONAL – UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA

De los “fallos” al fracaso del mercado en educación. Un análisis del caso chileno

Numerosas organizaciones y académicos defienden la supuesta superioridad del mercado en los sistemas educativos. Se argumenta que la competencia entre escuelas es un factor clave para explicar las mejoras de calidad y eficiencia. La entrada de nuevos proveedores en el mercado, por lo tanto, es vista como beneficiosa para aumentar la competitividad entre escuelas y con ello, la mejora de la calidad de la educación. Estos argumentos son defendidos por varios sectores, a pesar de que las revisiones sistemáticas de la literatura ponen de relieve como no existen evidencias concluyentes acerca del impacto positivo de los mecanismos de mercado en los resultados educativos (Waslander, 2010). Más allá del debate relativo a la eficiencia, cabe preguntarse si las reglas y los mecanismos específicos sobre los que funcionan los sistemas educativos responden efectivamente a aquello que la teoría económica neoclásica prevé respecto al funcionamiento de los mercados. A partir del caso extremo de Chile, esta presentación mostrará las numerosas alteraciones de los mecanismos de mercado en un entorno real (y no hipotético) y pondrá en evidencia las circunstancias en las que las escuelas chilenas compiten entre sí. El análisis, basado en datos de la ciudad de Valparaíso, mostrará los procesos de segmentación del mercado y las distintas lógicas de oferta y demanda bajo las que operan proveedores y usuarios

CONFERENCISTA 2: VALDEMAR SGUISSARDI

Educação Superior no Brasil: Democratização ou massificação mercantil?

Esta conferencia visa explicitar como, no âmbito de uma economia ultraliberal, com predominância financeira, e de um Estado semiprivado, que lhe é funcional, está sendo anulada a fronteira público-privado/mercantil e promovida uma expansão da educação superior que se mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos. Isto põe em xeque sua pretendida democratização: os dados referentes ao status jurídico das instituições e matrículas, à frequência ao turno noturno e à EaD, à concentração por área de conhecimento e à intensificação e precarização do trabalho docente, etc., autorizam a hipótese de que a educação superior vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora.

Simpósio 1

ESTRUTURA OCUPACIONAL MOBILIDADE E DESIGUALDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SIMPOSISTA 1: GAUDÊNCIO FRIGOTTO – UERJ

Estrutura ocupacional mobilidade e desigualdade na sociedade brasileira

A educação é expressão da sociedade onde ela se produz e, por outra parte, ela é constituinte da sociedade. Somos uma sociedade que concentra riqueza para poucos e pobreza para muitos. Constrói-se assim uma relação perversa que se reflete num sistema educacional desigual na oferta e na qualidade do ensino para a maioria dos jovens brasileiros, que corrobora para uma estrutura ocupacional desigual, frágil mobilidade social e manutenção da desigualdade. Assim, paradoxalmente, permanece muito atual a indicação de Marx em 1869 ao falar ao Conselho Geral da Associação Internacional do Trabalho (AIT). *Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino, por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente é necessário partir da situação atual.* Buscarei, dentro desta compreensão, analisar as consequências para a sociedade e as implicações para o Sistema Nacional de Educação, a histórica dívida e negação, para a maioria dos jovens brasileiros, do ensino médio. Uma juventude que tem truncada a sua cidadania política e econômica. Pela primeira a negação de ter uma base para entender e atuar na sociedade em que vive na perspectiva da alteração da desigualdade. Pela segunda, a negação de ter as bases para atuar dentro dos padrões científicos e técnicos do atual processo de produção.

SIMPOSISTA 2: LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO – CUUNA – UFMG

Produzir qualidade social na diversidade: o Sistema Nacional de Educação em face das permanências e mudanças na estrutura ocupacional brasileira.

Considerando-se os desafios da institucionalização da Lei do Sistema Nacional da Educação nos próximos anos e a disputa de concepções presente no campo educacional, pretende-se contribuir para o debate por meio da análise das relações entre as mudanças na dinâmica da economia e na estrutura social e as mudanças no campo educacional, e sua incidência nas políticas públicas de educação e trabalho no Brasil.

SIMPOSISTA 3: ANA MARIA BELAVENUTO – DIEESE

Educação e trabalho: desafios atuais para o desenvolvimento brasileiro

Relacionar a dinâmica econômica com estrutura do mercado de trabalho, a geração de postos de trabalho e a escolaridade. Debater desafios para o incremento da produtividade e a qualidade das ocupações.

Simpósio 2

ESPAÇOS URBANOS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

SIMPOSISTA 1: LUIZ CESAR QUEIROZ RIBEIRO – UFRJ

O desafio das metrópoles: novas dimensões da questão urbana?

O destino das metrópoles está no centro dos dilemas das sociedades contemporâneas. As transformações tecnológicas, sociais e econômicas em curso desde a segunda metade dos anos 1970, em especial as decorrentes da globalização e da reestruturação socioproductiva, aprofundaram a dissociação engendrada pelo capitalismo industrial entre progresso material e urbanização, economia e território, Nação e Estado. Apesar do aumento das assimetrias, as metrópoles aumentaram seu papel indutor do desenvolvimento econômico nacional, como já mostraram trabalhos clássicos como de J. Jacobs (1969) e pesquisas sobre a relação entre globalização e as metrópoles (VELTZ, 1996; 2002). Para que as metrópoles, porém, sejam mais do que mera plataforma de atração de capitais, mas, ao contrário, constituam-se em territórios capazes de reterritorializar a economia, e de impedir o aprofundamento da disjunção entre Estado e Nação é necessário que contenham os elementos requeridos pela nova economia de aglomeração da fase pós-fordista, entre os quais se destacam os relacionados aos meios sociais germinadores da inovação, confiança e da coesão social. Veltz (2008) menciona que o que conta nas novas exigências competitivas – qualidade, reatividade e inovação- e da organização produtiva em rede- em substituição a organização taylorista – são *recursos relacionais* do que a existência de um estoque de recursos materiais de baixo custo. O artigo discute evidências de que as metrópoles brasileiras onde prevalecem menores índices de dualização e de polarização do tecido social são as que têm levado vantagens na competição pela atração dos fluxos econômicos, ou seja, as que recusaram a lógica da competição buscando oferecer apenas governos locais empreendedores e as virtudes da mercantilização da cidade. As metrópoles devem, portanto, constituírem-se em meios sociais capazes de promoverem a inovação, a confiança e a coesão social, tornando-se veículos da junção entre Estado e Nação.

SIMPOSISTA 2: JOÃO BARROSO - UNI. LISBOA

O local, a cidade e a educação

A minha intervenção no **Simpósio *Espaços Urbanos e desafios para a qualidade da educação***, tem como objetivo analisar o modo como o local tem vindo a afirmar-se como referencial das políticas educativas, ainda que, muitas vezes, com fins meramente retóricos. Tomando como base a reflexão produzida no quadro de dois projetos de investigação em que participei nos últimos anos, proponho uma interpretação sobre o significado e funções da espacialização das políticas no contexto da evolução do “Estado Educador”: o local como lugar de aplicação; o local como lugar de inovação e mobilização; o local como lugar de decisão e construção de políticas. Como reflexão final será analisada a importância que a territorialização pode ter para a criação de uma “nova ordem educativa local”, em particular no que se refere à articulação entre a cidade, como espaço urbano, e a educação.

SIMPOSISTA 3: ARNÓBIO MARQUES DE ALMEIDA JÚNIOR (SASE/MEC)

Os territórios como lugares onde as regras do Sistema Nacional de Educação se concretizarão

A ausência de um Sistema Nacional de Educação-SNE até os dias atuais tem resultado em fragilidades importantes a serem ainda superadas na política educacional. Apesar dos esforços de coordenação da política por parte da União, ainda ocorre descontinuidade de ações, carência de recursos, fragmentação de programas e falta de articulação entre órgãos gestores, porque não existem referenciais nacionais de qualidade e acordos federativos claros, capazes de orientar a ação supletiva para a busca da equidade. Aliadas a estes fatores apresentam-se como pano de fundo as históricas desigualdades econômicas e sociais no Brasil, que potencializam a complexidade e as tensões próprias do contexto federativo e que dificultam a organização da educação brasileira com formas de colaboração capazes de efetivamente garantir o direito constitucional. Em face das assimetrias existentes, a ação supletiva implica a equidade como uma decorrência da justiça e daí deriva a urgência da instituição do SNE, articulado por planos decenais de educação que elegerão metas e estratégias claras a serem trabalhadas na superação das desigualdades, disparidades e discriminações a cada período. Neste contexto, o conceito de território associado aos desafios para a qualidade da educação leva à reflexão sobre a garantia do direito juridicamente protegido. O território, assim, é o *lugar* (na perspectiva de Milton Santos) onde as regras comuns do SNE se farão concretas, reconhecendo novas marcas que orientam formas de organização além dos limites de territórios legalmente constituídos. Para a discussão e instituição do SNE o conceito de território abarca as ações articuladas da União, do Estado e dos Municípios, no exercício de suas competências comuns, no lugar onde vive o cidadão a quem o direito deve ser garantido. Planejamento articulado e execução de estratégias comuns envolvendo um grupo de municípios, o Estado e a União, podem fortalecer os planos municipais e o plano estadual de educação, integrando programas, potencializando e ampliando recursos, diminuindo a descontinuidade de ações e fortalecendo os órgãos gestores, que juntos podem definir referenciais de qualidade a serem atingidos localmente na busca de equidade, assegurando cidadania e direitos humanos.

Simpósio 3

CONDIÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO SÉCULO XXI: SOCIEDADE EM MUDANÇA

SIMPOSISTA 1: HELENO DE ARAÚJO - COORD. DO FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Tendo como referência o documento final da CONAE 2014 e com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com suas 20 metas e as 254 estratégias que definem os eixos para a elaboração das políticas educacionais nos próximos dez anos. Considero que é tarefa dos governos das três esferas federativas e dos movimentos sociais tratar e cuidar da universalização da educação básica com qualidade e equidade, da ampliação do acesso de jovens ao ensino superior, da gestão democrática do ensino, da valorização dos profissionais da educação e do financiamento da educação pública. Nesta mesa de debate darei ênfase às conquistas voltadas para a valorização profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, estabelecidas nas seguintes metas: meta 15, que trata da formação inicial para os Profissionais da Educação; meta 16, sobre a formação continuada na pós-graduação para todos/as os/as Profissionais da Educação; meta 17, que determina em até seis anos equiparar o salário médio dos Professores ao salário médio das outras profissões com a mesma formação e jornada; meta 18, que exige plano

de cargos e carreiras unificados para os/as Profissionais da Educação, tendo como base o Piso Salarial Profissional Nacional, estabelecido no artigo 206, inciso VIII da Constituição Federal para todos e todas que atuam na educação básica pública e sejam profissionalizados. Cabe observar que, ainda que o PNE esteja aprovado como lei, será necessário o acompanhamento vigilante das entidades que lutaram por sua aprovação e o consideram uma conquista em relação à situação atual para que seja garantido na prática o direito pleno à educação com a qualidade social merecida e a valorização dos seus profissionais.

SIMPOSISTA 2: ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA- UFPR

Valorização do professor: possibilidades e limites no contexto da sociedade contemporânea.

O trabalho parte de aportes de pesquisa para apresentar uma análise das condições de remuneração, carreira e condições de trabalho dos professores brasileiros de forma a contribuir para compreender os contornos específicos da relação entre valorização profissional e relações de trabalho no contexto contemporâneo. Procuram-se elementos que possam caracterizar condições de valorização, ou seja, aqueles que se relacionam a perspectivas de carreira, atratividade, fixação de professores nos sistemas de ensino, e cotejam-se estas condições com elementos que podem revelar impasses à valorização. Propõe-se uma análise destes impasses tanto na perspectiva de que estes decorrem da manutenção de desigualdades sociais estruturais que se relacionam às desigualdades econômicas externas ao trabalho docente, quando às desigualdades produzidas no interior dos sistemas educacionais e que tem legitimado condições de trabalho desiguais entre professores de diferentes etapas e modalidades de ensino. Tal análise dialoga com as metas do Plano Nacional de Educação (Lei 13005 de 2014) na construção de um cenário de desafios para formação, valorização e fixação de professores na rede pública de ensino brasileiro.

SIMPOSISTA 3: ANTONIO OLMEDO - UNIVERSITY OF LONDON

Práticas resistentes e práticas de resistência: subjetividade, governamentalidade e a política de ensino

Neste texto buscamos adotar uma abordagem “diferente” em relação à questão da resistência – uma que toma por base o trabalho de Michel Foucault. Nós já podemos ouvir os resmungos coletivos – o que Foucault, teórico da dominação e niilista, tem a dizer sobre resistência e liberdade? Nós gostaríamos de sugerir que ele tem muito a oferecer, particularmente no presente momento, particularmente para o professor. Não temos nenhuma crítica a fazer e temos somente admiração pelos esforços de resistência coletiva baseados no que Michael Apple (2012) chama de “unidades descentradas”. Contudo, nós queremos tratar especialmente dos apuros do professor que está sozinho em sua sala de aula ou na sala de professores e percebe algo “trincado”, algo que para os seus colegas não é mais do que o zumbido constante do mundano e do normal, e o acha intolerável. Como eles respondem? Colocando de forma simples, na medida em que as governamentalidades neoliberais foram enfocando cada vez mais a produção da subjetividade, é lícito que pensemos na subjetividade como o lócus de luta e resistência. Nosso enfoque neste trabalho é tanto a análise de modos e tecnologias neoliberais de governamentalidade como esses modos e tecnologias como pontos de agonismo e luta onde diferentes possibilidades do professor como sujeito podem ser vislumbrados. Esta é uma tentativa de abordar as relações de poder de forma diferenciada, seguindo os fluxos de poder na “direção oposta”. O que buscamos fazer é delinear a base de uma “nova economia das relações de poder” e fazê-lo de forma diferente, de uma maneira “que é mais empírica, mais diretamente

relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática” (Foucault, 1982, p. 211). Esta abordagem “diferente” toma, como ponto de partida, formas específicas de resistência, isto é, como Foucault sugere, nós queremos examinar a resistência a *práticas* e especificamente as práticas de performatividade, e então usar essas *práticas de resistência* “como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados” (Foucault, 1982, p. 211).

Simpósio 4

ESPAÇOS E TERRITÓRIOS RURAIS: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SIMPOSISTA 1: ARILSON FAVARETTO – UFABC

A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo

Uma das principais características das regiões rurais brasileiras neste início do século XXI é que, nem todos os que ali vivem, são ou serão agricultores. Esta mudança é decisiva para se pensar o ambiente educacional e as políticas públicas, de maneira a contribuir para que esta população possa participar da vida da comunidade e fortalecer o tecido social local. A exposição parte destas transformações demográficas e econômicas do Brasil interiorano para, a partir disso, analisar criticamente as concepções e projetos para a educação em áreas rurais. Ao final, são apontados alguns elementos necessários a uma nova geração de políticas e experiências educacionais em áreas rurais, bem como os bloqueios e as facilidades institucionais a que esta agenda se concretize.

SIMPOSISTA 2: BERNARDO MANÇANO FERNANDES – UNESP/PRESIDENTE PRUDENTE

Educação do campo e disputas territoriais

A Educação do Campo é um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das populações camponesas e tem se desafiado a construir experiências que possibilitem a superem os modelos convencionais. Esta postura tem fomentado disputas territoriais na elaboração de políticas de educação para o campo como os cursos de especialização de Residência Agrária, cursos de graduação e de pós-graduação. Apresentaremos as experiências da Universidade Estadual Paulista – UNESP com o curso especial de graduação em Geografia e o curso de pós-graduação em Geografia (Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). A relação Educação e Desenvolvimento é a base para a compreensão das disputas territórios desde o plano imaterial, como conceitos, teorias e políticas ao plano material, na luta pela terra, pela reforma agrária, mercados e tecnologias.

SIMPOSISTA 3: EDSON MARCOS DE ANHAIA –UFSC

Licenciatura em educação do campo: contribuições para pensar a qualidade da educação do campo

Na década de 1990, surgem nos espaços e territórios rurais inúmeras experiências educacionais resultantes do processo de mobilização dos trabalhadores rurais, que se organizam em movimentos sociais para garantir as condições mínimas de sobrevivência ou para lutar por políticas públicas que pudessem viabilizar as condições de existências desses trabalhadores. Desse processo nasce a Educação do Campo e hoje uma das políticas estruturantes a Licenciatura em Educação do Campo, que exigem especificidades do ponto de vista político pedagógico, operacional e logístico que fogem a lógica das Licenciaturas clássicas. Abordaremos na nossa fala os aspectos dessa política que dialogam com os territórios rurais e a qualidade da educação do campo, principalmente na formação de professores que atuam nos espaços do campo.

Simpósio 5

DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO DIREITO DE TODO O CIDADÃO E DEVER DO ESTADO

SIMPOSISTA 1: MIGUEL ARROYO – UFMG

Educação e desenvolvimento humano: direito de todo cidadão e dever do estado

Trataremos a temática em quatro partes: 1ª) O artigo 205 da Constituição diz que: "*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*" Por sua vez a LDB afirma que a função da educação é garantir o pleno desenvolvimento humano dos educandos. Há uma sólida base teórica que vincula educação e desenvolvimento humano, formação humana, humanização. 2ª) Os movimentos sociais ao articularem o direito à educação ao conjunto de direitos humanos reforçam essa articulação entre educação e humanização plena. 3ª) Nesta parte tentaremos trazer experiências-práticas políticas educativas que tentavam articular educação e desenvolvimento humano em várias redes municipais e em propostas de educação do campo, indígenas, quilombolas. 4ª) Nesta parte tentaremos trazer práticas-propostas que se afastam dessa relação entre educação e desenvolvimento humano pleno reduzindo o direito à educação a domínios de competências e em avaliações de resultados.

SIMPOSISTA 2: MÔNICA DE CARVALHO MAGALHÃES KASSAR (UFMS)

Escola como espaço de desenvolvimento humano e a diversidade

Este texto tem o propósito de trazer elementos para analisar a possibilidade de desenvolvimento humano na escola, tendo como preocupação as políticas educacionais propostas para o acolhimento da diversidade. Para tanto, propõe-se a: Discutir o contexto em que a atenção à diversidade firma-se nas políticas educacionais brasileiras; Apresentar dados do Censo Escolar com registros da presença da população considerada parte da diversidade populacional brasileira na escola; e Problematizar situações registradas em instituições escolares (comuns ou especiais), em que são identificadas diferentes formas de desenvolvimento humano. Para considerações finais, este trabalho ressalta desafios a serem superados para a garantia de desenvolvimento humano pleno nos espaços escolares.

SIMPOSISTA 3: SALOMÃO XIMENES (UFABC)

O conteúdo jurídico amplo do direito à educação básica e de qualidade

Constituição Federal brasileira estipula um conjunto de princípios a serem realizados na educação escolar, dentre eles a garantia de padrão de qualidade (CF/88, art. 206, VII). O artigo se propõe a analisar o sentido de tal previsão quanto à educação básica e a estabelecer um marco conceitual o conteúdo normativo do direito à qualidade do ensino no Brasil. Nossa premissa é que vivenciamos no País um forte impulso à regulação jurídica da qualidade da educação básica, que se manifesta na complexificação das ferramentas de juridificação utilizadas no campo educacional e, na prática legislativa, na enorme expectativa de regulamentação ancorada no novo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Ao mesmo tempo em que crescem as expectativas de juridificação de aspectos relacionados à qualidade, carecemos de um marco conceitual ampliado para a análise dessa questão sob seu prisma jurídico. Objetivando enfrentar essa lacuna teórica, tomamos como base a teoria dos direitos fundamentais como princípios, a partir da qual desenvolvemos nossa proposição normativa básica no sentido de que o princípio estudado visa proteger a máxima qualidade do ensino em função das condições fáticas e jurídicas que se apresentem em determinado contexto. Propomos, em contraposição às ideias tecnicistas e/ou minimalistas, que os componentes do direito à qualidade da educação básica sejam definidos a partir do enfoque de direitos humanos educacionais, aí incluindo as obrigações estatais de respeitar e proteger as liberdades educacionais e de realizar a educação básica em condições de igualdade. O direito à qualidade, assim definido, compreende as dimensões jurídicas relacionadas às características dos alunos, ao ambiente escolar, às condições de infraestrutura e insumos básicos, aos conteúdos, aos processos educacionais relevantes, aos resultados e ao financiamento público. Cada uma dessas dimensões deve ter como objetivo a plena realização, com o máximo de recursos disponíveis. Devem ser juridicamente protegidas, observando-se a necessária modulação quanto ao tipo de juridificação que mais se adequa ao paradigma de direitos humanos. Devem ainda compor um sistema amplo de indicadores de realização, que venha a substituir os enfoques reducionistas que sobrevalorizam resultados padronizados em detrimento dos demais elementos.

Simpósio 6

IMPLICAÇÕES DO PNE NA CONCEPÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SNE E OS PRESSUPOSTOS DE CURRÍCULO E BASE COMUM NACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SIMPOSISTA 1: GILDA ARAÚJO (UFES)

Federalismo brasileiro e cooperação interfederativa em educação

A proposta do deste simpósio é analisar como as relações intergovernamentais e as experiências de associativismo territorial em curso no Brasil podem dialogar e contribuir para o debate, a pesquisa, a formulação de políticas públicas para a definição de normas de cooperação e formas de colaboração entre os entes federados para a oferta de serviços educacionais no Brasil, fazendo avançar as proposições no campo das definições conceituais e operacionais do regime de colaboração. A relevância da abordagem é justificada pelo fato de o associativismo territorial estar se configurando como uma forte proposição na disputa política pela definição da cooperação e da colaboração federativa em matéria educacional, rivalizando, por exemplo, com concepções que defendem a regulamentação, por lei complementar, das normas de cooperação, conforme o disposto do artigo 23 da Carta Magna. A federação brasileira - com descentralização

de base municipalista e hoje composta pela União, por 26 estados, 1 Distrito Federal e 5.564 municípios - tenta buscar a equalização em relação à oferta dos serviços públicos que asseguram os direitos sociais. A maioria desses municípios foi criada após a promulgação da Constituição Federal de 1988 sem condições financeiras de arcar com suas despesas e, sobretudo, com as responsabilidades pela oferta de saúde, educação e outros serviços públicos sob sua responsabilidade. Sendo assim, a autonomia dos municípios é bastante limitada e, em alguns casos, quase inexistente, porque muitos não possuem arrecadação própria e sobrevivem de transferências compulsórias ou voluntárias da União ou dos estados (a mais expressiva delas é o Fundo de Participação dos Municípios). Nesse sentido, no que tange à oferta educacional, a regulamentação das normas de cooperação por lei complementar (parágrafo único do artigo 23) e o incentivo às redes entre os entes federados que garantam formas de colaboração institucionalizadas (consórcios administrativos, consórcios públicos) ou não (Arranjos de Desenvolvimento da Educação, territórios de cooperação educativa e outras modalidades fluidas) está ganhando proeminência nos debates, nas normativas e na produção acadêmica no Brasil, mas ainda não há um acúmulo que permita pactuar como deve ser o desenho institucional das mesmas no federalismo educacional brasileiro e como esse desenho se relacionaria tanto com as autonomias municipais quanto com o sistema nacional de educação indicado na modificação da Emenda 59/2009 ao art. 214 da Constituição e no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014).

SIMPOSISTA 2: LUIZ FERNANDES DOURADO – UFGO/CNE

O PNE, a instituição do SNE e Base Comum Nacional: desafios e perspectivas

A aprovação do Plano Nacional de Educação, por meio da Lei 13.005/2014, em consonância com a Constituição Federal e a LDB, ensejam importantes processos de discussão, proposição e efetivação de políticas nacionais para educação tendo por centralidade a instituição do Sistema Nacional de Educação. Tendo por eixo a defesa do federalismo cooperativo, por meio de descentralização qualificada e, portanto, considerando a necessidade de avanços na efetivação do regime de colaboração (art. 23 a ser regulamentado), busca situar o SNE e sua importância estratégica visando garantir políticas, gestão e padrões de qualidade, avaliação, regulação e financiamento adequados para a melhoria da qualidade social da educação, em todos os seus níveis e modalidades educativas. Tal processo vai requerer, no bojo do SNE, a definição sobre a natureza, papel, composição e finalidades do SNE, bem como, políticas nacionais direcionadas a formação, currículo, avaliação, financiamento, gestão e valorização dos profissionais da educação. Neste contexto, ao discutir as bases constitutivas do SNE buscar-se-á situar o papel da União na coordenação das políticas educacionais, sem prejuízo das prerrogativas dos demais entes federados. como previsto na CF, realçando a importância, entre outros, do estabelecimento de uma base comum nacional que, segundo nossa ótica, não se confunde com base curricular nacional ou currículo mínimo.

SIMPOSISTA 3: ALINE CASIMIRO LOPES

Questionando a proposta de base comum nacional

Em minhas investigações sobre políticas de currículo, parto do entendimento dessas políticas como discursos constituídos por disputas pela significação do que vem a ser currículo. Apoiada na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, opero com a noção de que tais discursos são o resultado de articulações entre demandas curriculares de toda ordem. As articulações se sustentam por expulsarem determinadas demandas diferenciais, nomeando-as como ameaça à própria articulação, ameaça à identidade curricular que se deseja projetar. Os múltiplos antagonismos entre identificações garantem assim a hegemonia de certos projetos. Como

exemplo, podemos citar o antagonismo entre qualidade social da educação e qualidade total; propostas neoliberais e propostas anti-neoliberais; propostas que apostam na definição de regras do que vem a ser conhecimento e discursos que afirmam o caráter imprevisível e intangível da política de currículo. Com esse entendimento, busco me afastar tanto de enfoques racionalistas – liberais ou não –, apostando no descentramento da política, na contextualização radical de toda política de currículo. Mobilizada por essa interpretação, tenciono questionar propostas atuais que visam a construir um fundamento, um padrão, uma base curricular comum – frequentemente suposta como nacional –, um conjunto de conteúdos básicos ou mesmo um conjunto de critérios consensuais para definir de uma vez por todas uma identidade para o currículo da Educação Básica.

Mesa Redonda 1

FORMAÇÃO DOS JOVENS FRENTE AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

PALESTRANTE 1: PAULO CESAR RODRIGUES CARRANO (UFF)

Os sentidos da presença dos jovens no ensino médio

A comunicação trará elementos para reflexão sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelas políticas públicas de educação e comunidades escolares para que a escola de Ensino Médio seja significativa para os jovens e as jovens estudantes. As matrículas de Ensino Médio no Brasil cresceram ao longo dos últimos anos trazendo um público popular para escolas ancoradas em representações elitistas sobre o seu público destinatário. A denominada crise de audiência do Ensino Médio expressa no elevado número de estudantes que se evadem ou abandonam a escola possui vetores estruturais que independem das instituições escolares. Entretanto, há um esforço que necessita ser feito e que diz respeito ao suporte necessário que o estado precisa conferir às redes de ensino e instituições para que estas se tornem adequadas e interessantes para os estudantes. Da mesma forma, os fatores promotores de desinteresses e expulsão estudantil estão em grande medida relacionados com a inadequação de currículos que não respondem adequadamente aos movimentos complexos dos novos arranjos de saberes e compartilhamento de experiências de nossas sociedades articuladas em redes de sociabilidades e saberes mediadas pelos aparatos sócio-técnicos, notadamente a internet e os múltiplos meios de comunicação. A formação docente será também tratada na perspectiva de inventariar questões que nos permitam perceber que a crise de sentido da escola para seus estudantes é também resultante das distâncias existentes entre as representações adultas e as reais características organizadoras dos distintos modos de ser e de se viver o tempo da juventude na atualidade. A escola de Ensino Médio, acreditamos, necessita ser animada e estruturada na busca de uma formação humana integral de seus jovens estudantes sob a base de princípios de dialogia que a transforme em verdadeira comunidade de aprendizagem entre sujeitos de múltiplas experiências e saberes em constante interação.

PALESTRANTE 2: RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO (UFPA)

Formação dos jovens frente aos desafios da sociedade contemporânea: o ensino médio como estratégia de emancipação

O ensino médio como objeto de disputa de classes no Brasil. Projetos pedagógicos como expressão da luta de classes nas propostas de ensino médio na história brasileira recente. A Pedagogia das Competências como projeto pedagógico do capital para o ensino médio e para a educação profissional brasileira. O ensino integrado como projeto pedagógico contra hegemônico. Referências e Práticas pedagógicas contra hegemônicas. As lições da experiência de ensino médio da Casa Familiar Rural de Gurupá.

PALESTRANTE 3: DOMINGOS LEITE LIMA FILHO (UTFPR)

A relação trabalho e educação nas concepções e políticas para o ensino médio e educação profissional para jovens e adultos trabalhadores

Discute-se as relações entre educação profissional e educação básica, destacando-se os embates em torno das concepções das novas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e para a educação profissional e de sua implementação em políticas e programas educacionais, dentre eles os cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) e do Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade Educação de Jovens (PROEJA). A partir de resultados de pesquisas, são analisados o EMI e o PROEJA como políticas públicas de elevação de escolaridade e formação profissional de jovens e adultos trabalhadores, bem como o papel dos Institutos Federais e das redes estaduais de educação na condução destas políticas.

Mesa Redonda 2

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES E CONDICIONANTES DO ACESSO À ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESPAÇO URBANO

PALESTRANTE 1: ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA- USP

A desigualdade intraescolar e os desafios para as políticas públicas de educação

Com base em pesquisa desenvolvida junto às escolas públicas a apresentação analisará os fatores intraescolares que podem colaborar para o entendimento da desigualdade de resultados nas provas em larga escala apresentados pelas escolas brasileiras.

PALESTRANTE 2: MARCIO DA COSTA UFRJ

Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país

A apresentação se baseia em estudo que analisa padrões de segregação escolar em cinco grandes cidades do Brasil: Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Dados do INEP e da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro apresentam informações para todos os alunos matriculados no ensino fundamental entre 2007 e 2011. São utilizados dois indicadores de segregação, *Dissimilarity Index* e o *Segregation Index*, descrevendo níveis de segregação para: 1) cor/raça; 2) condição de pobreza; 3) distorção idade-série; 4) escolaridade dos pais. O estudo permite uma primeira abordagem comparativa entre grandes cidades do Brasil, que apresentam diferentes legislações educacionais referentes aos procedimentos de matrículas. O desenho do estudo também permite observar a segregação entre diferentes redes de ensino: público municipal e escolas privadas. A cidade do Rio de Janeiro é foco de análises adicionais sobre o impacto de práticas administrativas e políticas específicas nos níveis de segregação escolar. Em linhas gerais, os modelos sugerem que a legislação educacional afeta a segregação entre e intra escolas, em níveis que podem atingir até 50% da variação observada.

PALESTRANTE 3: CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO – PUC/GOIÁS

A universalização da educação básica e o acompanhamento da frequência escolar – condicionalidade do programa bolsa família.

A condicionalidade do Programa Bolsa Família vem se constituindo em indutor da permanência de estudantes na escola, efeito positivo sobre a trajetória escolar dos filhos e filhas dos beneficiários do referido Programa. No entanto a permanência desses estudantes na escola depende do reconhecimento do direito ao saber e da superação da invisibilidade pela escola e pela comunidade educacional desses "novos sujeitos", que requerem outras pedagogias. Destaca-se que o Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade, condicionalidade do Programa Bolsa Família é uma ação estratégica, que se dá em regime de colaboração e intersetorialmente. As ações são realizadas pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Estado da Educação e Secretarias Municipais de Educação e suas respectivas Coordenações da área de educação, representa, portanto, um grande potencial de contribuição para as agendas prioritárias das políticas educacionais brasileiras. Nesse sentido, ressalta-se grande abrangência do PBF, que vem se constituindo em uma rede nacional de acompanhamento da frequência escolar envolvendo os 5.570 municípios brasileiros, 36 mil Coordenadores do Sistema Presença, presente em 173.187 escolas das 190.706 escolas brasileiras, em termos de matrículas corresponde a 45,1% do total de estudantes de 4 a 17 anos, matriculados, em 2013. Nessa perspectiva, torna-se fundamental pensar a universalização da Educação Básica, meta central do Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005 de 2014), tendo esses dados do Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar (abandono, repetência, aprovação e outros) como elementos para planejar as estratégias de viabilização do PNE, exige, ainda, outro repensar político pedagógico do processo escolar de forma colegiada – gestores, professores, família e comunidade tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola.

Mesa Redonda 3

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA ESCOLA NO SÉCULO XXI

PALESTRANTE 1: MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCE (UFRGS – SECRETÁRIA DA SEB/MEC)

A gestão da política de formação de professores na construção do sistema nacional de educação

Análise da política de formação inicial e continuada de professores da educação básica no Brasil na perspectiva das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O contexto da política: (a) dinâmica e desigualdades nas funções docentes, em termos de titulação e condições de trabalho, carreira e remuneração; e (b) a oferta de formação inicial e continuada de professores, suas características e tendências atuais. A gestão democrática da política de formação de professores na construção do Sistema Nacional de Educação: participação, regime de colaboração e padrão de qualidade para garantir o direito à educação.

PALESTRANTE 2: IRIA BRZEZINSKI - PUC/GOIÁS

Sujeitos sociais coletivos e a regulação da formação inicial e continuada emergencial de professores: contradições *versus* conciliações

Realizam-se análises conceituais e da práxis do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente articulador ou regulador de Planos Estratégicos de Formação inicial e Continuada de Professores em exercício nos sistemas públicos de ensino, sem formação superior. Consiste em recorte de pesquisa-matricial, nacional perquiridora de impactos do fomento e implantação pela Capes da Educação Básica do PARFOR (Decreto n. 6.755/2009) e as relações conflitantes ou conciliatórias entre os sujeitos sociais integrantes desse espaço plural e democrático — Forprof.

PALESTRANTE 3: MÔNICA CASTAGNA MOLINA (UNB)

Direito à educação, formação de educadores e escolas do campo: tensões e contradições no processo de expansão dos cursos de licenciatura em educação do campo

A partir das próprias lutas dos movimentos sociais, nestes quinze anos foram conquistadas políticas para garantir o direito à educação aos camponeses, incluindo uma política específica de formação de educadores, que se materializa no Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO. Este Programa passa por uma fase de relevante expansão, com a implementação de 42 cursos permanentes de Licenciatura em Educação do Campo, com a meta de formar 15 mil educadores do campo. Porém, esta expansão também impõe uma série de desafios à manutenção dos princípios originais do Movimento da Educação do Campo. Haveria possibilidade de se considerar este território como espaço de acúmulo de forças para elevação da consciência das classes trabalhadoras do campo? Quais as tensões e contradições que esta ampliação traz? Que contribuições à materialização da Educação como Direito Humano aportam as Licenciaturas em Educação do Campo? Elas podem impactar, em alguma medida, as lutas contra o fechamento das Escolas do Campo? Quais as contribuições à teoria e prática pedagógica que trazem estes cursos de formação de educadores do campo? A partir da pesquisa realizada a partir do Observatório da Educação Superior/CAPEs, intitulada “Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil” apresentaremos elementos de reflexão sobre questões acima colocadas.

Mesa Redonda 4

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES E CONDICIONANTES DO ACESSO À ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESPAÇO RURAL

PALESTRANTE 1: ROSELI SALETE CALDART (INSTITUTO EDUCAMPO)

A educação do campo e o momento atual das lutas dos trabalhadores camponeses por uma “escola pública de qualidade”

A exposição será desenvolvida em torno de três pontos/tópicos articulados: 1º) Elementos do percurso histórico da Educação do Campo como luta pelo direito à educação dos trabalhadores do campo e construção de uma chave teórica de análise da realidade educacional, na relação entre específico e geral, particular e universal. 2º) Momento atual de avanço (regressivo-destrutivo) da lógica de produção capitalista na agricultura e os determinantes fundamentais do acesso dos trabalhadores à escola pública na realidade brasileira. Fechamento de escolas e

retorno da “educação rural”, atualizada pelas demandas de reprodução do capital e acompanhando as tendências gerais da política educacional. 3º) Lutas de resistência camponesa, projeção de outra lógica de trabalho no campo e suas novas exigências educativas. O lugar da escola pública nesse confronto de matrizes formativas: conteúdo e forma das lutas e construção de “acesso” e “qualidade”.

PALESTRANTE 2: SALOMÃO ANTÔNIO MUFARREJ HAGE – UFPA

Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo

O artigo analisa a realidade das escolas públicas do campo, inserindo suas particularidades nos desafios mais abrangentes que enfrentam os movimentos sociais populares do campo para assegurar o direito à universalização da Educação Básica, com qualidade socialmente referenciada e afirmativa da diversidade sociocultural e territorial que constitui o campo no Brasil. Ele socializa os resultados dos estudos realizados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ sobre a realidade das escolas rurais com turmas multisseriadas, considerando o paradoxo existente entre o abandono e a precarização que caracteriza em grande medida as condições de existência dessas escolas e as ações criativas realizadas pelos professores e estudantes no cotidiano escolar que desafiam as condições adversas nelas vivenciadas, indicando referências para a transgressão do paradigma seriado urbano de ensino, atualmente hegemônico nessas escolas.

PALESTRANTE 3: MARIA DO SOCORRO DA SILVA - UFCG

Distribuição de oportunidades e condicionantes do acesso à escola pública de qualidade no espaço o rural

Esta apresentação trata das relações entre os problemas de acesso, permanência e qualidade da escola pública localizada no espaço rural e as mudanças ocorridas nas políticas educacionais nos últimos anos. A emergência de um conjunto de normas específicas para a Educação do Campo traz mudanças no marco jurídico do país, numa perspectiva de reconhecimento do direito dos Povos do Campo à Educação Básica com qualidade social e de uma educação contextualizada a sua realidade. O Movimento da Educação do Campo, em seu processo de mobilização pela afirmação e fortalecimento das práticas pedagógicas das Escolas do Campo, instiga as políticas públicas, a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, e de lutas pelo direito à terra, às águas, a floresta, à soberania alimentar, à saúde, à educação, ao meio-ambiente sustentável, enfim, um lugar de direitos, e portanto, de maior distribuição de oportunidades e acesso a uma escola de qualidade.

Mesa Redonda 5

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO DIREITO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA: IMPACTO NO SNE

PALESTRANTE 1: ANA MARIA CAVALIÉRE – UFRJ

Escola de horário integral no Brasil: em busca da condição de política de estado

A necessidade da escola de horário integral no Brasil tornou-se quase uma unanimidade. Entretanto o sentido dessa proposta ainda não está suficientemente estabelecido. Se vista como um direito de todos, estratégico para a cidadania, é uma tarefa de grande porte político e financeiro e requer tratamento de política de Estado assumida cooperativamente por todos os entes da federação. Nesse caso, novos equipamentos escolares e mais professores são imprescindíveis. Já uma visão compensatória da ampliação da jornada escolar, voltada para alguns segmentos da população, pode levar a soluções fragmentadas, provisórias, com base em trabalho voluntário ou em parcerias com organizações sociais de diferentes matizes. Este artigo apresenta e analisa os atuais elementos que compõem o debate sobre o tema.

PALESTRANTE 2: LUIZ CARLOS DE FREITAS – UNICAMP

A organização do trabalho pedagógico na escola: para qual qualidade?

A opção política que orienta o sistema de avaliação desde os anos 1990 coaduna-se às vivenciadas em outros países, porém mais apoiando-se na reprodução dessas do que por evidências empíricas positivas. As categorias centrais que definem tais políticas envolvem uma combinação de responsabilização, meritocracia e privatização, merecendo atenção para que não percamos mais uma década no campo educacional, considerando que a organização do trabalho pedagógico tem sido diretamente influenciada pelas propostas em curso e a formação dos estudantes irremediavelmente afetada. As evidências empíricas apontam para a indução curricular adequada ao demandado na avaliação e distanciando-se, portanto, de um trabalho pedagógico voltado à efetivação da qualidade de ensino. Pretende-se, por este viés, analisar a organização do trabalho pedagógico e as possibilidades de aprender dos estudantes matriculados no sistema educacional, tomando como ponto de análise as condições de elaboração didático/metodológicas dos docentes frente às atuais políticas educacionais de avaliação.

PALESTRANTE 3: REPRESENTANTE DO INEP

Mesa Redonda 6

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

PALESTRANTE 1: JUAN GONZÁLEZ LÓPEZ (U CHILE)

Financiamento da educação e as relações entre o público e o privado

La provisión privada ha estado presente en Chile desde los inicios del sistema educativo obligatorio a inicios del siglo XX. Actualmente el sistema está mayoritariamente controlado por los privados, aunque su financiamiento es estatal. Esto se ha consolidado desde la reforma neoliberal desde el año 1982. La oferta particular subvencionada desde el año 1995 en adelante ha aumentado explosivamente. El sistema educativo chileno, uno de los más privatizados del mundo, ha resultado ser un sistema *efectivo*, en tanto las reformas empleadas favorecieron la subordinación total del significado y función educativa a las leyes del mercado, constituyéndose, desde su institucionalidad y financiamiento, en una empresa capitalista que produce desigualdad y marginación. La liberalización de la provisión educativa, ha tenido efectos adversos en los resultados de aprendizaje, en la pertinencia social de las escuelas y ha favorecido una marcada segmentación de la población escolar. Además la desigualdad que la escuela privada reproduce se acentúa, año tras año que sigue vigente la reforma educativa neoliberal. Hoy en Chile se ha consolidado un sistema de educación obligatoria universal de provisión educativa mixta, con un fuerte pilar privado subvencionado, el cual alcanza, al 2014, una cobertura de un 54% de la matrícula total del país, llegando en algunas comunas a más de un 80% de la matrícula. La provisión educativa chilena contiene una paradoja, está financiada por el Estado pero está controlada por privados. ¿Quiénes son los proveedores educacionales? A pesar de que se han realizado investigaciones, es necesario profundizar para dar cuenta de los actores presentes en el sistema subvencionado. En la ponencia se avanzará en la caracterización de este sector y a partir de ahí se analizará la reforma actual en Chile, los efectos de los cambios propuestos en el sistema de provisión y las alternativas en la discusión sobre financiamiento de la educación pública.

PALESTRANTE 2: JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – USP/RIBEIRÃO PRETO

Os recursos públicos para o setor privado de ensino

Nascida do que se pode chamar, utilizando-se uma linguagem atual, de uma parceria pública privada entre o império português e os jesuítas, a educação brasileira ao longo de sua história viveu da tensão entre o financiamento público para instituições privadas de ensino e a oferta estatal. A aprovação da Constituição Federal de 1988 representou um momento importante de inflexão ao priorizar explicitamente a destinação de recursos públicos para escolas públicas. Mais recentemente, o país tem assistido a um recrudescimento de diferentes mecanismos de financiamento, com recursos públicos, de instituições privadas, lucrativas ou não. O presente trabalho procura aquilatar o volume de recursos públicos envolvidos nesse processo nos diferentes níveis de ensino.

PALESTRANTE 3: THERESA ADRIÃO – UNICAMP

Setor privado lucrativo e não lucrativo: a educação pública como mercado?

Temos assistido o Brasil, com certo deslocamento espaço temporal em relação aos países de capitalismo central, a introdução de uma agenda de privatização da e na educação (Hill, 2003; Rikowski; 2001, 2002; Dale, 1994 e Ball and Yodell, 2007) básica pública cujas consequências para a equidade e coesão social (Levin, 2001) ainda estão por ser analisadas. A apresentação aqui proposta esforça-se por tematizar os modelos pelos quais o setor privado (lucrativo e não lucrativo) vem com o subsídio público, assumindo a oferta educacional.

Sessão Temática 1

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

CONVIDADO 1: ANA LÚCIA GUEDES (UNICAMP)

CONVIDADO 2: ZÉLIA GRANJA PORTO (UFPE)

Programa pacto nacional pela alfabetização na idade certa: concepções, limites e perspectivas

O trabalho pretende retratar o contexto de criação do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa destacando respostas seculares aos problemas da alfabetização infantil. Ao mesmo tempo o aprofundamento teórico do Programa, os limites e perspectivas. Dentre os limites salienta-se a centralização do currículo e do conhecimento sobre alfabetização e os impactos nos resultados da aprendizagem deste conhecimento. Dentre as perspectivas, a crítica ao Programa poderia permitir a flexibilidade do protagonismo dos professores e a autonomia dos municípios na gestão da política curricular e de formação continuada de professores alfabetizadores.

Sessão Temática 2

PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

CONVIDADO 1: DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN (UNICAMP)

CONVIDADA 2: MÔNICA RIBEIRO DA SILVA (UFPR)

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e as urgências da última etapa da educação básica. Fundamentos legais e conceituais do PNEM. Estrutura da formação continuada. Alcances e resultados obtidos. Desafios e perspectivas para a continuidade.

Sessão Temática 3

EM QUESTÃO O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PNE: AMBIVALÊNCIA DA BASE COMUM NACIONAL

CONVIDADO 1: Marcia Ângela Aguiar (CNE)

CONVIDADO 2: Elizabeth Macedo (UERJ)

SESSÕES DE COMUNICAÇÃO

Eixo 1

ESTRUTURA OCUPACIONAL MOBILIDADE E DESIGUALDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ENSINO SUPERIOR E EMPREGABILIDADE: A ASCENSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NO BRASIL

Frederico Dourado R. Morais - PUC Goiás
fredericodourado@gmail.com

A partir do cenário do regime de acumulação flexível, este trabalho aborda o modelo formativo, instituído pelo capital, a partir da crise vivida no final do século XX e a mudança significativa ocorrida, que transferiu para os indivíduos a condição de ter ou manter um emprego. Apreendido o modo capitalista ao longo de suas crises no século XX, suas implicações no processo formativo, e principalmente, a relação entre a escola, o capital e o trabalho, realizamos um estudo sobre o contexto do crescimento dos Cursos Superiores de Tecnologia, ao longo deste século XXI no Brasil, desvelando sua relação intrínseca com o processo de reestruturação produtiva, trazidas pela acumulação flexível, com destaque para a vinculação feita pelo empresariado da formação superior com a ascensão social, condicionando a empregabilidade com os cursos superiores de tecnologia. Neste sentido, constatou-se que o crescimento do desemprego estrutural, cuja formação dos indivíduos é delimitada pelo estreitamento entre o tempo e o espaço, a qualificação tende a ser mais um instrumento de dominação do capitalismo frente aos sujeitos e um elemento crucial na justificação do desemprego.

Palavras-chave: Ensino Superior. Acumulação Flexível. Empregabilidade

Eixo 2

FORMAÇÃO DOS JOVENS FRENTE AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O ENSINO TÉCNICO FRENTE AO PNE: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E ALGUNS QUESTIONAMENTOS.

Eduardo Calsan - UMESP;
Décio Azevedo Marques de Saes - UMESP
eduardocalsan@uol.com.br

Este pequeno estudo pretende, em linhas gerais e não cabais, mostrar as principais características esperadas em um curso técnico, de nível médio, aproximando-as do que se propõe a Lei 13005/14, no que tange o assunto, bem como elencar algumas questões para a discussão do tema, à luz da nova legislação.

Palavras-chave: Ensino Técnico. Ensino Profissionalizante. Centro Paula Souza.

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJovem URBANO EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA).

Flávia Cristina Batista Caires - UESB
flaviacaires5@gmail.com

O artigo apresenta o Projovem Urbano como carro-chefe das políticas públicas de juventude, uma política focalizada que se baseia nas matrizes neoliberais com características assistencialistas, mas apresenta inovações na tridimensionalidade entre educação básica, qualificação profissional e participação cidadã. O objetivo desta pesquisa foi compreender como ocorreu o processo de implementação do Projovem Urbano no município de Vitória da Conquista (BA). A pesquisa empírica foi realizada com a utilização de análise documental, grupo focal e entrevista em profundidade. Os sujeitos que compoam a pesquisa consistem em 01 (um) membro do comitê gestor local, 02 (dois) membros da coordenação local e 06 (seis) educadores do programa. A técnica de análise escolhida se baseia em análise de conteúdo referenciada em Bardin, assim as categorias de análise são: Gestão, Educação e Trabalho. Conclui-se, neste estudo, que o Projovem Urbano vem sendo implementado no município envolto em uma correlação de forças político-partidárias na composição do governo, que se estiver bem alinhado interfere positivamente na execução da política. Porém, se estiver mal alinhado, interfere de forma negativa, pois as relações de poder se sobrepõem às demandas sociais e isso interfere na execução das políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Juventude. Gestão. Políticas Públicas.

A POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS: AS PRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato - Escola Naval
hghhhma@gmail.com

Em 2014, a Escola Naval, instituição de ensino superior da Marinha do Brasil, recebeu para o seu curso de graduação as primeiras doze mulheres Aspirantes, jovens de cerca de 20 anos. Este estudo é de cunho qualitativo e bibliográfico exploratório, cujo objetivo é procurarmos compreender a formação da construção da identidade social da jovem mulher militar oriunda da graduação superior via aquartelamento. O período inicial de coleta de dados foi o da adaptação, que ocorreu no mês de janeiro de 2014. O instrumento utilizado foi um questionário com perguntas abertas e fechadas às jovens novatas. A caserna tem por característica ser um território dos homens, principalmente por envolver atividades de risco, força e de forte rigor da disciplina. No momento de formação de um pequeno grupo de pioneiras, as Aspirantes necessitam conhecer as representações sociais militares, descobrir sua vocação, apreender o estilo de vida da tropa e os valores militares, além de dedicação à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade complexa que busca, em suas cores e ações, respaldo para um país forte e gigante pela própria natureza.

Palavras-chave: Escola Naval. Forças Armadas. Igualdade de gêneros.

ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO: AS UTILIZAÇÕES DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO.

Jamerson Antonio de Almeida da Silva- UFPE/CAA;

Edima Verônica de Moraes- UFPE/CAA

jamersonufpe@gmail.com

Esta trabalho é fruto de uma pesquisa mais extensiva apresentada em Dissertação de Mestrado que tem como tema central a formação da juventude através da Educação Integral e propõe-se a compreender as utilizações, por parte do Governo do Estado de Pernambuco, das Escolas de Referência em Ensino Médio. No contexto tipicamente brasileiro, a escola sempre foi recheada de significados que extrapolam seus limites e funções. A produção dos dados e a análise comprovaram que a política de educação integral em Pernambuco nasce seguindo as exigências dos empresários mediados por organismos internacionais, com o objetivo de atender ao novo padrão de acumulação, que exige um trabalhador polivalente e capaz de se adaptar às instabilidades da vida. Nesse sentido, as EREMs cumprem, para o governo Eduardo, o papel de passar a promessa de integração do jovem ao mercado de trabalho, conforme indicações do Governo Federal e do Banco Mundial.

Palavras-Chave: Educação Integral. Utilizações da escola. Escolas de Referência em Ensino Médio. Pernambuco.

UNIVERSO DAS CIÊNCIAS: PARCERIA POR UMA APRENDIZAGEM INOVADORA

Jéssica Bell'Aver - CNPq;

Ana Cláudia Covatti Colpani - SESI

jessica.aver@sesipr.org.br

O projeto “Universo das Ciências” se refere a uma estrutura destinada ao ensino de Ciências de maneira lúdica, prática e gratuita. A proposta é voltada aos estudantes do Ensino Médio do Colégio SESI e aos alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas de Toledo e região. O objetivo central deste artigo é disseminar essa iniciativa de trabalho que proporciona aos estudantes uma vivência diferenciada dos conteúdos das disciplinas de química, física, matemática, biologia e processos industriais. O projeto, fruto da parceria entre o SESI, a indústria farmacêutica Prati-Donaduzzi e o CNPq, busca contribuir no processo de aprendizagem dos alunos para que os mesmos sejam participantes, críticos e ativos na construção e utilização de conhecimentos científicos. Como metodologia para este estudo, utilizou-se os tipos de pesquisa analítica, interpretativa, bibliográfica e de campo. Os resultados mais expressivos podem ser percebidos por meio do questionário aplicado, o qual noventa e cinco por cento dos alunos considerou a sua participação no projeto muito produtiva para o seu desenvolvimento escolar, pessoal e profissional.

Palavras-chave: Ensino de Ciências. Inovação. Indústria.

A INTEGRAÇÃO CURRICULAR PRESCRITA DO ENSINO MÉDIO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO IFES – CAMPUS VITÓRIA

Marcelo Lima - CE-DEPS-PPGE-UFES;

Daniele da Silva Pereira - PIIC-UFES

marcelo.lima@ufes.br

O presente trabalho de base marxiana e que serve da análise documental analisa a integração curricular prescrita no curso técnico integrado em Edificações do IFES campus Vitória. Neste texto, buscou-se descrever as principais características das prescrições curriculares nacionais e local que estabelecem as formas e possibilidades de integração curricular da educação profissional e o ensino médio na rede federal. Com base nos resultados percebe-se uma sintonia incompleta existente entre as determinações mais gerais e as definidas pela instituição de ensino. Além disso, infere-se que os limites em que essas normas se dão não abarcam as muitas possibilidades que a dinâmica da escola permite. Concluímos ainda que embora a legislação mãos geral amplie as alternativas de integração, a matriz curricular do curso técnico em edificações nos seus 04 anos enseja muito mais um processo de justaposição com foco na formação para o mercado de trabalho do que uma formação que integre processo que assegure a integração dos espaços, dos tempos, dos saberes e dos profissionais envolvidos.

Palavras chave: Educação profissional. Integração. Curso de Edificações.

SOCIABILIDADE DO CAPITAL E OMNILATERALIDADE: REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA

Raquel Araújo Monteiro - UFC
raquelmonteiroufc@yahoo.com.br

O artigo tece breves reflexões acerca das relações entre a onibrangência da sociabilidade do capital e suas respectivas contradições no sistema sociometabólico e a formação humana na perspectiva omnilateral. No capitalismo, o homem é desumanizado, pois se encontra imerso na lógica do trabalho abstrato, da exploração, da coisificação e da reificação de seu ser. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. Nesse sentido, é irrealizável uma formação que contemple o indivíduo em todas as dimensões/facetas humanas. Para além da educação formal que se processa nos ambientes escolares, Marx vislumbrou o homem emancipado das amarras do trabalho abstrato e da égide do capital. Empreendemos neste ensaio, uma análise bibliográfica acerca dos estudos sobre trabalho, alienação, emancipação e omnilateralidade.

Palavras-chave: Sociabilidade do capital. Formação humana. Omnilateralidade.

Eixo 3

ESPAÇOS URBANOS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DEMOCRÁTICA VISTAS COMO DESAFIO PARA A QUALIDADE DO ENSINO: UM ESTUDO EM TRÊS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

Katana de Fátima Diniz Boaes - UNESA/PPGE
katanafdb@hotmail.com

A pesquisa aqui desenvolvida visou ressaltar que para os gestores, professores e pais de alunos não é suficiente apenas desenvolver saberes e competências dentro da sala de aula, é preciso que compreendam como e porque são tomadas certas decisões no sistema de ensino, bem como, suas implicações positivas e negativas. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental e levantamento de dados empíricos com realização de questionários e entrevistas semi-estruturadas com gestores, professores, pais de alunos em três escolas. O objetivo geral da pesquisa foi investigar as práticas de gestão em três escolas do município de São Luís e suas possíveis relações com o desempenho escolar com foco na qualidade do ensino.

Palavras-Chave: Gestão democrática. Desempenho escolar. Qualidade do ensino.

Eixo 4

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES E CONDICIONANTES DO ACESSO A ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESPAÇO URBANO

O MACROCAMPO ESPORTE E LAZER DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA ESMERINA BOU HABIB EM ABAETETUBA

Gabriel Pereira Paes Neto - Universidade Federal do Pará
gabrielef@hotmail.com

Através do presente estudo, procura-se analisar o Programa Mais Educação, analisar as categorias Educação Integral, Esporte e Lazer. Realizou-se o trato do cruzamento das primeiras abstrações sobre o objeto e o cruzamento da pesquisa documental com a revisão bibliográfica e com a pesquisa de campo. O nosso objetivo geral nesta pesquisa foi analisar os limites e as possibilidades na implementação do Esporte e do Lazer no PME e a problemática central da pesquisa: quais os limites e as possibilidades na implementação do Esporte e do Lazer no Programa Mais Educação na política local, nacional e na escola Esmerina Bou Habib de Abaetetuba/Pará (2008 - 2012)? Analisamos que o Programa Mais Educação tem sido um programa limitado à lógica do capital e do seu processo reprodutivo para o mercado de trabalho e a socialização de valores necessários a esta ordem. Por outro lado, seria necessária uma Educação Integral e em tempo integral, na qual a construção de espaços deve ser prioridade, como uma alternativa para favorecer a escola pública, ou seja, é necessário mais tempo em uma nova escola.

Palavras-chave: Educação Integral. Formação. Esporte.

A “CAUSALIDADE DO IMPROVÁVEL”: A CONSTRUÇÃO CASUAL DA POSSIBILIDADE DE INGRESSO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA POR ESTUDANTES DAS CAMADAS POPULARES

Renata Oliveira Alves - USP;
Débora Cristina Piotto - USP
renata.oliveiraalves@usp.br

Políticas de ações afirmativas vêm buscando aumentar o acesso ao ensino superior de estudantes de grupos historicamente excluídos desse nível de ensino. Todavia, enfrentam dificuldades em fazer com que tais alunos considerem o ingresso em universidades públicas em seus horizontes de possibilidades. Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir de que maneiras estudantes das camadas populares passam a cogitar o ingresso em uma universidade pública como algo passível de ser alcançado. Para isso, analisará aspectos de entrevistas em profundidade realizadas com duas estudantes do ensino superior público provenientes de camadas populares. Discute-se que a possibilidade de ingressar em uma universidade pública surgiu casualmente nas trajetórias analisadas, havendo a necessidade da mediação de uma pessoa ou circunstância próxima socialmente para que o acaso fosse aproveitado e rentabilizado. Por fim, discute-se a importância da esfera do trabalho nas trajetórias das estudantes ao proporcionar a circulação por diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: Universidades Públicas. Camadas Populares. Trajetórias Escolares.

ESTRUTURANDO AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS A PARTIR DOS CONCEITOS DE CAPITAL E POBREZA.

Sergio Stoco - Unifesp/CEDES
sergio.stoco@unifesp.br

Nosso propósito nesse texto é discutir o processo cotidiano de formação e reprodução das condições de existência da população, que organizadas segundo um conjunto de relações sociais produz as desigualdades, particularmente, as educacionais. Tornou-se frequente na literatura educacional brasileira a apresentação das desigualdades educacionais por meio de fatores associados, onde o argumento consiste sempre em identificar as causas mais significativas (capital humano, capital financeiro, capital cultural ou capital social) relacionadas aos problemas do fracasso escolar (entendido na maioria das vezes como proficiência). Mas o que fundamenta essa desigualdade está sendo devidamente considerado nesse tipo de análise? E as políticas públicas educacionais, são formuladas com adequada orientação dessas condições de desigualdade? Procuraremos avançar nesse texto sobre a fundamentação das desigualdades a partir do desenvolvimento dos conceitos de capital e pobreza.

Palavras-chave: Desigualdades Educacionais. Políticas Educacionais. Conceitos.

Eixo 5

CONDIÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO SÉCULO XXI: SOCIEDADE EM MUDANÇA

PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DIANTE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Amali de Angelis Mussi - Universidade Estadual de Feira de Santana
amalimussi@hotmail.com

Este trabalho busca compreender as repercussões das condições de trabalho na constituição da profissionalidade de professores universitários. A partir da teorização construída, que articula profissionalidade, saberes e o trabalho docente no Ensino Superior, realizou-se a pesquisa de campo com o uso da análise de Casos de Ensino pelos professores participantes do estudo. A investigação foi desenvolvida junto a professores universitários, que atuam em cursos da área de saúde, em uma universidade pública situada no Estado da Bahia. Por meio da análise de Casos de Ensino, procurou-se explicitar: a trajetória profissional, saberes da docência, condições de trabalho e de carreira e processos de formação e de desenvolvimento profissional. A análise dos dados revelam os componentes da profissionalidade docente, bem como, as condições de trabalho que aproximam e afastam os docentes da natureza da sua atividade profissional.

Palavras-chave: Professores de Ensino Superior. Profissionalidade Docente. Condições de Trabalho.

O PROFESSOR SOB OS AUSPÍCIOS DA LEI: O PERFIL REQUERIDO AO PROFESSOR DA REDE ESTADUAL PAULISTA, AS TAREFAS E AS CONDIÇÕES LABORAIS

Aurea de Carvalho Costa - PPGE/UNESP/IB campus Rio Claro

Neste artigo analisamos a contradição da legislação que regula a carreira do professor do ensino básico paulista e que se apresenta auspiciosa ao garantir os direitos, mas impõe como condicionante para o acesso aos direitos o cumprimento dos requisitos de um perfil, revelando-se como prescritor de tarefas e condutas. Indagamos se a legislação em estudo realizaria o exercício do poder reduzido à instrumentalização, ao prescrever um perfil de professor a ser reconhecido e valorizado. Aplicamos questionários aos 28 professores de uma escola estadual em Bauru/SP, em 2010. Analisamos as leis complementares 444/85, 836/97 e o decreto 49.394/2005. Levantamos os aspectos do trabalho destacados pelos professores nas entrevistas, estabelecemos relações entre as respostas e a legislação que aborda cada tema referido, para sistematizar: o perfil de professor exigido na letra da lei; as tarefas a ele prescritas e em que medida elas ganham estatuto de condicionantes para acesso aos direitos. Constatamos que a legislação estadual paulista convoca os professores a se submeterem ao comprometimento do seu ser moral, às jornadas intensas e extensas, sendo destituídos do tempo livre, obrigando-se a fazer um uso de si no trabalho determinado juridicamente.

Palavras-chave: magistério; legislação docente; direitos do professor.

GOVERNANÇA CORPORATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA NOVA FORMA DE SUBSUNÇÃO DO TRABALHO DOCENTE AO CAPITAL

Charlini Contarato Sebim - UFES
lini.es@hotmail.com

Este estudo teve por objetivo discutir a governança corporativa como a mais nova forma de subsunção do trabalho docente ao capital. A governança corporativa surge na educação superior brasileira em 2007 com a inserção de alguns estabelecimentos de ensino na Bolsa de Valores. A Kroton Educacional S.A. é um desses estabelecimentos. Por meio de entrevista semiestruturada com 12 professores localizados em duas faculdades pertencentes ao grupo Kroton, buscamos investigar os mecanismos de controle usados para subordinar o trabalho docente ao capital e suas implicações para a educação superior. Essas faculdades são a Pitágoras de Guarapari e a Pitágoras de Linhares, ambas situadas no Estado do Espírito Santo. Ao final da análise descobrimos que a governança corporativa combinada ao taylorismo atuou por meio de dois mecanismos: o *balanced scorecard* (BSC) e o *management by stress* (gestão por estresse). Dentre as implicações desses instrumentos, destacamos a nova relação salarial caracterizada pelo aumento das demissões e rotatividade, bem como pela ampliação da redução da autonomia que constitui o trabalho docente.

Palavras-chave: Educação superior. Trabalho docente. Indicadores de desempenho.

IMPACTOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO

Dyovany Otaviano da Silva - UFPE;
Pamela Ranielle da Silva Pereira - UFPE;
Katharine Ninive Pinto Silva - UFPE
dyovany-08@hotmail.com

Este artigo avalia as condições do trabalho docente diante da implementação de propostas de Educação Integral e/ou Integrada no Ensino Médio, tendo como objeto de estudo o processo de implementação das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) no Estado de Pernambuco e as condições de trabalho docente diante da implementação dessa proposta. O objetivo geral foi caracterizar as condições de trabalho docente nas devidas escolas considerando a relação entre os documentos norteadores e os relatos dos professores. De acordo com a análise dos dados, percebemos que a Educação Integral está sendo desenvolvida nas EREM's na perspectiva de um reforço escolar, com o mesmo conteúdo propedêutico somado a uma precária formação para o trabalho e que, do ponto de vista do trabalho docente, signifique uma intensificação deste trabalho devido à quantidade de funções que o profissional passa a assumir assim como a instituição escolar como um todo.

ENTRADA E SAÍDA DE PROFESSORES EFETIVOS NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO DE 2000 A 2014: UMA BREVE DESCRIÇÃO

José Quibao Neto - USP/ Ribeirão Preto

O objetivo deste artigo é descrever e analisar o número de professores ingressantes na Rede Estadual de São Paulo (REE/SP) através de Concurso Público, em contraste com a contratação de professores não-efetivos de 2000 a 2014. Essa comparação se justifica, pois os dados apontam um grande contingente de professores sem concurso público na REE/SP, de modo que procuraremos verificar se há alguma relação na saída de professores efetivos e o número de professores temporários. Dado essa diretriz, veremos primeiramente os mecanismos legais de valorização da profissão docente e sua efetivação no Brasil; em seguida, observaremos o provimento de concursos públicos para docentes no Estado de São Paulo, a fim de verificar o crescimento dos professores efetivos na REE/SP; e, por fim, analisaremos a variação dos professores temporários na mesma rede, relacionando sua taxa de crescimento à realização de concursos e à efetivação da legislação sobre valorização docente.

Palavras-chave: Valorização docente. Plano de carreira. Professores não efetivos.

REDES SOCIAIS E INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS DOCENTES

Karolina da Silva Miranda Jardim - FE/Unicamp;

Erika Moreira Martins - FE/Unicamp

kacastelani@yahoo.com.br

A qualidade da educação básica tem sido objeto de discussão de diferentes atores: governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, empresários. Paralelamente, a figura do docente emerge como ponto crucial para as mudanças na educação. Nesse sentido, os professores ganham centralidade no debate, seja como os grandes responsáveis pelas mazelas dos sistemas educacionais, seja como alvos principais das propostas para a melhoria da qualidade desse sistema. No enfrentamento da questão das políticas docentes (relações e condições de trabalho) observa-se o surgimento de redes fomentadas por um conjunto de grandes empresas. O presente trabalho apresenta a incidência de duas redes em políticas docentes. Como um dos resultados, considera-se que a formação de redes tem viabilizado uma nova maneira de se propor e de se fazer política social, configurando novas formas de articulação entre Estado e sociedade.

Palavras-chave: Redes. Educação. Trabalho Docente.

TRABALHO DOCENTE E ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM PERNAMBUCO: UMA POLÍTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL

Katharine Ninive Pinto Silva - UFPE;
Jamerson Antonio de Almeida da Silva - UFPE;
Maria Lucivânia Souza dos Santos - UFPE

katharineninive@yahoo.com.br

Apresentamos neste texto resultados parciais de pesquisas que avaliam a Implementação da Política de Educação Integral no Ensino Médio desenvolvida pelo Governo do Estado de Pernambuco no período de 2007 a 2014, mais especificamente tratando da temática das condições de Trabalho Docente dentro do processo de implementação desta Política. Os dados indicam que há um processo em curso, na rede estadual de Pernambuco, de implementação de uma Política de Ensino Médio em Jornada Ampliada, em 300 Escolas de Referência, que correspondem a 28,46% das Escolas Estaduais de Pernambuco. Tal proposta implementada busca garantir uma qualidade na formação com um misto de valorização do trabalhador docente que opta pela Educação Integral (através da dedicação exclusiva em troca de uma gratificação que chega a dobrar o valor do salário base dos professores da Educação Básica), bem como através de aumento da jornada escolar, baseada em atividades de reforço escolar e de realização de projetos, sobretudo em torno da perspectiva do empreendedorismo. Verificamos que há um processo de gestão por resultados em toda rede de estadual de ensino baseada na intensificação das atividades dos alunos e do trabalho docente, bem como através da precarização das condições das escolas e dos docentes, que encontra nas EREMs seu exemplo mais claro de como a Política de Ensino Médio vem sendo construída como uma Política de Accountability.

Palavras-chave: Trabalho Docente; Ensino Médio; Educação Integral

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO FATORES CONSTITUINTES DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE DE PROFESSORES INICIANTE DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Laurizete Ferragut Passos - PUC/SP;
Rodnei Pereira - PUC/SP;
Lisandra Marisa Príncipe - PUC/SP
laurizetefer@pucsp.br

Este trabalho aborda os processos de constituição da profissionalidade de professores iniciantes em cursos de Licenciatura. A investigação está centrada na perspectiva de que a presença de um corpo docente renovado vem atuando nos cursos de formação de professores e que as condições de trabalho incidem sobre a constituição de suas profissionalidades. Foram entrevistados quatro professores que atuam em três instituições, sendo uma instituição privada e duas públicas e analisados os significados atribuídos por eles às condições de trabalho oferecidas. Os resultados apontam para a precarização percebida pelos professores do ensino privado e anunciada em termos das condições em relação aos baixos salários, ao número de alunos em sala de aula e, principalmente à falta de apoio institucional nessa fase inicial da docência. As formas de ingresso e o regime de dedicação integral ao trabalho mostraram-se, também, como fatores distintivos do desenvolvimento profissional desses professores.

Palavras-chave: Professor iniciante. Ensino Superior. Profissionalidade docente.

TESTES ESTANDARIZADOS E AS FORMAS DA ACCOUNTABILITY NO TRABALHO DOCENTE: AVANÇOS E LIMITES COM A META 7 DO PNE

Leonice Matilde Richter - FACIP/UFU;

Maria Vieira Silva - FACIP/UFU

rleonice@pontal.ufu.br

O artigo analisa a política dos testes estandarizados com foco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e na sua relação com os mecanismos de prestação de contas e responsabilização, avaliando, de forma relacional, tais práticas aos impactos no trabalho docente. Dois pontos são assinalados, primeiro, refletimos sobre o significado da *accountability* e, na sequência, consideramos os dados construídos ao longo de 2012 numa investigação empírica com 225 sujeitos da rede estadual de ensino em Uberlândia/MG, para avaliarmos esses impactos com base na visão dos docentes. Considera-se que, no âmbito nacional, com o IDEB, vivemos ainda formas fragmentadas de *accountability*, mais indireta e informal do que abertamente estipuladas e executadas pelo Estado em relação às escolas, mas que têm provocado processos sutis de responsabilização unilateral das instituições e, em congruência, gerado novas demandas de trabalho e formas de relação do professor com o magistério e com os colegas de trabalho. Este processo que tem sido prejudicial à categoria docente, com o PNE (Lei Nº. 13.005) ao definir a estratégia 37, abrem-se margens para sanções e premiações e, nesta perspectiva, são muitos os efeitos negativos que o IDEB pode gerar. Palavras-chave: IDEB. Accountability. Trabalho docente.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS UNIVERSITÁRIOS/AS EM SÃO PAULO E CATALUNHA: ENTRE A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A ADAPTAÇÃO À REFORMA

Luciana Leandro da Silva - Universidad Autónoma de Barcelona

luleandro@gmail.com

Esta comunicação apresenta os resultados da pesquisa que caracterizou as tendências que influenciam as políticas de formação de docentes universitários, especialmente com relação às diretrizes e recomendações internacionais e regionais dirigidas à educação superior. Para tanto, comparou-se as políticas de formação vigentes em algumas universidades públicas paulistas e catalãs, partindo do pressuposto de que as mudanças ocorridas nas universidades transpassam as fronteiras nacionais e tem um importante impacto no trabalho e na formação dos docentes universitários. A criação e institucionalização de setores de formação no âmbito das universidades abre uma importante discussão sobre os sentidos e finalidades da formação docente ante os desafios colocados pelas reformas educativas em marcha. Constatou-se que, por um lado, a formação promove a valorização do trabalho docente por meio da ampliação das bases pedagógico-didáticas e, por outro, é entendida como estratégia de adaptação dos docentes à reforma. Tratar da formação sem considerar outras dimensões que afetam o trabalho docente, reduz a mesma a uma perspectiva tecnicista e instrumental, que precisa ser superada.

Palavras-Chave: Políticas de formação. Reformas. Trabalho docente.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO ACRE

Maria Dulciléa Bezerra Chaves - UFAC, Brasil;
Mirian Souza da Silva - UFAC, Brasil,
dulci_lea@hotmail.com

Analisam-se neste artigo algumas das políticas de Valorização do Trabalho Docente no Estado do Acre e suas possíveis implicações sobre a formação e as condições de trabalho dos professores que atuam na rede estadual de ensino. Busca-se compreender quando e como a valorização do trabalho docente torna-se uma previsão legal no país; e quais as possíveis implicações que a Lei de Valorização do Trabalho Docente e o Prêmio Anual de Valorização e Desempenho Profissional (PAVDP), trouxeram para a formação e condições de trabalho dos professores no Acre. Para a realização desta análise apoiam-se em fontes documentais elaboradas por órgãos governamentais, artigos publicados por entidades científicas, bem como bibliografias produzidas por pesquisadores na área da educação entre eles: Alonso (1999), Cury (1997), Oliveira (2003) e Saviani (2008). Apontam-se algumas implicações das políticas analisadas sobre a formação e condições de trabalho do professor. Consideram-se alguns avanços e limitações de tais políticas.

Palavras-Chave: Valorização. Formação. Docente.

A GESTÃO ESCOLAR FRENTE ÀS MUDANÇAS SOCIAIS E O PNE 2014/2022: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Maria Helena Augusto - FAE/UFMG
malenaoga20@gmail.com

A gestão escolar vem sendo atravessada por múltiplas significações, sendo associada de forma frequente aos critérios de qualidade e melhoria educacional, e por este motivo a importância em compreender como se processa o trabalho dos diretores escolares e identificar os pressupostos que o orientam, diante das inúmeras alterações na educação, nos últimos anos. Neste texto propõe-se investigar a gestão escolar da educação básica, a partir da forma de concepção no Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Serão analisados os pressupostos que a definem, confrontando-os aos previstos no eixo V – “Gestão democrática, participação popular e controle social”, do Documento Referência da Conferência Nacional da Educação (CONAE/2014). Pretende-se também, a partir de pesquisa realizada, analisar a gestão escolar na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais-REEMG, em um contexto de trabalho focado na cobrança dos resultados escolares, identificando similitudes e distâncias entre a realidade vivida pelos profissionais que a exercem e os pressupostos do PNE/Lei 13.005-2014 e da CONAE/2014.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Cobrança de resultados escolares. Plano Nacional de Educação.

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS ACERCA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA: CONDIÇÕES DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO

Míriam Morelli Lima
morelli.miriam@gmail.com

Este artigo tem por objetivo analisar a percepção de professores e professoras acerca da organização do trabalho escolar e o modo como seu trabalho é por ela afetado em escolas municipais e em uma escola federal do município do Rio de Janeiro. A organização do trabalho na escola será aqui compreendida como distribuição das tarefas e competências, divisão dos tempos e as relações de hierarquia que constroem relações de poder no interior das unidades escolares afetando a maneira como o trabalho docente é realizado, alterando muitas vezes seus objetivos e os resultados a serem alcançados. A hipótese desta pesquisa é que a organização do trabalho na escola não pode prescindir da participação dos professores e professoras que nela atuam, garantindo-lhes o controle sobre a totalidade do processo de trabalho. No entanto, a pesquisa realizada nas escolas aponta a fragmentação do processo de trabalho, com a divisão do trabalho entre trabalhadores da gestão e trabalhadores docentes, a intensificação do trabalho e a ausência dos professores e professoras nos processos de tomadas de decisão.

Palavras-chave: Trabalho docente. Organização do trabalho na escola. Participação.

AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO INTEGRAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Vanessa Cardoso da Silva - Universidade Federal de Pernambuco/Campus Agreste;
Maria Lucivânia S. dos Santos - Universidade Federal de Pernambuco/Campus Agreste;

Katharine Ninive Pinto Silva - Universidade Federal de Pernambuco/Campus Agreste
vanessacardoso_73@hotmail.com

O presente trabalho refere-se à etapa conclusiva da pesquisa de iniciação científica que procurou analisar as problemáticas que envolvem o trabalho docente das escolas de referência em ensino médio da cidade de Vitória de Santo Antão a partir da implantação do programa de ensino médio integral implantado no Estado de Pernambuco. A literatura pesquisada tem nos mostrado que existe uma grande tendência da proposta de Educação Integral no Ensino Médio estar calcada tão somente em um aumento da jornada escolar dos alunos, com o mesmo conteúdo propedêutico somado a uma precária formação para o trabalho e que, do ponto de vista do trabalho docente, significa uma intensificação deste trabalho devido à quantidade de funções que o profissional passa a assumir assim como a instituição escolar como um todo. Os resultados analisados sinalizam que há uma crescente perda da autonomia escolar e intensificação do trabalho docente e escolar como um todo, desvalorização profissional e adoecimento.

Palavras-chave: Ensino Médio. Trabalho Docente. Educação Integral.

AS MOTIVAÇÕES DE PROFESSORAS APOSENTADAS PARA RETORNAR À DOCÊNCIA APÓS A APOSENTADORIA.

Vanessa Ribeiro Andreto Meira - UNESP;

Yoshie Ussami Ferrari Leite - UNESP

yoshie@fct.unesp.br

Este artigo tem como objetivo apresentar os dados de nossa pesquisa referentes aos motivos que levaram seis professoras das redes de ensino de Presidente Prudente-SP e Presidente Bernardes-SP a se aposentarem e retornarem à docência após a aposentadoria. O referencial teórico assumido envolveu estudos sobre o contexto da escola pública e os dilemas enfrentados pelos professores, legislação previdenciária relacionada à aposentadoria do professor, os ciclos de vida e carreira docente e os aspectos da inatividade ligados ao processo de vivência da aposentadoria. A pesquisa foi de caráter qualitativo e como instrumentos utilizamos entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicaram que os motivos que influenciaram o retorno das professoras têm relação com o contexto de precarização da profissão docente. O medo de perder a identidade social e profissional, tornando-se inativas, também foram justificativas apresentadas pelas professoras para a decisão de retornar à docência.

Palavras-chave: Professores Aposentados. Retorno à Docência. Condições de Trabalho Docente.

Eixo 6

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA ESCOLA NO SÉCULO XXI

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DIREITOS HUMANOS: DISCUTINDO AS RELAÇÕES ENTRE A PRÁTICA E A TEORIA

Ana Carolina Reis Pereira - Unicamp

carolina-reis@hotmail.com

Diversos autores, tais como: Imbernón, Candau, Pimenta e Menin e Shimizu, têm enfatizado a necessidade de considerar os saberes construídos pelos indivíduos no âmbito da interação pedagógica. Reportando-nos ao pensamento destes autores, o tema que este artigo desenvolve parte da exposição dos princípios dos direitos humanos e da sua inserção na legislação educacional brasileira, com o objetivo verificar quais os seus desdobramentos na Educação Básica. Para tanto, ocupamo-nos em identificar a representação social de professores da rede pública estadual de Salvador-BA acerca da *Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos*, executada pelo Ministério da Educação. Desenvolvida sob o enfoque da pesquisa qualitativa, utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário misto e a entrevista semiestruturada, analisados a partir da Análise de Conteúdo. Embora suas representações tenham indicado que os conteúdos abordados neste curso estão ancorados em saberes teóricos, concluiu-se que este tipo de formação deveria considerar os contextos geográfico, social e educativo dos professores, para que alguma repercussão se efetivasse em sua prática pedagógica.

Palavras-Chave: Educação em direitos humanos. Formação continuada de professores. Representações sociais.

RACIONALIDADES E COMPETÊNCIAS EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO À LUZ DA DESCENTRALIZAÇÃO: FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER LOCAL

Ana Paula Oliveira Rescia - FCT/UNESP
anapaularescia@gmail.com

O presente estudo visa apresentar considerações teóricas preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objeto de estudo a formação de gestores da educação no contexto da descentralização e das mudanças ocorridas na organização dos sistemas educacionais e das escolas, no final da década de 1980 e nos anos de 1990, e os impactos para as atuais exigências, implicações e tendências de concepções e práticas gestoras. Neste sentido, pretendemos nos valer de novos conhecimentos construídos, tendo como base a investigação acerca da gestão da escola pública no contexto da descentralização e das mudanças na organização dos sistemas educacionais e, em especial, das escolas. Para tanto, este estudo desenvolve-se por meio de um estudo de natureza teórico-prática, com a finalidade de construir subsídios para fortalecer a formação contínua dos gestores da educação ante as reformas educacionais e a descentralização, sendo que os sujeitos da pesquisa são gestores de escolas municipais de três municípios do interior paulista.

Palavras-chave: Descentralização da educação. Competências em gestão. Poder local.

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA E NA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES: DESAFIO À POLÍTICA EDUCACIONAL E À ESCOLA

Cileda Perrella - UNESP/UNIFESP
cileda.perrella@gmail.com

Este texto pretende contribuir para o debate sobre o conselho de escola e a participação da comunidade na escola relacionando-os com o tema da formação continuada de educadores. Decorre do Projeto Educação e Democracia, desenvolvido durante o ano de 2014, a partir da parceria entre Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos e o Laboratório de Estudos em Políticas Públicas – LEPP, por intermédio da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP. Esse projeto, voltado à formação continuada dos profissionais da rede de ensino, contou com cursos, palestras, simpósio, oficinas, envolvendo a questão da participação de todos na democratização da gestão da escola. O objetivo deste texto é apresentar uma análise parcial do projeto, a partir de manifestações de professores da rede sobre a questão da participação da comunidade na escola. A análise partiu do amplo material coletado, e sistematizado, oriundo das dinâmicas de grupo realizadas no primeiro momento formativo do projeto, ocorrido no início do ano letivo de 2014, e de conversas formais e informais estabelecidas com educadores do município e da SME, o que foi relevante para a elaboração de várias propostas formativas desenvolvidas ao longo do ano. Entre outras demandas, percebe-se entre expectativas e ranços, a urgência da discussão do tema na escola e nos espaços de formação continuada de todos os educadores.

Palavras-Chave: Escuta pedagógica. Formação continuada. Conselho de escola.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: NEOTECNICISMO NA FORMAÇÃO DOCENTE?

Daniella Cristina Silva dos Santos - UFRPE
daniela.c.santos09@gmail.com

O presente artigo discute a repercussão e influencia do fenômeno político neoliberal Parceria Público-Privada (PPP) na formação docente, em tempos de emergência de um novo paradigma educacional baseado no pensamento sistêmico. Para isso, procuramos trazer para o debate, a partir de um levantamento teórico, as ambiguidades e complexidades inerentes da participação do setor privado na educação pública brasileira, junto às organizações não governamentais (ONG), por meio do financiamento de projetos, serviços de acessória educacional e qualificação do professorado das redes estaduais e municipais. No entanto, pesquisas com este foco têm apontado um crescente e significativo interesse dos governos pela aquisição de programas formativos com materiais didáticos estruturados, que restringe a formação aos aspectos práticos das metodologias, que segundo Imbernón (2009) no determinado momento pode originar experiências de inovação, mas dificilmente uma inovação da instituição e da prática coletiva dos profissionais. Tais programas para Freitas (2012) têm denotado características do tecnicismo (neotecnicismo), sob a forma de uma teoria da responsabilização, meritocracia e gerencialista (FREITAS, 2012).

Palavras-chave: Parceria Público-Privada. Programas de formação docente. Neotecnicismo.

PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO GPPE

Débora Mazza - GPPE/CEDES/DECISE/FE/UNICAMP;

Nima I. Spigolon - GPPE/GEPEJA/PUC-Campinas;

Márcia dos S. Ferreira - GPPE/FORPRED/IE/UFMT

dmazza@unicamp.br

O trabalho descreve e analisa a formação e as pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Educação (GPPE), pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação (FE) da UNICAMP. Autores apontam a necessidade de construção de um panorama teórico-metodológico de análise de políticas educacionais na interface com os contextos nacional e internacional. Para tanto, priorizamos as pesquisas de Mestrado e Doutorado desenvolvidas pelo GPPE, considerando-o como um grupo de estudos, formação, pesquisa e sistematização de conhecimentos atuante desde 1995. Nos recortes deste trabalho, apresentamos um breve histórico do grupo contemplando docentes, discentes, níveis de Mestrado e Doutorado, títulos das pesquisas, resumos e as palavras chaves. A abordagem qualitativa assegurou resultados que apontam que a formação e as pesquisas desenvolvidas no GPPE cobriram todos os níveis e modalidades de educação e ensino, abarcando focalizações analíticas nas dimensões macro, meso e micro e operando com categorias de análise da Sociologia, da Antropologia e da Política, tendo como ponto de convergência a educação pública como direito.

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Educação, GPPE.

OS CONTOS DE FADA E A PERCEPÇÃO DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM ESTUDO ANALÍTICO DESCRITIVO

Érica Rodrigues do Nascimento Augustini - UNESP;
Célia Regina Rossi - Célia Regina Rossi - UNESP
ericaaugustini@yahoo.com.br

Esta pesquisa propôs-se a investigar e analisar as percepções de docentes diante dos efeitos produzidos pelos contos de fadas no tocante às relações de gêneros. Ocupantes de cargo público efetivo numa escola municipal do interior de São Paulo, estas docentes lecionam para os anos iniciais do ensino fundamental I, configurando a etapa de ensino correspondente ao interesse desse estudo. A abordagem teórico-metodológica caracterizou-se enquanto qualitativa, consistindo numa análise descritiva da realidade investigada. A metodologia empregada para o uso destes contos também se converteu em objeto de análise, visto que suas ideologias reverberam em sala de aula, de forma mais ou menos intensa. Os resultados revelaram uma visão das professoras calcada numa sociedade androcêntrica e heteronormativa, apresentando-se de forma “naturalizada”. Neste sentido, as docentes reafirmaram a crença na “neutralidade” dos contos no que tange a reprodução de estereótipos sexistas, pois os canalizam para fins didático-pedagógicos no intuito de ensinar a ler, escrever e (re)produzir textos de “qualidade”.

Palavras-chave: Contos de fada. Percepção docente. Relações de gênero.

O PROJETO POLÍTICO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Fernando Henrique Protetti - Unicamp
protetti@gmail.com

O texto analisa a política pública de Educação a Distância (EaD) voltada para a formação de professores via Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Pergunta-se: qual o projeto político do Sistema UAB, no que se refere aos objetivos traçados para a formação de professores? Para responder a esta pergunta o texto percorre elementos relacionados à política pública de EaD no período de 1990 e 2000. Primeiro, explicitam-se as características distintivas que fazem da EaD uma modalidade de ensino. Num segundo momento, delinea-se a legislação referente à EaD e à política pública deste setor para a formação de professores. Posteriormente, por meio da reconstrução de aspectos ligados ao Sistema UAB identificam-se as características de seu projeto político para a formação de professores.

Palavras-chave: Educação a Distância. Sistema Universidade Aberta do Brasil. Formação de professores a distância.

PROETI: DESVELANDO ELEMENTOS DA FORMAÇÃO, DO TRABALHO DOCENTE E DO TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS MINEIRAS

Gláucia Fabri Carneiro Marques - Universidade Federal de Juiz de Fora- PPGE
glauCIAfcm@hotmail.com

O artigo apresentado tem por objetivo realizar uma reflexão em torno da formação e do trabalho docente a partir de experiências vivenciadas em escolas de educação básica que trabalham com o PROETI - Programa de Educação em Tempo Integral – em um município do estado de Minas Gerais. Os dados utilizados nesse estudo foram produzidos na pesquisa “A formação, o trabalho dos docentes que atuam no Ensino Fundamental e a avaliação sistêmica das escolas mineiras: interpretando os constructos junto aos professores”, realizada em 2011/2012 pelo grupo de pesquisa FORPE, da UFJF. Os elementos destacados foram analisados frente a legislação atual, às orientações oficiais do programa e autores como Thin (2010), Tardif e Lessard (2005). O estudo apontou que o PROETI trouxe mudanças no trabalho docente e questionamentos sobre as limitações da organização escolar frente ao trabalho com a educação em tempo integral. O sentimento de incerteza diante dos novos desafios, fez os professores questionarem a sua formação e a de outros professores que atuam no projeto de educação em tempo integral.

Palavras-chave: Formação docente. Trabalho docente. Educação em tempo integral

A PRÁTICA PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O MODELO INTEGRADO COMO RESPOSTA FORMATIVA AOS DESAFIOS DO CONTEXTO ESCOLAR NO SÉCULO XXI

Helena Maria dos Santos Felício - UNIFAL-MG
helenafelicio@unifal-mg.edu.br

Este trabalho objetiva investigar a compreensão da prática profissional nos currículos de formação inicial de professores. Fundamentado na perspectiva de um currículo formativo integrado, onde os componentes curriculares se articulam, tendo a prática profissional como elemento central, procedeu-se a análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia. Evidenciou-se que a prática se apresenta articulada ao estágio; e também como elementos distintos ao longo do curso. Conclui-se a prática se mantém como elemento secundário, dificultando a construção do currículo integrado na formação de professores, para o que é necessário romper com os “territórios do conhecimento” cristalizados e consagrados a fim de que o conhecimento seja construído em uma perspectiva mais ampla; que as instituições de ensino superior reconheçam as escolas de educação básica também são instituições formativas; e que os professores formadores rompam com o isolamento e individualismo e reafirmem relações de produção coletiva e contextualizada.

Palavras-chave: Currículo Integrado. Formação de Professores. Prática Profissional.

OS USOS QUE OS PROFESSORES FAZEM DO PLANEJAMENTO POR ÁREA DE CONHECIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO ESPÍRITO SANTO

Jaqueline Oliozi - PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo;
Geide Rosa Coelho - PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo
jaquelineoliosi@hotmail.com

Este trabalho traz uma síntese parcial da pesquisa sobre o planejamento por área de conhecimento na rede pública estadual do Espírito Santo, especificamente a área de ciências humanas. Definido como estudo de caso, as análises apresentadas referem-se à pesquisa de campo realizada na Escola Estadual de Ensino Médio “Nossa Senhora de Lourdes”, localizada no município de Pinheiros, região norte do Estado. Foram utilizados como instrumentos de produção de dados a análise de documentos e a observação participante. Alguns resultados parciais sinalizam para a organização do espaço/tempo do planejamento em dois momentos: o primeiro de forma coletiva com todos os professores e pedagogas e o segundo momento, somente os professores realizam o planejamento das disciplinas. Buscando uma interlocução entre os dados e o aporte teórico da pesquisa foram utilizados conceitos como profissionalidade docente, cultura balcanizada e trabalho coletivo.

Palavras-chave: Planejamento por área. Profissionalidade docente. Trabalho coletivo.

PERPECTIVAS FUTURAS (INICIAIS) PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Marco Aurélio Alves - PUC-Campinas;
Elvira Cristina Martins Tassoni - PUC-Campinas
marko.alves77@gmail.com

Esse texto se propõe a fazer uma reflexão acerca das perspectivas futuras para formação continuada de professores no município de Campinas, a partir de um determinado encaminhamento: revisão de literatura, sistematização das concepções de formação continuada encontradas na revisão, breve histórico da política de formação em tal município, apreciação acerca das Diretrizes de formação continuada e, por fim, considerações acerca das perspectivas futuras da formação continuada na rede pública de Campinas. Esse texto faz parte de uma pesquisa em nível de mestrado que visa compreender a constituição e os princípios que norteiam a formação continuada de professores do Ensino Fundamental dos anos finais no município de Campinas desses últimos cinco anos. Além disso, pretende também identificar o interesse dos professores por meio da demanda de procura pelos cursos oferecidos a fim de discutir aproximações e distanciamentos entre os princípios norteadores dos documentos oficiais da SME – Campinas (Secretaria Municipal de Educação) acerca da formação continuada e a realidade educacional do município, segundo a visão de orientadores pedagógicos.

Palavras-chave: Formação continuada. Formação em serviço. Educação continuada.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CARREIRA DOCENTE NO BRASIL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO DOS PESQUISADORES NA ÁREA

Marieta Gouvêa de Oliveira Penna - UNIFESP;

Isabel Melero Bello - UNIFESP

marieta.penna@unifesp.br

Apresenta-se nesta comunicação resultado parcial de investigação com objetivo de analisar aspectos das tendências de pesquisa no Brasil, com foco nos referenciais teóricos utilizados em estudos sobre políticas de formação e carreira docentes, ampliando compreensão sobre o campo educacional. Espera-se contribuir para o debate sobre a qualidade da educação pública, no qual o professor evidencia-se como peça-chave para sua promoção. O campo educacional, a partir de Bourdieu, é compreendido como espaço de disputas por capitais específicos. A coleta dos dados foi realizada em levantamento feito no Banco de Teses da CAPES, sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em educação do Brasil com nota igual ou superior a cinco (2000-2010), obtendo-se 204 resumos sobre a temática aqui tratada. Dentre os achados, evidencia-se que as pesquisas que se debruçam sobre políticas públicas, mais especificamente sobre políticas educacionais, se utilizam de aportes teóricos e metodológicos diversos.

Palavras-chave: Políticas educativas. Formação de professores. Condição de trabalho docente.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTUGAL E NO BRASIL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Marineide de Oliveira Gomes – Univ. Federal de São Paulo/EFLCH- campus Guarulhos
neide.ogomes@gmail.com

A pesquisa objetivou analisar a formação de professores para atuar em creches e em pré-escolas em Portugal e no Brasil, considerando a especificidade, a complexidade dessa tarefa educacional e a importância da formação em nível superior. A primeira etapa da investigação contou com pesquisa bibliográfica, análise da legislação pertinente e entrevistas com avaliadores externos e diretores de cursos de formação de educadores pré-escolares em Escolas Superiores de Educação, em Portugal. As conclusões indicam que as descontinuidades das políticas públicas no ensino superior, em Portugal, por força do Acordo de Bolonha, representaram rupturas com relação ao processo de formação anterior (Licenciaturas), um retrocesso na qualidade dessa formação (da educação de infância para a educação pré-escolar), não havendo processos homólogos de formação. Tais resultados são cotejados com aspectos da formação do professor de educação infantil em Cursos de Pedagogia no Brasil, visando contribuir para a melhoria da qualidade desses cursos, em uma aproximação com o processo formativo vivido por Portugal.

Palavras-chave: Formação de professores de educação infantil. Formação Inicial. Políticas Públicas Educacionais.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Regina Tereza Cestari de Oliveira - Universidade Católica Dom Bosco;
Maria Verônica de Souza - Universidade Católica Dom Bosco;
Alexandra Pires do Prado Yari - Universidade Católica Dom Bosco
reginacestari@hotmail.com

Este texto aborda as implicações do Plano de Ações Articuladas (PAR), integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído no segundo mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), em três municípios sul-matogrossenses. Apresenta resultados de pesquisa focalizando as ações definidas no PAR desses municípios, na Dimensão 2- Formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar. A análise documental mostra que eles priorizaram a Área relacionada à formação continuada de docentes para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas, atendendo peculiaridades regionais. Verifica-se que há necessidade de se investir em políticas, contínuas e permanentes, de formação inicial e continuada de profissionais da educação, articuladas às metas do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais de Educação. Palavras-chave: Política educacional. Plano de ações articuladas. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DE EXECUÇÃO DO PNE (2014-2024)

Régis Henrique dos Silva - FE/Unicamp
regishsilva@bol.com.br

Com certeza um dos principais desafios do Plano Nacional de Educação (PNE), em vigência entre os anos de 2014 a 2024, seja atender as metas relacionadas ao financiamento, expansão e qualificação da educação ofertada no País. Nesse sentido, acreditamos que uma das metas mais desafiadoras seja a de nº 4, isto porque, se quer os dados para monitoramento da meta estão disponíveis na plataforma online criada para acompanhar os indicadores das 20 metas do PNE e suas respectivas estratégias. Diante disso, acreditamos que a concretização da meta dependerá de muitos esforços dos movimentos sociais de e para deficientes, dos gestores educacionais, professores, familiares e alunos com deficiência e/ou necessidades especiais. Assim sendo, sustentamos que os professores em serviço são atores fundamentais para concretização da referida meta, pois afinal de contas, eles são os principais responsáveis para que o trabalho educativo concretize-se nas escolas. Por tudo isso, objetivamos neste texto, problematizar brevemente a respeito das contradições, desafios e perspectivas da formação continuada de professores da escola básica e os princípios da educação inclusiva no contexto de execução do PNE. Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Inclusiva; PNE.

BREVES CONSIDERAÇÕES DO PAPEL DO FORMADOR EXTERNO NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Renata B. Siqueira Frauendorf - FE – UNICAMP;
Guilherme do Val Toledo Prado - FE- UNICAMP
rsfrauendorf@globo.com

Nos últimos anos, em nosso país, o cenário da educação brasileira passou e passa por constantes mudanças. Na mídia, nos discursos políticos das diferentes instâncias públicas, sejam municipais, estaduais ou federais, há um ponto comum quando se trata de propostas e ações para a educação: a preocupação com a formação continuada de professores e profissionais da área em geral. Neste artigo pretendemos tecer algumas considerações sobre o sentido da atuação do formador externo no âmbito dos programas de formação continuada e problematizar em que medida essas ações podem contribuir para o fortalecimento de uma instituição cada vez mais próxima ao que se espera de uma escola no século XXI.

Palavras-chave: Formação Continuada. Formador externo. Professores.

"NÃO HÁ DOCÊNCIA SEM DISCÊNCIA": TESSITURAS DA PROFESSORALIDADE DOCENTE DE UMA PROFESSORA FORMADORA EM INÍCIO DE CARREIRA.

Rita de Cássia Mitleg Kulnig - PUC-SP;
Luane Neves Santos - PUC-SP
rdecassia@hotmail.com

Este trabalho objetivou compreender os movimentos constitutivos da professoralidade docente de uma professora iniciante na licenciatura, em instituição privada na Grande Vitória. Para produção dos dados optou-se pela dinâmica conversacional, almejando a implicação natural e autêntica dos participantes, a partir de três eixos norteadores do diálogo: trajetória profissional; condições de trabalho; trabalho do formador na licenciatura. A análise dos dados, baseada nas categorias analíticas: aprendizagem da docência; atividade docente de estudo e organização do trabalho pedagógico, evidencia que a constituição da professoralidade como docente no ensino superior dessa professora só pode ser analisada a partir dos movimentos constitutivos de sua professoralidade como docente desde a educação básica, na relação dialética que estabelece com a aluna que ela foi e com os alunos que encontrou e encontra no entremear de fios de suas experiências: um permanente ser e vir a ser.

Palavras-chave: Professor iniciante. Ensino Superior. Licenciatura. Professoralidade Docente.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CURSOS DE PEDAGOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Selma Garrido Pimenta - GEPEFE/FEUSP;
Cristina Cinto Araújo Pedroso - USP-Ribeirão Preto/GEPEFE/FEUSP ;
Marineide de Oliveira Gomes – Univ. Federal de São Paulo-
Guarulhos/GEPEFE/FEUSP
sgpiment@usp.br

A pesquisa visa contribuir para a formação dos professores no Brasil para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e melhoria de sua qualidade, pela análise das matrizes curriculares de cursos de Pedagogia oferecidos por instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo, por meio da identificação de suas formas de organização e qual o tratamento dado aos conhecimentos relacionados à formação do professor para atuar nesses níveis educacionais. O estudo teve como base pesquisas que indicam fragilidades dos cursos de licenciatura em Pedagogia e seus resultados refletem os mesmos problemas identificados nas DCNs, como a indefinição do campo pedagógico, a dispersão do objeto da Pedagogia e a redução à docência, formando de maneira insuficiente, tanto o Pedagogo como o professor polivalente para os níveis iniciais da educação básica.

Palavras-chave: Formação de professores. Formação inicial. Cursos de Pedagogia.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ESCOLA EM CICLOS: O QUE ESPERAR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Suzane Ribeiro Milhomem - Universidade Federal de Goiás
suzymilhomem@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir de forma geral sobre os desdobramentos das atuais políticas educacionais da formação de professores vinculadas à lógica das competências no desenvolvimento do modelo de ciclos escolares. Esse recente sistema escolar passa a ser discutido no cenário brasileiro a partir da década de 80 enquanto forma de contrapor o modelo seriado que já não responde mais às necessidades sociais e econômicas. Contudo, sua implantação sofreu e sofre resistências dos professores principalmente pela não compreensão mais avançada da proposta e por falta de conhecimentos necessários que permita aos professores atuar nesse modelo. Por fim, iremos trazer algumas reflexões acerca do cenário contraditório da formação de professores e o trabalho na escola de ciclos no intuito de contribuir com a melhoria do trabalho com a educação.

Palavras-chave: Ciclos Escolares; Formação de Professores; Políticas Educacionais.

A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS E O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Walkiria Rigolon - UNICAMP
walkiria.rigolon@uol.com.br

O objetivo deste artigo é analisar a política de formação continuada desenvolvida na SEE-SP a partir da lógica das competências bem como sua articulação com os processos de avaliação externa. A análise aqui proposta foi realizada durante pesquisa de doutorado e voltou-se para a seguinte questão: Será que os programas destinados à formação continuada de docentes alfabetizadores se configuram como um direito ou se constituem uma nova forma de controle dessa atividade? Assim, pontuaremos neste artigo particularmente as ações relativas a implementação de programas de formação continuada destinados a professores alfabetizadores na rede pública estadual paulista.

Palavras-chave: Formação continuada. Política educacional. Avaliação e trabalho docente.

Eixo 7

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES E CONDICIONANTES DO ACESSO A ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESPAÇO RURAL

ESCOLAS DO CAMPO: FECHAR? POR QUÊ?

Elizete Oliveira Andrade - UEMG-Unidade Carangola/UNICAMP / GEPEC
elizete.andrade@uemg.br

Trata-se de uma pesquisa sobre o fechamento de escolas do campo de seis municípios mineiros: Carangola, Caiana, Divino, Faria Lemos, Fervedouro e São Francisco do Glória. O objetivo principal foi entender e analisar as principais justificativas das Secretarias Municipais de Educação para o processo de desativação ou mesmo do fechamento de escolas do campo. Foram realizadas entrevistas com as Secretárias de Educação e aplicado um questionário para obtenção dos dados quantitativos sobre o número de escolas, de turmas e de alunos das escolas do campo. Os resultados apontam que a redução do número de alunos, o baixo desempenho deles associados à má qualidade do ensino e a não adaptação dos professores nessas escolas, principalmente quando multisseriadas, foram os principais fatores atribuídos ao fechamento dessas escolas. Salienta-se, também, que o critério para o fechamento das escolas ou mesmo a nucleação é apenas um critério econômico, não havendo preocupação com a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Escolas do Campo. Fechamento. Nucleação.

O DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA-ES

Michele Pazolini - UFES;

Marcelo Lima - UFES;

Mizael Fernandes de Oliveira - IFES

michelepazolini@hotmail.com

O presente trabalho apresenta um histórico da conquista dos direitos sociais, políticos e civis no Brasil, ressaltando, dentre os direitos sociais, o direito à educação, que se constitui enquanto pressuposto básico para o exercício dos demais direitos. Problematicando esse tema e com base em estudo exploratório qualitativo trazem à tona a realidade dos limites do direito à educação aos que vivem no campo num contexto urbano, no município da Serra – Espírito Santo. A partir da realidade observada nas escolas da zona rural do município da Serra, inferimos que o direito à educação para a população do campo num espaço majoritariamente urbano ainda é um grande desafio. Identificamos ainda muitas precariedades no funcionamento das instituições escolares que comprometem o acesso do alunado do campo ao direito à educação numa cidade integrante da região metropolitana em pleno desenvolvimento econômico, mas que possui ainda graves problemas sociais.

Palavras-chave: Direito à educação, educação do campo, Qualidade social.

Eixo 8

ESPAÇOS E TERRITÓRIOS RURAIS: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA: OLHARES DOS ALUNOS EGRESSOS DA ESCOLA DO CAMPO 25 DE MAIO

Angélica Kuhn - FE-US
angelicakuhn@gmail.com

O presente artigo discute alguns resultados do estudo de caso realizado no Mestrado (concluído em 2013) que buscou conhecer o percurso de jovens egressos do Curso Técnico em Agropecuária Agroecológica da Escola 25 de Maio, localizada no Assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo/SC, que tem o MST como principal protagonista. O artigo problematiza os limites e possibilidades dos desdobramentos práticos da agroecologia no interior dos assentamentos rurais frente o contexto atual do campo. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram a aplicação de um questionário semiestruturado aos egressos da turma formada em 2009, entrevistas semiestruturadas com quatro egressos e análise do Projeto Político Pedagógico da Escola 25 de Maio. Os resultados da pesquisa confirmaram a nossa hipótese, revelando que a proposta de Ensino Médio da Escola 25 de Maio é avançada em relação à realidade atual do campo, encontrando limites para seus desdobramentos práticos diante da falta de uma política efetiva de Reforma Agrária, em detrimento da configuração do campo como lugar do agronegócio, o que dificulta a permanência dos jovens egressos no campo e o exercício da profissão de técnico em agroecologia.

Palavras-chave: Educação do Campo. Agronegócio. Agroecologia. Ensino Médio

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA –PA: TRAÇOS DE SUA TRAJETÓRIA

Diselma Marinho Brito - Universidade Federal do Ceará
dimarinhobrito@yahoo.com.br

A produção ora construída se constitui de resultados parciais dos estudos de Doutorado intitulado: A formação de Jovens e Adultos do Campo: um estudo de caso no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Abaetetuba – Pa. Investigar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, propiciou analisar em seu interior a formação de jovens e adultos associados ao movimento e a relação com os saberes oriundos das relações construídas com a realidade. Partindo desta premissa foi necessário realizar um estudo documental sobre sua história e seus sujeitos, bem como dialogar com os seus sócios fundadores. Assim, este estudo está inserido no escopo da pesquisa qualitativa, pois a mesma permitiu uma aproximação direta com o universo da pesquisa, contribuindo para descrição, compreensão da formação dos jovens e adultos filiados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, não restringindo apenas ao campo da observação. Os resultados parciais aqui apresentados fazem parte de um Estudo de Caso, pois para Ludke e André (1997), o mesmo tem um interesse próprio, único, particular e focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado. A história do Sindicato apresenta fortemente a luta dos trabalhadores rurais do campo, para a efetivação de seus direitos; seja na educação, moradia, saúde, enfim; pela qualidade de vida.

Palavras-Chave: Mobilização. Movimento. Luta

ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA COMO EXERCÍCIO DE PRÁXIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Maria Célia Vieira da Silva - Instituto Federal do Pará / Campus Rural Marabá
mceliavsilva@yahoo.com.br

Analisa-se a alternância pedagógica realizada no Curso de Formação de Professores no âmbito do Projovem Campo Saberes da Terra a partir da experiência desenvolvida no IFPA/Campus Rural Marabá. Privilegiou-se relatos de professores formadores e professores que atuavam nas turmas de Educação de Jovens e Adultos. A análise revelou que coexistem diferentes percepções e práticas de alternância prevalecendo percepções e práticas que ainda se mostram enraizadas na perspectiva da Educação Rural. Apesar da formação em alternância pedagógica se constituir numa rica possibilidade de exercício de práxis educativa, a análise mostrou fragilidade nas condições objetivas em que o Programa vem sendo executado, afastando-se dos princípios da Educação do Campo, visto que não se tem alterado limites estruturais, como precarização do trabalho docente, além da fragilidade na articulação entre as instituições responsáveis pela sua execução. Faz-se necessário discutir o sistema de alternância pedagógica no contexto amplo da Educação do Campo e seus princípios.

Palavras-chave: Formação de professores do campo. Alternância pedagógica. Práxis educativa.

EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA ALÉM DO HORIZONTE DO MERCADO E DAS OLIGARQUIAS: A EXPERIÊNCIA DO PORTAL DA EDUCAÇÃO NA BAIXADA MARANHENSE

Maria Regina Martins Cabral - USP

Esta pesquisa foi realizada durante meu Curso de Doutorado na Universidade de São Paulo, cuja Tese foi defendida em Dezembro de 2013. Trata da relação entre educação e trabalho com o olhar voltado para além do horizonte do mercado e das oligarquias, onde pode ser possível materializar experiências, que mesmo no interior de uma sociedade capitalista pode reverberar novas construções de alternativas para o desenvolvimento orgânico das pessoas e de seus lugares de vida. A experiência na qual me detive teve uma articulação de secretários e ex-secretários de educação conhecida como Portal da Educação da Baixada Maranhense. A análise desse objeto teve como objetivo desvelar as possibilidades e impasses existentes na implantação de projetos educativos com arranjos intermunicipais e intersetoriais que têm como uma das razões fomentar a dinamização sociocultural e econômico-social de áreas e territórios pobres.

Palavras-chave: Educação. Território. Gestão Compartilhada.

CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO NA CAATINGA: REFLEXOS NO ENEM

Otacilio Antunes Santana - Universidade Federal de Pernambuco
otaciliosantana@gmail.com

A aplicação de variáveis interdisciplinares e seus efeitos práticos a sociedade foi defendida em uma Educação Contextualizada, na qual dar sentido e significado de um conteúdo ao ambiente do aluno ocasiona um sucesso na aprendizagem, uma redução da evasão, e uma aplicação do apreendido nas ações cotidianas, individuais e sociais. Com isso o objetivo desse trabalho foi construir juntamente com professores de Física, Biologia e Química do Ensino Médio (Área: Ciências da Natureza e suas Tecnologias), um cenário com as variáveis físicas, biológicas e ambientais (Biofísica Ambiental), propor dentro desse, um Currículo Contextualizado, no ambiente da Caatinga, e analisar sua aplicação e os resultados das avaliações e aprendizagens em sala de aula e no ENEM. O método desse trabalho compreendeu um curso, uma construção de uma proposta curricular contextualizada, sua aplicação e análise. Após a educação contextualizada aplicada houve um aumento significativo das notas escolares dos alunos ao final do Ensino Médio no Exame Nacional do Ensino Médio, para grande área: 'Ciências da Natureza e suas Tecnologias'. Relatos dos alunos e professores certificaram a importância da vinculação do sujeito ao objeto de estudo.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação no Campo. Políticas Educacionais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO INTEGRAL, UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Samira Bandeira de Miranda Lima- PPGE/UnB
samira.bandeira@gmail.com

O presente texto pretende problematizar a educação do campo e a proposta de educação integral desenvolvida por meio do Programa Mais Educação do Ministério da Educação. Como base de análise, serão utilizados os princípios da educação do campo: educação, política pública e campo, como também os referenciais teóricos da educação integral. Este texto é parte da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e pretende contribuir no desenvolvimento e na problematização das questões relacionadas ao desenvolvimento da educação integral nas escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Política Pública. Educação Integral.

Eixo 9

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO DIREITO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA: IMPACTO NO SNE

QUALIDADE E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: O QUE INDICAM AS INICIATIVAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ESTADOS BRASILEIROS?

Cristiane Machado - UNICID;
Ocimar Munhoz Alavarse - FEUSP
cristiane13machado@yahoo.com.br

Investigar possíveis aproximações de qualidade e gestão da educação com a configuração que os Sistemas Estaduais de Avaliação vêm adotando é o objetivo deste trabalho. Informações coletadas em pesquisa recente sobre a criação de sistemas de avaliação externa pelos estados brasileiros em estudos já realizados (LOPES, 2007; SOUSA e OLIVEIRA, 2010; GAME, 2011) e na internet, com o objetivo de formular projeto de pesquisa em andamento, indicou a existência de 19 Sistemas Estaduais de Avaliação, dentre os 27 entes federados. Verificou-se que, em geral, estes sistemas possuem as mesmas características e desenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, em alguns casos, os dados obtidos são usados para subsidiar a elaboração de indicadores estaduais de qualidade da educação. Constatou-se, também, a tendência em usar resultados das aferições dos estudantes como avaliação de desempenho docente, com a atribuição de gratificações e bônus, indicando a adoção da lógica de que a produção da qualidade e a gestão da educação podem ser forçadas com base em mecanismos de quase mercado.

Palavras-chave: Qualidade. Gestão da Educação. Sistemas de Avaliação.

A CONCEPÇÃO DE QUALIDADE EDUCACIONAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIROS APONTAMENTOS

Fabiana Alvarenga Filipe - UNESP-Rio Claro;
Regiane Helena Bertagna - UNESP-Rio
fabiana_alvarenga@yahoo.com.br

Este trabalho discute a concepção de qualidade educacional que tem permeado a política educacional brasileira. Ao realizar a análise da legislação foi possível constatar que a mesma apresenta aspectos da ideologia neoliberal e dentro dessa “lógica” os critérios mercadológicos são inseridos no campo educacional. Dessa forma, a concepção de qualidade presente na referida legislação está atrelada a índices pré-estabelecidos, e, de maneira contrária, se apresenta neste trabalho a necessidade de trazer à tona outra concepção de qualidade educacional pautada na construção coletiva, qual seja, a qualidade social. Nesse sentido, entende-se que é de suma importância que a dimensão da qualidade seja debatida no Brasil, tendo em vista que recentemente foi promulgado o PNE – Plano Nacional de Educação e nesse dispositivo está prevista a criação do SNE - Sistema Nacional de Educação, importante instrumento de organização de todos os níveis e modalidades de educação.

Palavras-Chave: Qualidade educacional. Legislação. Plano Nacional de Educação.

AVALIAÇÃO EXTERNA E EM LARGA ESCALA NAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: O DISCURSO DE QUALIDADE E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Fabio Perboni - UFGD
fabiooperboni@ufgd.edu.br

A pesquisa em tela integra parte da tese de doutorado que trata da avaliação externa e em larga escala. Identifica-se no campo discursivo a justificativa de que estas servem à melhora da qualidade da educação e legitima-se sua existência como práticas crescentemente presentes nas redes de ensino. O presente trabalho é um recorte da pesquisa que analisa estas avaliações em um contexto de tendência às reformas do Estado, nos quais se inserem as transformações dos sistemas de ensino. Os dados analisados foram obtidos por meio de pesquisa documental a partir da normatização legal disponibilizada digitalmente pelas secretarias estaduais de educação acrescidas de dados produzidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O estudo realizado demonstra que não é possível estabelecer uma relação simples e direta entre a consolidação da avaliação externa e em larga escala nas redes estaduais de educação determinada concepção de educação, sendo necessário para isso aprofundar a análise dos mecanismos, justificativas e usos dessas avaliações, embora permaneça em diferentes experiências o discurso legitimador em torno da qualidade da educação.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala. Neoliberalismo. Avaliações Externas.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A GARANTIA DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO DIREITO

Isabela Rahal de Rezende Pinto - USP
isabelarahal@usp.br

Tendo se alcançado um grande avanço na ampliação e democratização do acesso à educação básica no Brasil, a discussão sobre a qualidade do ensino assume grande visibilidade no debate público nacional. Se inicialmente a análise desta – e de outras-temáticas educacionais esteve restrita às discussões acadêmicas e à arena política, observa-se atualmente, especialmente após a promulgação da carta constitucional de 1988, a crescente interferência do Poder Judiciário também nesse campo. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar e analisar a atuação do Poder Judiciário, especificamente do Supremo Tribunal Federal (STF), com relação às demandas judiciais no campo do direito à educação de crianças e adolescentes cujo conteúdo não tenha se limitado à garantia do acesso à educação, envolvendo também outras dimensões, especialmente às referentes à qualidade do ensino, no período de 2003 a 2012. Através de referida análise, observou-se que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu de forma unânime que é dever do Estado propiciar não apenas o direito individual de acesso ao ensino, mas também a garantia dos meios que viabilizem amplamente o exercício do direito social à educação, incluindo sua dimensão de qualidade.

Palavras-chave: Direito à educação. Educação de qualidade. Supremo Tribunal Federal.

O PACTO PELA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: REPERCUSSÕES NAS FORMAS DE GESTÃO DA ESCOLA E NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

José Carlos Libâneo - PucGoiás;
Simônia Peres da Silva - PucGoiás
libaneojc@uol.com.br

O texto apresenta resultados finais de uma pesquisa de doutorado que aborda o processo de implementação do programa de governo denominado Pacto pela Educação na rede de ensino estadual do Estado de Goiás, formulado no governo Marconi Perillo (2011-2014), buscando apreender as repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem. Para atender os objetivos de pesquisa, além do estudo e análise do material bibliográfico e documental, foram investigadas três escolas públicas estaduais. As análises revelaram forte influência de organismos internacionais na política educacional do Estado e a presença de organizações não governamentais na implementação de estratégias reformistas; utilização por parte da rede de ensino e das escolas de estratégias nem sempre éticas e profissionais para melhorar seu desempenho nas avaliações externas; o esvaziamento do protagonismo dos professores nas atividades de ensino-aprendizagem; o estreitamento do currículo escolar; a padronização do processo de ensino-aprendizagem e sua subordinação as avaliações externas.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Gestão escolar. Aprendizagem.

AValiação INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITES E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO

Luana Costa Almeida - Univas/UNICAMP;

Mara Regina Lemes de Sordi - UNICAMP;

Maria Aparecida Carmona Ianhes Anser - Prefeitura Municipal de Campinas

luanaca@gmail.com

A Avaliação Institucional vem se constituindo como uma possibilidade de instrumentalização das instituições educacionais a fim de promover a melhoria de sua qualidade. A Avaliação Institucional em escolas da Educação Básica pode ser considerada estratégia nova no cenário nacional e, de acordo como implementada, pode tanto servir como instrumento de fortalecimento dos atores locais como ao simples cumprimento de uma ação burocrática voltada a mais uma demanda externa. A partir da noção de qualidade negociada discutimos neste trabalho os limites e as possibilidades dessa modalidade de avaliação com destaque ao processo de implementação desta política pública na realidade escolar. Objetivamos debater os eventuais vieses e formas de superação que podem acompanhar tal processo de modo a que a avaliação institucional possa se consolidar como instrumento potente de transformação positiva da qualidade da escola pública.

Palavras-chave: Avaliação Institucional Participativa. Escola pública. Qualidade negociada.

O CARÁTER DA “REORGANIZAÇÃO” DA ESCOLA PÚBLICA EM REDE FLUMINENSE ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DE RESULTADOS

Silvério Augusto Moura Soares de Souza - UNIRIO

Esse trabalho, cujo recorte fez parte da investigação de minha tese, elucida o desdobramento da política de governo estadual no chão da escola pública. É um assunto polêmico e de tempo presente construído a partir do olhar do professor de sala de aula que, por si só, é mantido limitado das informações de “gabinete”. A tônica dessa polêmica é a parceria público-privada em torno da Escola Pública e aqui identificada através da “padronização gerencial” escolar que é a forma gerencial de dirigir uma unidade escolar pública, a partir de uma *supervisão educacional empresarial*, em completa sintonia aos padrões produtivos de uma empresa privada. Na GIDE, a hierarquia de gestores trabalha na ótica da reificação dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, tornando a educação mais e mais desencarnada, sem “alma”. Embora reorganizando a escola dentro de uma conformação gerencial que atua através de uma “pedagogia de resultados”, a fim de garantir melhores resultados estatísticos a partir da “implantação” de um currículo mínimo que deve ser trabalhado em um tempo cronometrado pelo calendário escolar.

Palavras-chave: Política educacional. Parceria público-privada. Contemporaneidade.

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE: IMPACTOS NO TRABALHO PEDAGÓGICO

Mirian Souza da Silva - UFAC;
Maria Dulciléa Bezerra Chaves - UFAC;
Natharça Manguiera de Sousa - UFAC
miriansouza16@hotmail.com

O presente trabalho objetiva pensarmos acerca dos possíveis impactos que o atual modelo das políticas de avaliações externas pode vir a provocar no trabalho pedagógico, buscando apontar possíveis respostas para as indagações elencadas: Que qualidade se faz referência quando se fala de educação de qualidade? Quais os parâmetros em que acontece a avaliação da qualidade? Mediante o resultado das avaliações externas, o trabalho pedagógico do professor pode sofrer interferência dessa política de avaliação? Para tentarmos dar respostas às indagações ora levantadas, apoiaremos nas Leis Federais - Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) que estabelecem à educação de qualidade como um direito de todos e dever do Estado, bem como em Damasceno (2012), Cabrito (2009), Beisiegel (2005), e outros.

Palavras-chave: Avaliação externa. Qualidade educacional. Trabalho Pedagógico.

A PERCEPÇÃO DOS PAIS DOS ALUNOS EM RELAÇÃO À GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

Pamela Tamires Belão Fernandes - FCT/UNESP;
Yoshie Ussami Ferrari Leite - FCT/UNESP
pa_tamires@hotmail.com

Este artigo procura investigar as percepções dos pais dos alunos de uma escola estadual no município de Presidente Prudente – SP, a respeito da gestão escolar. Tendo isto em vista, buscaremos enquanto objetivos específicos verificar o sentido que os pais dos alunos atribuem sobre sua relação com a escola, identificar o perfil destes pais e investigar na legislação como deve ser a relação da escola com a família dentro da gestão escolar. Esclarecemos que a pesquisa se insere na abordagem qualitativa e como procedimentos iremos usar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e um estudo de caso, que envolverá questionários e entrevistas semi-estruturadas com os pais dos alunos, analisados a luz da análise de conteúdo. Por hora, realizamos a pesquisa bibliográfica, cujos resultados mostram que as dissertações e teses encontradas possuem pontos específicos em comum, mas não abordam a questão problema investigadora, justificando assim, a necessidade de realização desta pesquisa.

Palavras-chave: Escola pública estadual. Gestão democrática. Opinião dos pais dos alunos sobre a escola.

Eixo 10

DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO DIREITO DE TODO O CIDADÃO E DEVER DO ESTADO

DIREITOS HUMANOS COMO O EIXO CENTRAL DA EDUCAÇÃO

Alexandre Torres Petry - UFRGS;

Maria Elly Herz Genro - UFRGS

alexandre@petry.adv.br

Pesquisa-se neste estudo a importância dos direitos humanos na educação. Parte-se da premissa que os direitos humanos são o eixo central da educação e não um mero discurso ou garantia legal sem eficácia. Assim, analisa-se a importância dos direitos humanos, para, após, demonstrar que a educação deve assumir uma perspectiva transformadora na sociedade e que, portanto, a transformação deve ocorrer com foco nos direitos humanos. Aborda-se, ainda, a abrangência real do direito à educação e defende-se que uma educação cidadã só pode ser através da educação em direitos humanos, concluindo-se, ao final, que é impositiva uma mudança de paradigma, em que a educação em e para os direitos humanos seja princípio educativo e se constitua numa luta constante da sociedade e, principalmente, dos educadores.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. Cidadania.

A IGREJA COMO AGENTE INCLUSIVO NA ATUALIDADE

Anderson Garcia da Costa - USAL

Gilmar Alves Cordeiro - USAL

mundelense@yahoo.com.br

A Igreja assume, cada vez mais, o papel de agente inclusivo nos dias atuais, como exemplo o que ocorre na Primeira Igreja Batista em Trindade com o ministério de surdos AVAS (Alcançando Vidas Através de Sinais); nota-se que em diversos ambientes há o uso adaptativo de pessoas PNE's, ocorrendo a sua capacitação e inclusão neste meio; pode-se afirmar que na escola, na família e no trabalho, são apresentadas oportunidades favoráveis ao crescimento social-intelectual destes indivíduos, e a Igreja se mostra cada vez mais receptiva e colaboradora para este crescimento – por fazer parte da vida de muitos dos PNE's -, apesar do baixo índice de participação efetivo. Com isto, é necessário traçar um breve histórico da Educação Inclusiva e seu regimento desde a Antigüidade até os dias atuais, mostrando à sociedade a importância da educação, de forma inclusiva, nos diferentes tipos de ambientes para os PNE's, assim como traçar um breve histórico da organização da referida Igreja. Para conferir se o rendimento do trabalho com os surdos, frente a tanta negatividade, tem sido proveitoso ou desperdiçado, se fez necessário o uso de questionários anônimos para coleta e leitura de dados informativos, que parecem estar bem distante do que se tem como objetivo, mesmo vindo apoio de variados tipos e níveis, mas que, pelo pouco tempo de fundação do AVAS, é significativo e satisfatório.

Palavras-chave: Surdos. Igreja. Inclusão.

BIBLIOTECA ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO: POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO LIVRO E À LEITURA NO BRASIL

Cícera Maria do Nascimento - UFPE/CAA
escoleitora.lp@gmail.com

Neste artigo buscaremos ilustrar como as ações da política pública de leitura com base no Plano Nacional do Livro e Leitura podem se materializar a partir da Biblioteca Escolar. Para alcançar nosso objetivo apresentaremos o movimento para construção de políticas nacionais do livro, ocorrido na América Latina, que culminou com os planos nacionais do livro e leitura. Nesse sentido consideraremos o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil, discorrendo sobre as ações que esse propõe sob a perspectiva da construção de uma sociedade leitora como fator de desenvolvimento humano. Por fim, abordaremos as condições dessa efetivação no contexto escolar percebendo-se a Biblioteca Escolar enquanto espaço de mediação entre livro e estudantes na rede municipal de ensino de Caruaru/PE.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Política pública de leitura. Biblioteca Escolar.

EXPANSÃO DO IFES: DO DIREITO SOCIAL À QUALIDADE SOCIAL

Claudio Valerio de Paula Brotto - UFES
claudio.brotto@uol.com.br

Este artigo busca estabelecer uma relação entre os temas estudados nas diversas disciplinas do doutorado, com ênfase no *Seminário “C” - Políticas Públicas e Educação* e sua relação com a proposta de pesquisa, no sentido de buscar identificar uma *Tese*. O tema do projeto para a pesquisa de doutorado deverá tratar do processo de expansão do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), analisado no Mestrado, agora pela ótica da *Qualidade Social, centrada no âmbito de um Direito Social adquirido*. Por se tratar de um artigo para ser apresentado no V Seminário de Educação Brasileira (SEB), parte-se dos dados conclusivos da dissertação de mestrado que teve como tema “O Processo da Expansão do Ifes: democracia, participação e função social”, em que aponta a questão da função social como eixo de convergência entre os entrevistados, respondentes dos questionários e análises do pesquisador, baseadas na revisão teórica e nos dados quantitativos apresentados. Com base nestas premissas, busca-se uma possibilidade de direcionar para o campo da qualidade social e do direito social agora como garantias de possibilidade maior de acesso à educação profissional e tecnológica, que não somente contemple a quantidade de inserção, mas a qualidade do processo de expansão intra e extra-escolar.

Palavras-chave: Qualidade social. Direito social. Função social.

DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Danielle Regina Bartelli Vicentini - Universidade Estadual do Norte do Paraná;
Fabiana Polican Ciena - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
dlvicentini78@gmail.com

A inclusão da pessoa com deficiência nos conduz a um debate sério e avesso a juízos simplistas. Neste cenário controverso, faz-se necessária uma análise a respeito do direito à educação inclusiva da pessoa com deficiência, levando-se em conta os paradigmas e princípios que norteiam o tema, bem como a aplicação das normas legislativas pelo Estado, a fim de tornar realidade a referida inclusão educacional.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoa com deficiência. Direito à educação.

CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO CONTEXTO ESCOLAR: ALGUMAS IMPLICAÇÕES

Débora Dainez - FE/UNICAMP;
Ana Luiza Bustamante Smolka - FE/UNICAMP
ddainez@yahoo.com.br

Com ancoragem na perspectiva histórico-cultural, o objetivo é discutir questões de desenvolvimento humano, mobilizadas a partir da análise do caso de um aluno com deficiência múltipla em processo de escolarização. O aluno, inserido em uma escola pública municipal de uma cidade do estado de São Paulo, foi acompanhado durante os anos de 2010, 2012 e 2013, do 5o. ao 7o. ano. Nas análises das situações registradas, evidenciamos: - as con(tradições de atendimento educacional e de desenvolvimento humano; - as demandas e as especificidades do caso no processo de ensino-aprendizagem; - as possibilidades de participação do aluno viabilizadas na atribuição de sentido pelo outro. Ao conceber a natureza social do desenvolvimento, ressaltamos a variedade de caminhos que podem/devem ser oferecidos, e não a padronização desse e a equalização das deficiências. Consideramos o estudo de caso como um gênero de investigação que permite dar visibilidade a aspectos não óbvios da realidade social e generalizar conclusões que possam repercutir nas formulações de políticas públicas de educação.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano. Educação Especial. Educação Inclusiva.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DA SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO: UMA ABORDAGEM DA TIPOLOGIA DE SERVIÇOS NA REDE ESTADUAL DE MARÍLIA-SP

Elijane dos Santos - FFC-UNESP/ Marília
elijanesantos@yahoo.com.br

Objetivou-se neste estudo realizar um levantamento a respeito da face da educação especial na Diretoria estadual de Ensino de Marília. Investigamos a respeito da concentração dos alunos e suas respectivas deficiências, a questão dos docentes que estão atuando no presente ano de 2013 com estes discentes especiais. Contribuíram com nosso estudo a professora coordenadora de oficina pedagógica bem como a supervisora de ensino, ambas responsáveis pela área de educação especial da própria diretoria. A metodologia adotada neste estudo se baseou na coleta de dados e interpretação dos mesmos com a utilização do censo realizado pelo órgão. De acordo com resultados obtidos neste estudo concluiu-se que a formação do docente a valorização do discente e do ambiente onde se realiza o trabalho especializado estrutura e faz vigente, porém ainda há diversos obstáculos a serem vencidos para que se tenha efetivamente uma real educação especial, uma real valorização do ser, longe de qualquer tipo de estereótipo e preconceito.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Inclusão. Escola Pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM IMPLANTADAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: O QUE PENSAM PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Élio de Assis - SEE-SP/PUC-SP
profelioassis@hotmail.com

O propósito desta pesquisa, na perspectiva sócio-histórica, é entender como os projetos de recuperação de aprendizagem e às questões relativas ao direito à aprendizagem têm sido apreendidos por professores dos anos finais do ensino fundamental da rede pública estadual de São Paulo. Para isso resgatamos nas resoluções instituídas pela Secretaria de Estado da Educação o tema *Recuperação de Aprendizagem*. Constatamos que em uma década foram nove resoluções que tratam sobre o tema. Entrevistamos professores que ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e, por meio dos procedimentos de análise e interpretação de dados denominado “Núcleos de Significação” (AGUIAR e OZELLA, 2013), consideramos que as políticas públicas em educação na rede estadual de São Paulo induzem professores ao modelo de escola seletiva e excludente quando reforçam que a simples melhoria dos índices de avaliação externa representam a *Melhoria da Qualidade da Educação*, que é: “melhorar o rendimento e a nota da avaliação externa – Saesp” e “passar no vestibular”. Fato é que não existe um projeto

de educação voltado para as classes populares no Estado de São Paulo, mas sim um modelo de organização do ensino fundamental dividido em três etapas que promove reprovações, exclusão no interior da escola e aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e de escolarização - “*Não vamos ter esses casos paralelos que não aprendem*”. Os pretensos projetos de recuperação de aprendizagem configuram-se como *álibi* das administrações públicas em educação na rede estadual de ensino de São Paulo para justificar a ineficiência do modelo adotado, assim, culpabiliza alunos, professores e comunidade pela não garantia do direito humano à educação. É urgente romper com pretensas *políticas públicas* que excluem no interior da escola e estigmatizam crianças e jovens como se fosse um movimento natural em uma sociedade harmoniosa. Defendemos políticas públicas estruturantes centradas na formação política dos professores e na percepção das relações de poder que constituem a realidade histórica das sociedades e da educação.

Palavras-chave: Recuperação de Aprendizagem. Núcleos de Significação. Direito à Educação.

SUJEITOS DE DIREITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A RELAÇÃO ENTRE O DECRETO E OS INSTITUTOS FEDERAIS

Evelise Dias Antunes - FE-UNICAMP/IFPR
Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis - FE-UNICAMP
evelise.antunes@ifpr.edu.br

Este estudo é parte de pesquisa em desenvolvimento e seu recorte objetivou a problematização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234/2010) junto aos Institutos Federais, em especial os sujeitos de direito que podem ou devem ser contemplados. Através da metodologia de pesquisa exploratória foi feito levantamento bibliográfico de natureza qualitativa e contextual buscando discutir a normativa acerca da Assistência Estudantil. Os resultados problematizaram, entre outras coisas, que o sujeito a quem destina-se o **Decreto nº 7.234/2010** são os jovens na educação superior pública federal, conflitando com a natureza dos Institutos Federais, de atendimento de ensino no nível básico, profissional e superior; e que o PNAES hoje é uma política de estado, devendo ser visto como um avanço na política de inclusão social e educacional.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Institutos Federais de Educação. Direito à Educação, Legislação.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO- PRONATEC NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Luciene Amorim Antonio - FE-USP/ Instituto Federal de Educação, Ciência
Tecnologia-Maranhão/PROQUALIS
luciene.amorim@usp.br

Este trabalho propõe-se a levantar reflexões iniciais sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego- PRONATEC, no que se refere à sua implementação na Rede Federal de Educação Profissional, tendo em vista a educação profissional como um direito de cidadania e inclusão social do trabalhador.

A análise será feita a partir de levantamento bibliográfico e documental na base de dados oficiais publicizados pelo Governo Brasileiro e da experiência da autora enquanto docente da Rede Federal de Educação Profissional, e compõe sua pesquisa de doutorado.

Palavras-chave: PRONATEC. Educação profissional. Direito de cidadania.

HOMESCHOOLING E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM DEBATE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luciane Muniz Ribeiro Barbosa - Universidade Federal de São Carlos

O presente trabalho apresenta o debate sobre a constitucionalidade ou não da prática do *homeschooling* no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Aumenta o número de famílias brasileiras que optam por retirar seus filhos da escola e ensiná-los em casa, bem como se amplia o movimento em prol da mudança da legislação para a normatização do ensino em casa no país. Apesar da interpretação vigente de que a legislação federal não admite tal prática de ensino, verifica-se que ela é passível de contestação e não se revela como única. As decorrentes demandas do movimento *homeschooling* tanto para o Poder Legislativo, como para o Judiciário brasileiro, exigem o aprofundamento do debate sobre sua constitucionalidade, considerando-se o contexto, os objetivos e princípios declarados na Carta Magna ao tratar do direito à educação. Questiona-se então o significado da educação dentro do contexto maior que envolve o Estado Democrático de Direito, bem como os valores e objetivos deste para com a educação, diante da prática do *homeschooling*.

Palavras-chave: Direito à educação. *Homeschooling*. Constituição Federal de 1988

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA EM HANNAH ARENDT

Luciano José Gonçalves Moreira - UEMG;
Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito - UEMG
lucianojgmoreira@gmail.com

A artigo apresenta a visão de Hannah Arendt sobre a crise que atinge o mundo atual e a educação. O trabalho analisa as concepções sobre as mudanças que que rompem com o passado e que atingem os limites entre o espaço privado e o mundo público. A análise mostra o advento do espaço social que passou a prevalecer e levar luz a ambientes que anteriormente só interessavam aos indivíduos em sua privacidade. Ressalta a concepção arendtiana pela qual a crise atinge a educação, a cidadania e a formação humana. A importância da análise de Hannah Arendt recai sobre a educação atual e sobre a formação humana voltada para os desejos do indivíduo que prevalecem frente aos interesses comuns. O artigo utilizou como metodologia a análise dos conceitos filosóficos de Hannah Arendt sobre o mundo, a ação e sobre o processo de formação humana mostrando que a educação pode auxiliar na construção do mundo que resguarde e preserve os interesses públicos. Como conclusão o trabalho mostra a importância de educação, a partir da visão arendtiana, ser tratada como instituição capaz de formar seres humanos com condições de conviver no espaço público visando a cidadania e o bem comum.

Palavras-chave: Educação. Formação Humana. Cidadania.

ÍNDICE SINESP: CONDIÇÕES DE TRABALHO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Norma Lucia Andrade Santos - SINESP;
Rosalina Rocha Miranda - SINESP
norari@ig.com.br

Este trabalho surgiu como uma escuta com a base sindical a respeito dos principais problemas da categoria e da educação municipal paulistana. Com o tempo, este levantamento se constituiu em uma importante base de dados da realidade escolar e das unidades do sistema educacional do município. Os gestores têm, nesta pesquisa, oportunidade para falar do que vivem em seu local de trabalho. O Retrato da Rede possui 164 perguntas, respondidas por 513 Representantes de Local de Trabalho, de um universo de 5.500 profissionais. Com metodologia e instrumento de coleta das informações com rigor acadêmico, levantamento de dados precisos, tratados com cuidado científico em sua formulação, tabulação e interpretação, criou-se uma série histórica, ou seja, um banco de dados comparativo, onde se percebe a evolução (ou não), ano a ano. Esta pesquisa é feita anualmente há 10 anos, e vem contribuindo na luta por melhores condições de trabalho e por educação de qualidade, a partir de 2012, passou a subsidiar a construção do índice SINESP das Condições de Trabalho, fornecendo dados para a avaliação dessas condições a partir de 6 indicadores: Gestão de Pessoas, Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Educação, Ambiente Físico e Equipamento, Saúde e Violência.

DIREITO À EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS SÓCIOAFETIVAS

Sidney Reinaldo da Silva - IFPR
sidney.silva@ifpr.edu.br

O tema deste texto é a formação ético-política na perspectiva do direito à educação básica. Questiona-se a legitimidade da avaliação em larga escala de competências sócioafetivas como política pública. Investiga-se até que ponto estas propostas se sustentam frente às exigências do direito à educação no Brasil. Trata-se de uma abordagem que mostra a forma como o direito à educação no Brasil se define e tem se estabelecido. Isso é feito questionando a própria noção do direito e a modo como ele se apresenta ora como legitimador de políticas públicas educacionais ora como suporte de controle e responsabilização, ou seja, como elemento das próprias políticas em questão. A partir disso, aborda-se como as políticas públicas para a avaliação em grande escala de competências sócioafetivas têm se justificado, mostrando a sua falta de legitimidade frente às exigências do direito à educação de qualidade social e ao modo como elas se operacionalizam como parcerias público-privado. Aponta-se também como a avaliação está vinculada a um projeto maior de responsabilização dos profissionais da educação. Palavras-chave: Direito à educação Avaliação em grande escala. Competências socioafetivas

Eixo 11

IMPLICAÇÕES DO PNE NA CONCEPÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SNE E OS PRESSUPOSTOS DE CURRÍCULO E BASE COMUM NACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Hugo Henrique Alves Rocha - Universidade do Estado de Minas Gerais
hhrocha@hotmail.com

Neste artigo, discute-se o lugar da Educação de Jovens e Adultos nos dois últimos Planos Nacionais de Educação. O PNE 2001-2010 foi aprovado desconsiderando a maior parte das propostas oriundas da sociedade civil. Em relação à EJA, o Plano previa metas ousadas de superação do analfabetismo, mas não criava novas fontes de financiamento para a modalidade. As metas de superação do analfabetismo, entre outras, não foram cumpridas no período de vigência do Plano. Destaca-se o papel desempenhado pela falta de regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, e a não existência de um Sistema Nacional de Educação. O PNE 2011-2020 foi aprovado apenas em 2014, após um longo processo de tramitação. Novamente, foram encaminhadas propostas pela sociedade civil, em grande parte ignoradas no

Projeto de Lei. Termos como “erradicação” do analfabetismo permanecem, dando continuidade ao preconceito contra o analfabeto. Não obstante, o Plano apresenta pontos positivos, desde que se efetive em políticas públicas de Estado. Como principais conquistas, destacamos a meta de destinação de 10% do PIB para a educação, até 2020; O estabelecimento de um CAQ; e a criação do Sistema Nacional de Educação.

Palavras-Chave: Plano Nacional de Educação. Educação de Jovens e Adultos. Sistema Nacional de Educação.

O REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO.

Lucy Rosa Silveira Souza Teixeira - Universidade federal Fluminense – GRUPPE/
CNPq
lucyrssteixeira@gmail.com

O presente trabalho apresenta objetiva analisar as políticas de formação de professores da educação básica no regime de colaboração entre união, estados e municípios. A pesquisa, ainda em andamento, contempla os planos decenais de educação nas três esferas do governo, a lei 13.005 de 2014 que institui o novo PNE, o PEE do Rio de Janeiro e do PME, de um dos municípios, do estado do Rio de Janeiro. O Regime de Colaboração é elencado enquanto a forma de organização do Estado e da política de formação de professores da educação básica. A metodologia tem como pressuposto de investigação, a pesquisa qualitativa, tendo a análise documental como técnica, cuja análise consiste na análise de conteúdo. A abordagem do Ciclo de Políticas é utilizada na análise levando em consideração, principalmente, que as políticas estão sempre em movimento. A realização desta pesquisa é importante porque além de entrar no debate sobre o Regime de Colaboração pode apontar como este *regime* está presente nas políticas educacionais, em especial nas políticas de formação de professores da educação básica.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Regime de colaboração. Formação de professores.

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): UMA POLITICA EDUCACIONAL DE DESAFIOS E INOVAÇÕES

Rosilda Maria Alves - UNINOVE;
Francinete Massulo Corrêa - UNINOVE;
Miguel H. Russo - UNINOVE
rosilda@ifpi.edu.br

O texto tem como foco as metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) (Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014). Destaca dois aspectos importantes do referido plano: os desafios e as inovações de uma política educacional centrada na instituição de um Sistema Nacional de Educação (SNE). Apresenta as 20 metas e as 254

estratégias que constituem, propriamente, o PNE. Conclui revelando a importância de que o PNE seja amplamente conhecido pela sociedade para, com sua participação, transformar os desafios em realidade e as inovações em fatores que contribuirão para a consecução daquelas metas e estratégias.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Metas e Estratégias do PNE.

Eixo 12

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

BREVE RESGATE HISTÓRICO SOBRE A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO

Ana Priscila de Lima Araújo- UFPE- CAA
anapriscila_azevedo@hotmail.com

O presente texto tem como objetivo fazer um resgate histórico sobre a parceria público-privado na implantação das escolas de tempo integral no estado de Pernambuco, analisando os impactos dessa política de educação no desenvolvimento dos jovens em um contexto de globalização da economia e de ações pautadas numa perspectiva neoliberal, para isto analisamos a legislação vigente para implantação das escolas de referência, bem como textos institucionais referentes ao programa e bibliografia de referência na área.

Palavras-chave: Educação Integral. Parceria público-privado. Política de educação.

POSSIBILIDADES OU POTENCIALIDADES? EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Anthone Mateus Magalhães Afonso - IF Fluminense / UNESA-PPGE;
Sérgio Inácio da Rosa - IF Fluminense / UNESA-PPGE;
Wânia Regina Coutinho Gonzalez - UERJ / UNESA-PPGE
amateus@iff.edu.br

Este trabalho tem como objetivo mostrar similaridades, singularidades e potencialidades encontradas em quatro Organizações Não-Governamentais (ONGs) localizadas no Estado do Rio de Janeiro, na capital e no interior. A investigação foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas nos anos de 2013 e 2014, como parte das atividades do grupo de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Ao buscar indícios de possibilidades para o desenvolvimento da educação profissional em espaços não escolares, encontraram-se potencialidades para o desenvolvimento de uma prática que objetiva o aprendizado da técnica utilizando o resgate da autoestima e a inserção social dos seus participantes.

Palavras-chave: Educação profissional. Espaços não escolares. Educação não formal.

QUEM SÃO OS GESTORES DAS ‘NAVES-MÃES’ NO MUNICÍPIO PAULISTA DE CAMPINAS?

Cassia Domiciano - FE-UNICAMP
cassiale@uol.com.br

Neste texto apresentamos as instituições que gerenciam os Centros Educacionais Infantis ‘Naves-mãe’ no município paulista de Campinas em 2013. Indicamos os setores aos quais se ligam, empresarial ou confessional; o mantenedor ou financiador inicial; o ano de início do convênio com a Secretaria Municipal de Educação (SME); o número de ‘Naves’ administradas, bem como a quantidade de crianças sob a responsabilidade das gestoras. As ‘Naves’ são equipamentos construídos pelo poder público local, mas cuja gestão é transferida às instituições privadas sem fins lucrativos. Para compor as informações utilizamos documentos fornecidos pela SME de Campinas, empreendemos pesquisas na base de dados da biblioteca jurídica *on line* do município e levantamos informações disponíveis nas páginas eletrônicas das instituições gestoras e da Receita Federal Brasileira. Os dados mostram que a maioria das gestoras ligam-se a setores religiosos e que há instituição criada após a implantação do Projeto ‘Nave-mãe’, indicando que disputar a gestão desses equipamentos é um mecanismo de captação de recursos públicos. Este trabalho integra pesquisa de doutorado desenvolvida na Faculdade de Educação da Unicamp no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) financiada pela Fapesp.

Palavras-chave: Nave-mãe. Privatização da gestão escolar. Educação Infantil.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM CONVITE À SOCIEDADE CIVIL

Elisangela Maria Pereira Schimonek - UNICAMP
elisangela@educacao.rc.sp.gov.br

Este ensaio tem por objetivo analisar a atual política nacional de educação em tempo integral vigente no Brasil (Programa Mais Educação), bem como a estratégia utilizada pelo governo federal de induzir a participação da sociedade civil na implantação da ampliação da jornada escolar. O Programa Mais Educação integra o Plano de Desenvolvimento da Educação e prevê a oferta de atividades complementares no contraturno escolar, objetivando a redução das desigualdades educacionais, a valorização da diversidade cultural e a garantia de uma educação de qualidade, aferida pelo Ideb (Índice de desenvolvimento da educação básica). Nessa perspectiva, a sociedade civil é “convidada” tanto para o mapeamento de espaços para a implantação da educação de tempo integral, como para a condução das atividades do programa por meio do trabalho voluntariado. Trata-se de um estudo apoiado em revisão bibliográfica e análise documental, que evidencia a efetivação de política focalizada, voltada aos grupos de vulnerabilidade social, via articulação com a sociedade civil, considerada parceira na consolidação de ações estatais.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Sociedade Civil. Educação em tempo integral.

A NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2009-2012) E A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Jairo Campos dos Santos – PPGE (UFRJ)
jairo06@uol.com.br

Este trabalho objetiva analisar a nova política educacional pública da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2009 a 2012, caracterizando especificamente um estudo sobre a intensificação das relações entre o público e o privado, primordialmente, quando está imbricada com o volume de recursos aplicados para o alcance das metas planejadas. A pesquisa constatou que realmente ocorreu uma intensificação da relação entre o público e o privado no novo modelo educacional da cidade do Rio de Janeiro, entretanto, os resultados oficiais apresentados evidenciam que, apesar de haver um esforço para o alcance de metas com intensa participação de organizações de origem privada recebendo um grande volume de recursos públicos, ainda são incertos, insatisfatórios e de pouca representatividade. Esta análise focada na cidade do Rio de Janeiro pretendeu investigar se esses novos modelos de gestão utilizados estão produzindo resultados significativos ou apenas reproduzindo, com novas roupagens, as estruturas educacionais excludentes da educação pública brasileira, evitadas de interesses privados que geram tensões e indefinições quanto ao futuro.

Palavras-chave: Educação. Público-Privado. Rio de Janeiro.

MERCADO FINANCEIRO E EDUCAÇÃO: O CASO DA ABRIL EDUCAÇÃO

Luciana Sardenha Galzerano - FE/UNICAMP
lucianasgalzerano@gmail.com

Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, objetiva apresentar resultados parciais de pesquisa de mestrado em andamento desenvolvida pela autora e financiada pela Fapesp. Apresentar-se-á considerações sobre a atuação da Abril Educação junto ao campo educacional, com ênfase em sua mais recente estratégia de captação de recursos, por meio da abertura de capital e listagem na BM&FBOVESPA. Parte-se do pressuposto de que a tendência de privatização assistida mundialmente relaciona-se ao contexto mais amplo de reforma dos Estados nacionais, em que se redefine a função estatal, apresentando-se como alternativa para a crise capitalista do pós-guerra. Os dados apresentados advêm de levantamento em sites da empresa, da bolsa de valores e da mídia de abrangência nacional. Como resultado vê-se que a educação torna-se cada vez mais atrativa como campo de negócios, agora também financeiros, onde lucros consideráveis podem ser obtidos.

Palavras-chave: Abril Educação. Mercado financeiro. Educação Básica.

DESAFIOS “NOVOS” PARA A EDUCAÇÃO: RECURSOS FINANCEIROS, DE ONDE?

Maria Cristina Dutra Mesquita - PUC Goiás
mcristinadm@yahoo.com.br

Este artigo resulta dos estudos sistemáticos acerca das políticas públicas do sistema educacional brasileiro, entre elas a origem e aplicação dos recursos obrigatórios legais para a manutenção e desenvolvimento do ensino. É preciso compreender como o financiamento da educação no Brasil se materializa nas políticas públicas em todos os níveis de ensino, considerando a participação da União, Estados e Municípios na destinação de recursos à educação pública. A pesquisa tem sua fundamentação na concepção dialética materialista, por meio da investigação quantiqualitativa, uma vez que entendemos que a pesquisa quantitativa se constitui como uma das possibilidades de apreender nosso objeto e nos propiciará compreender as relações entre as políticas públicas, os recursos obrigatórios destinados à educação que refletem na conquista ou não de uma educação de qualidade social e para todos. Mostramos neste estudo as conquistas recentes em relação à vinculação de recursos para a educação, e os desafios postos aos educadores no que diz respeito à viabilização de verbas para um maior investimento na educação, assim como preconiza a lei 13.005/2014. Por fim, concluímos que não basta a existência de um marco legal para garantir maior investimento na educação. Estamos diante de um desafio que, para ser superado, necessita de um amplo esforço nacional, imposto à sociedade política e civil.

Palavras Chaves: Políticas públicas. Financiamento. Educação pública

QUANTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO RECEBEM E EM QUE ELAS GASTAM? ESTUDO DE CASO SOBRE OS RECURSOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS À DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO PAULO (2007 A 2013)

Mariana Peleje Viana - FEUSP
marianapv@usp.br

Resumo: O estudo foi realizado em duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) de São Paulo que investigou sobre os recursos financeiros descentralizados que transferem recursos diretamente às escolas de Ensino Fundamental do município. A pesquisa identificou que as EMEFs da rede municipal de São Paulo recebem recursos provenientes de três fontes: *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)*, *Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF)* e *Verba de Adiantamento*. Conforme a verificação em campo e com base nas dimensões teórica e legal-financeira da pesquisa, são apresentados dados e informações sobre as origens, os montantes, as aplicações e os procedimentos de prestação de contas dos recursos financeiros descentralizados transferidos às escolas. O estudo busca contribuir para o debate sobre a descentralização de recursos financeiros transferidos diretamente para as escolas públicas, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e à promoção da autonomia e gestão democrática da escola.

Palavras-chave: Recursos Financeiros Descentralizados. PDDE. PTRF.

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
2014-2024: SUBSÍDIOS PARA UM ESTUDO DO FINANCIAMENTO E
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Marilda de Oliveira Costa - UNEMAT
marildacosta@hotmail.com

Este texto tem por objetivo discutir aspectos do financiamento e de parcerias público-privadas na implementação da educação integral prevista no Programa Mais Educação e no Plano Nacional de Educação. Os recursos previstos para a implementação das ações de educação integral integram o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atendimento dos alunos matriculados em escolas de educação integral, participantes do PME. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos. Os resultados apontam para a necessidade de ampliar o papel do Estado em ações de educação integral; atividades desenvolvidas por profissionais da educação em contraposição ao trabalho voluntário e às parcerias público-privadas na implementação do programa; integração entre atividades do contraturno e Projeto Pedagógico da escola; maior investimento em educação integral em contraposição ao modelo de política focalizada na pobreza que responsabiliza sujeitos sociais, tal como os do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Palavras-chave: Educação integral. Financiamento. Parcerias público-privadas.

**OS PROGRAMAS DE MATERIAIS DIDÁTICOS E OS PROFESSORES NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Maristela Gallo Romanini - UNICAMP/ FACITA
maristelagr@yahoo.com.br

O presente trabalho é parte da tese de Doutorado defendida no ano de 2013. O recorte apresentado trata-se da análise da utilização do livro didático, recebido pelos professores por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A pesquisa envolveu dezesseis escolas que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental em cinco municípios do interior paulista jurisdicionada à determinada Diretoria Regional de Ensino pertencente à SEESP nos anos de 2009 a 2012. A metodologia utilizada refere-se à análise de política, *diseño prospectivo e retrospectivo* na perspectiva de Elmore (1995). Os dados coletados e analisados apontaram que há muitas variáveis intervenientes no processo de utilização dos livros didáticos pelos professores, porém neste trabalho apresentaremos duas que tem influenciado sobremaneira na utilização dos materiais didáticos recebidos pelos professores. Outros fatores também têm apontado para o cuidado na adoção e utilização de materiais didáticos em nível de sistemas educacionais. Embora, sejam estes fatores externos à decisão da instituição escolar tem influenciado e acarretado na descontinuidade do trabalho pedagógico, além de provocar ônus financeiros aos recursos destinados para a Educação.

Palavras-chave: PNLD; Programa Ler e Escrever. Professores. Política Educacional.

GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA

Nadia Pedrotti Drabach - UNICAMP
nadiadrabach@yahoo.com.br

Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado em andamento realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) e financiada pela Capes. A pesquisa é de natureza bibliográfica e considera levantamento de artigos sobre a gestão escolar na Educação Básica pública no Brasil realizado no Scientific Electronic Library Online- SciELO entre os anos 1998 e 2014. O levantamento de artigos tem o objetivo de identificar na produção científica sobre a gestão escolar, os aspectos que estão sendo discutidos sobre a gestão das escolas públicas no Brasil por pesquisadores brasileiros à luz das propostas de reestruturação da gestão pública. A maioria dos artigos localizados sobre o tema resultam de pesquisas empíricas que exploram a gestão democrática, mecanismos da descentralização, municipalização e reformas educacionais. Há também estudos de cunho bibliográfico que se dedicam a explorar a natureza da gestão democrática e do poder e a formação de gestores a luz das teorias da área.

Palavras-chave: Gestão escolar. Gestão gerencial. Política educacional

A NATUREZA DO TRABALHO PEDAGÓGICO E SUA DESCARACTERIZAÇÃO A PARTIR DOS RECEITUÁRIOS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO

Neila Pedrotti Drabach - FEUSP
neila@usp.br

Este texto tem como objetivo refletir sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico e as consequências da utilização da lógica de produção capitalista na educação. Tendo como base teórica os escritos de Marx sobre Economia Política, o texto analisa, primeiramente, o processo de trabalho em geral, para então compreender seu funcionamento na sociedade capitalista. Em seguida, reflete sobre o trabalho pedagógico enquanto processo de trabalho e as implicações de sua vinculação à lógica de trabalho capitalista a partir das parcerias público-privadas na educação.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho pedagógico. Parceria público-privada

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO ACRE: ANÁLISES PRELIMINARES

Pelegrino Santos Verçosa - Universidade Federal do Acre;
Mark Clark A. de Carvalho - Universidade Federal do Acre;
Jean Mauro de A. Moraes - Secretaria de Estado de Educação do Acre
peleacre@yahoo.com.br

Esse estudo apresenta resultados iniciais e análises preliminares sobre o financiamento da educação básica no estado do Acre. Para isso, são considerados os aspectos da legislação educacional brasileira, especificamente os dispositivos que regulamentam o financiamento da educação pública, da constituição das políticas de fundos. A esse respeito se destaca o FUNDEF e o FUNDEB, os aspectos legais e as consequências dessas políticas na dinâmica local, na organização e oferta da educação básica no estado do Acre. No caso das políticas educacionais locais, especificamente sobre o financiamento da educação pública na rede de ensino estadual se destaca a mudança na vinculação constitucional de 25% para 30%, as dinâmicas e características da implementação do FUNDEF e do FUNDEB no Acre. Nessa perspectiva, o estudo apresenta resultados iniciais, o que exige o aprofundamento das pesquisas e das análises. Palavras-Chave: Política Educacional. Financiamento da Educação. Políticas de Fundos

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA BAHIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES

Penildon Silva Filho - Universidade Federal da Bahia
silvafilhopenildon@yahoo.com.br

A LRF e o Fundeb se encontram em contradição, pois a LRF estabelece um limite máximo de gastos com pessoal, enquanto o Fundeb estabelece um mínimo de investimento em profissionais da Educação superior àquele limite permitido pela LRF. Avaliamos o cumprimento da LRF e o cumprimento das exigências legais de aplicação de recursos na área de Educação, no cumprimento do Piso Nacional dos profissionais do magistério e nas políticas de valorização do magistério nos municípios da Bahia. Foi realizada uma pesquisa com os relatórios do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia entre 1997 e 2011. Verificamos se há associação entre o cumprimento da LRF com o constrangimento da aplicação dos recursos da Educação e no cumprimento da Lei do Fundeb. Há duas tendências marcantes na evolução dos pareceres desse tribunal: Há uma diminuição das aprovações e aprovações com ressalvas ao longo do tempo, e o consequente aumento das reprovações; nos anos 2007 a 2010, a partir da promulgação do Fundeb e da Lei do Piso Salarial, houve um crescimento expressivo das reprovações das contas no item do cumprimento da LRF, indicando uma associação entre essas variáveis.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. FUNDEB. Financiamento da Educação.

A NATA DO NATA: O PROCESSO DE “PROVAR-SE A SI MESMO” NO MODELO DUPLA-ESCOLA

Reinaldo Ramos da Silva - FEUFF-UFF
reinaldoramos@id.uff.br

O objetivo desta pesquisa será aprofundar os estudos acerca dos processos de individuação de alunos egressos do CE Comendador Valentim dos Santos Diniz, ou “NATA”, Núcleo Avançado de Tecnologia em Alimentos (São Gonçalo-RJ). O NATA está sob o registro da política de governo denominada “dupla escola”: jornada e gestão duplas em parcerias público-privadas. Consideramos emblemática a escola selecionada graças ao seu “desenho”, denominado "modelo de seletividade ubíqua", pautado em uma lógica competitiva e meritocrática, compreendida à luz do contexto da atual fase do capitalismo. Buscamos a partir da análise dos processos de individuação de grupos pré-selecionados de estudantes da instituição mediante a realização de entrevistas semiestruturadas destacar as linhas de força que nos permitam identificar elementos gerais que identifiquem relações entre uma cultura específica de nosso tempo e a maneira como indivíduos são “forjados” no âmbito de uma instituição em particular. Palavras-chave: Ensino médio. Ensino médio integrado. Processos de individuação.

O BANCO MUNDIAL COMO ARTICULADOR DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA PERIFERIA CAPITALISTA

Remo Moreira Brito Bastos - Universidade Federal do Ceará

O presente artigo explora o papel do Banco Mundial no fomento de mecanismos de educação privada em países da periferia capitalista, a partir da década de oitenta do século passado. Por meio da análise de seu mais recente documento de planejamento estratégico concernente à área educacional para o decênio 2011-2020, notadamente para os países por ele “assistidos”, divulgado em 2011, intitulado *Aprendizagem para Todos: Investindo no Conhecimento das Pessoas e nas Competências para Promover o Desenvolvimento - Estratégia para Educação do Grupo Banco Mundial 2020*, e cotejando-o com a bibliografia crítica correspondente, procura-se apreender o papel institucional daquele braço do capitalismo como articulador e impulsionador do emergente mercado de educação global. Ao arripio das evidências da fragilidade das mínimas condições de subsistência das populações desses países, insiste aquele agente financeiro em introduzir experimentos que têm-se revelado verdadeiros "cavalos de Tróia" para os sistemas educacionais daquelas nações. Palavras-chave: Banco Mundial. Mercantilização da educação. Privatização da educação.

AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA INTERFACE COM O GERENCIALISMO E A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS IFES.

Rogério Fagundes Marzola - Faculdade de Educação – Universidade de Brasília
rogeriom@unb.br

Esse trabalho visa identificar os caminhos pelo qual se desenvolveram os modelos de avaliação da educação superior, as formas de gestão do Estado, e a interface com as políticas de carreira e de gestão de desempenho dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, serão analisadas as estratégias que fundamentam a avaliação da educação superior e a interface com a avaliação de desempenho dos técnicos administrativos em educação.

Palavras-chave: Administração pública. Gestão. Avaliação de desempenho.

COOPERAÇÃO E REGULAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Vera Lúcia Brito

Resumo O artigo tem como objetivo apresentar pesquisa realizada sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre as ações de inconstitucionalidade apresentadas por governadores estaduais que atribuíram à LRF impedimento para o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os professores da educação básica. A pesquisa representa um instrumento para a análise da gestão dos recursos públicos na área da educação e aponta desafios para a implantação do Sistema nacional de Educação. Em relação ao financiamento da educação básica no Brasil, a pesquisa evidenciou a necessidade de regulação e controle social na aplicação dos recursos, previstos no Plano Nacional de Educação, tendo em vista a descentralização do sistema educacional nacional e as prerrogativas dos estados e municípios enquanto instâncias federadas e autônomas.

Palavras-Chave: Sistema Nacional de Educação. Financiamento da Educação. Lei de Responsabilidade Fiscal.

EIXO 1	53
FREDERICO DOURADO R. MORAIS	53
EIXO 2	53
EDUARDO CALSAN - UMESP; DÉCIO AZEVEDO MARQUES DE SAES - UMESP	53
FLÁVIA CRISTINA BATISTA CAIRES	54
HERCULES GUIMARÃES HONORATO	54
JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA; EDIMA VERÔNICA DE MORAIS	55
JÉSSICA BELL' AVER; ANA CLÁUDIA COVATTI COLPANI	55
MARCELO LIMA ; DANIELE DA SILVA PEREIRA	56
RAQUEL ARAÚJO MONTEIRO	56
EIXO 3	57
KATANA DE FÁTIMA DINIZ BOAES	57
EIXO 4	57
GABRIEL PEREIRA PAES NETO	57
RENATA OLIVEIRA ALVES ; DÉBORA CRISTINA PIOTTO	58
SERGIO STOCO	58
EIXO 5	59
AMALI DE ANGELIS MUSSI	59
AUREA DE CARVALHO COSTA	59
CHARLINI CONTARATO SEBIM	60
DYOVANY OTAVIANO DA SILVA ; PAMELA RANIELLE DA SILVA PEREIRA ; KATHARINE NINIVE PINTO SILVA	60
JOSÉ QUIBAO NETO	61
KAROLINA DA SILVA MIRANDA JARDIM; ERIKA MOREIRA MARTINS	61
KATHARINE NINIVE PINTO SILVA ; JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA ; MARIA LUCIVÂNIA SOUZA DOS SANTOS	62
LAURIZETE FERRAGUT PASSOS	62
LEONICE MATILDE RICHTER ; MARIA VIEIRA SILVA	63
LUCIANA LEANDRO DA SILVA	63

MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES ; MIRIAN SOUZA DA SILVA	64
MARIA HELENA AUGUSTO	64
MÍRIAM MORELLI LIMA	65
VANESSA CARDOSO DA SILVA; MARIA LUCIVÂNIA S. DOS SANTOS; KATHARINE NINIVE PINTO SILVA	65
VANESSA RIBEIRO ANDRETO MEIRA; YOSHIE USSAMI FERRARI LEITE	66
EIXO 6	66
ANA CAROLINA REIS PEREIRA	66
ANA PAULA OLIVEIRA RESCIA	67
CILEDIA PERRELLA	67
DANIELLA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	68
DÉBORA MAZZA; NIMA I. SPIGOLON ; MÁRCIA DOS S. FERREIRA	68
ÉRICA RODRIGUES DO NASCIMENTO AUGUSTINI; CÉLIA REGINA ROSSI - CÉLIA REGINA ROSSI	69
FERNANDO HENRIQUE PROTETTI	69
GLÁUCIA FABRI CARNEIRO MARQUES	70
HELENA MARIA DOS SANTOS FELÍCIO	70
JAQUELINE OLIOZI; GEIDE ROSA COELHO	71
MARCO AURÉLIO ALVES; ELVIRA CRISTINA MARTINS TASSONI	71
MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA PENNA; ISABEL MELERO BELLO	72
MARINEIDE DE OLIVEIRA GOMES	72
REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA; MARIA VERÔNICA DE SOUZA; ALEXANDRA PIRES DO PRADO YARI	73
RÉGIS HENRIQUE DOS SILVA	73
RENATA B. SIQUEIRA FRAUENDORF; GUILHERME DO VAL TOLEDO PRADO	74
RITA DE CÁSSIA MITLEG KULNIG: LUANE NEVES SANTOS	74
SELMA GARRIDO PIMENTA; CRISTINA CINTO ARAÚJO PEDROSO ; MARINEIDE DE OLIVEIRA GOMES	75
SUZANE RIBEIRO MILHOMEM	75
WALKIRIA RIGOLON	76
EIXO 7	76
ELIZETE OLIVEIRA ANDRADE	76
MICHELE PAZOLINI; MARCELO LIMA; MIZAEAL FERNANDES DE OLIVEIRA	77
EIXO 8	77
ANGÉLICA KUHN	77
DISSELMA MARINHO BRITO	78

MARIA CÉLIA VIEIRA DA SILVA	78
MARIA REGINA MARTINS CABRAL	79
OTACILIO ANTUNES SANTANA	79
SAMIRA BANDEIRA DE MIRANDA LIMA	80

EIXO 9 **80**

CRISTIANE MACHADO; OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE	80
FABIANA ALVARENGA FILIPE; REGIANE HELENA BERTAGNA	81
FABIO PERBONI	81
ISABELA RAHAL DE REZENDE PINTO	82
JOSÉ CARLOS LIBÂNEO; SIMÔNIA PERES DA SILVA	82
LUANA COSTA ALMEIDA; MARA REGINA LEMES DE SORDI; MARIA APARECIDA CARMONA IANHES ANSER	83
SILVÉRIO AUGUSTO MOURA SOARES DE SOUZA	83
MIRIAN SOUZA DA SILVA; MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES; NATHARÇA MANGUEIRA DE SOUSA	84
PAMELA TAMIRES BELÃO FERNANDES; YOSHIE USSAMI FERRARI LEITE	84

EIXO 10 **85**

ALEXANDRE TORRES PETRY; MARIA ELLY HERZ GENRO	85
ANDERSON GARCIA DA COSTA; GILMAR ALVES CORDEIRO	85
CÍCERA MARIA DO NASCIMENTO	86
CLAUDIO VALERIO DE PAULA BROTTTO	86
DANIELLE REGINA BARTELLI VICENTINI; FABIANA POLICAN CIENA -	87
DÉBORA DAINÉZ; ANA LUIZA BUSTAMANTE SMOLKA	87
ELIJANE DOS SANTOS	88
ÉLIO DE ASSIS	88
EVELISE DIAS ANTUNES; ANA ELISA SPAOLONZI QUEIROZ ASSIS	89
LUCIENE AMORIM ANTONIO	90
LUCIANE MUNIZ RIBEIRO BARBOSA	90
LUCIANO JOSÉ GONÇALVES MOREIRA; VERA LÚCIA FERREIRA ALVES DE BRITO	91
NORMA LUCIA ANDRADE SANTOS; ROSALINA ROCHA MIRANDA P	91
SIDNEY REINALDO DA SILVA	92

EIXO 11 **92**

HUGO HENRIQUE ALVES ROCHA	92
LUCY ROSA SILVEIRA SOUZA TEIXEIRA	93

ROSILDA MARIA ALVES; FRANCINETE MASSULO CORRÊA; MIGUEL H. RUSSO	93
EIXO 12	94
ANA PRISCILA DE LIMA ARAÚJO	94
ANTHONE MATEUS MAGALHÃES AFONSO; SÉRGIO INÁCIO DA ROSA; WÂNIA REGINA COUTINHO GONZALEZ	94
CASSIA DOMICIANO	95
ELISANGELA MARIA PEREIRA SCHIMONEK	95
JAIRO CAMPOS DOS SANTOS	96
LUCIANA SARDENHA GALZERANO	96
MARIA CRISTINA DUTRA MESQUITA	97
MARIANA PELEJE VIANA	97
MARILDA DE OLIVEIRA COSTA	98
MARISTELA GALLO ROMANINI	98
NADIA PEDROTTI DRABACH	99
NEILA PEDROTTI DRABACH	99
PELEGRINO SANTOS VERÇOSA; MARK CLARK A. DE CARVALHO; JEAN MAURO DE A. MORAES	100
PENILDON SILVA FILHO	100
REINALDO RAMOS DA SILVA	101
REMO MOREIRA BRITO BASTOS	101
ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA	102
VERA LÚCIA BRITO	102